



**Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Geociências – IGEO  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação em Geografia**



**AILA CRISTINA COSTA DE JESUS**

**CAMPESINATO ESPREMIDO: a produção do espaço e a  
reprodução da vida às margens da BR-420**

**Salvador - Bahia  
2024**

**AILA CRISTINA COSTA DE JESUS**

**CAMPESINATO ESPREMIDO: a produção do espaço e a reprodução da vida às margens da BR-420**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia

Linha de Pesquisa I: Análise Urbana e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani  
Coorientadora: Profa. Dra. Aline dos Santos Lima

**Salvador - Bahia  
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

J58 Jesus, Aila Cristina Costa de  
CAMPEPINATO ESPREMIDO: a produção do espaço e a reprodução da vida às margens da BR-420/ Aila Cristina Costa de Jesus. – Salvador, 2024.  
160 f.  
  
Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani  
Coorientadora: Profa. Dra. Aline dos Santos Lima  
  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2024.  
  
1. Campesinato. 2. Questão Agrária. 3. Faixa de domínio. 4. I. Germani, Guiomar Inez. II. Lima, Aline dos Santos. III. Universidade Federal da Bahia. IV. Título.  
  
CDU: 631.153

**TERMO DE APROVAÇÃO**

BANCA DE DEFESA - DISSERTAÇÃO

**CAMPESINATO ESPREMIDO: a produção do espaço e a reprodução da vida às margens da BR-420**

**AILA CRISTINA COSTA DE JESUS**



**Profª. Drª. Guiomar Inez Germani (Orientadora/Presidente)**  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



**Profª. Drª. Aline dos Santos Lima (Coorientadora)**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)



**Profª. Drª. Hingryd Inácio de Freitas**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)



**Profª. Drª. Suzane Tosta Souza**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

**Aprovada em Sessão Pública de 20 de setembro de 2024**

Aos camponeses e camponesas expropriados da terra.  
À Margarida de Jesus Santos e Miguel Rodrigues dos Santos, meus avós, camponeses de  
beira de pista, que me ensinaram tudo o que sei sobre plantar e colher vida.  
À Aline dos Santos Lima, minha orientadora na vida e na academia.  
A Charles Amorim Costa, minha inspiração diária.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que a caminhada não foi solitária. O caminho foi árduo, mas cheio de empatia, solidariedade, mãos, amor e cuidados. Por isso, tenho uma lista bonita a quem agradeço.

Começo aqui saudando e honrando os seres ancestrais que guiaram meu Orí. A minha ancestralidade que me guiou até aqui, manteve minha cabeça no lugar e me conectou com as pessoas certas nos momentos certos. Como diz a canção, sou uma mais não sou só e por isso, agradeço.

A Guiomar Germani e Aline Lima, minha orientadora e a minha coorientadora – que me acompanha desde a graduação – vocês são, o que a Débora Diniz chama de “orientadoras de ideias”. Paraphraseando a autora, vocês foram leitoras-ouvidoras da minha experiência intelectual. Me ajudaram a cultivar e colher as ideias e os sabores desta minha caminhada, a vocês, meu muito obrigada.

Ao coletivo do NEQA-IF Baiano/CNPq, principalmente durante as atividades chamadas “Rodas do vai quem quer”, espaço que colocava minhas reflexões e inquietações, em especial a Angela Calhau e Matheusa Maria que em tantas noites, compartilhei as dores e alegrias do ato de pesquisar. Sigamos juntas, em roda, aprendendo a ler para ensinar as nossas camaradas.

Ao grupo de Pesquisa GeografAR e a Rede GeografAR – geografandas e geografandos – por todos os conhecimentos compartilhados, em especial Catarina, Valdirene, Isis, Fran, Hyngrid, Gilca, Laura, Edite, Cloves e Irani.

Agradeço, com muito afeto e ternura, a minha querida prima Lícia que me acompanhou em alguns momentos de campo. Em sua pura inocência e curiosidade, Lícia disse: “eu já sei o que quero fazer, quero ser entrevistadora.” E eu te digo Lícia, você quer e será uma pesquisadora. Obrigada pelas observações e ajuda no árduo trabalho de campo em nossas comunidades.

A minha turma do Mestrado, que mesmo em meio pandemia da COVID-19, no ensino remoto entre telas, e distanciamento social, conseguiu tecer laços de afetos e solidariedades, em especial, a Bruno Lourenço, Jéssica Martins, Igor Oliveira e Carolina Sapucaia.

Aos estudantes da Turma de Geografia Rural (2018) do Instituto Federal Baiano Campus Santa Inês com a qual tive a oportunidade de realizar o tirocínio docente no ano de 2021. Com vocês e com minha coorientadora, pude estudar e discutir as expressões e a diversidade do campesinato no Vale do Jiquiriçá tão importante para o caminhar desta pesquisa.

A minha família, principalmente minha avó Margarida que, durante o período de ensino remoto me lembrava da vida além das telas, a Tia Bela (in memoriam), Vó Neuza, minha mãe Sonia Santos, meu avó Miguel, minha irmã Aline Costa, meus sobrinhos Enzo e Eloáh, meus primos (Ítalo, Luan, Lícia) que me inspiram vida, amor e sonhos. Agradeço também as minhas Solange, Simone e Arlete pelo incentivo de sempre.

As minhas companheiras da Casa Amarela 38E, Laiana Lisboa e Alba Kalil, obrigada por tudo, pelos afetos e acolhimento, trocas e risos.

Às minhas amigas da minha primeira casa acadêmica, IF Baiano Campus Santa Inês. Obrigada por continuarem ao meu lado durante essa trajetória do mestrado. Muito obrigada Cremilda, Nalda, Samila, Amanda, Ana e Isaias. A Isaias, Cremilda e Ana deixo um agradecimento especial pela ajuda no trabalho de campo. Vocês foram essenciais!

As amigas e amigos da vida, quem por muitas vezes preenchiam meus dias e noites com arte e poesia, escutando minhas angústias e falando sobre os sonhos possíveis dos nossos corações. Obrigada Maíra, Catarina, Rafaela, Inaiara, Neibert, Daniel, Carlos (Pipino). Vocês confiaram em mim, toda vez que duvidei. Como diz a canção, quem sonha junto, sobe junto, e aqui estamos. Maira Vitória que me incentivou, ouviu e reouviu minhas falas sobre a pesquisa, sentou comigo, pensamos juntas desde o projeto e depois dele também. Obrigada por isso, minha irmã.

A Charles parte viva da minha parte viva, agradeço. Obrigada por me ajudar a manter o foco, por discutir minha dissertação comigo e me mostrar que posso ser mais. Agradeço também por todas nossas aventuras em Salvador, os nossos rolês culturais e tudo mais me ajudaram a me humanizar profundamente. Te amo, Charles.

Agradeço também a Arlene Malta, Patrícia Pena e Rita Garcia, mulheres incríveis que, desde a graduação, me formam intelectualmente e no processo do mestrado não foi diferente. Vocês me honram em vida e por isso sou grata.

Agradeço com profunda ternura no coração as mulheres da Grumap (Grupo de Mulheres do Alto das Pombas). Vocês me ensinaram tanto sobre ser uma mulher negra na cidade, na periferia com os pés no chão em movimento Sankofa. Sou grata por todo acolhimento, cuidado e provocativas para o Bem Viver. Agradeço a Rita de Cássia Santa Rita, Zaê e Adila pelas trocas e afetos. Sou grata pelas flores em vida que a casa me ofertou e todo fortalecimento que a mim emanou. Nessa casa eu me firmo como educadora, como vocês sou plantadeira de sementes boas com as juventudes do Cinearte. A essa turma, em especial, deixou meu amor registrado. Vocês são minha esperança de dias melhores!

A minha companheira de amor e fé, Luciana Silveira – da Grumap! A você, Lu, sou imensamente grata. Você provocou curas, autocuidado, cuidado e criatividade em mim. Obrigada por me ajudar a enxergar potência onde eu não via e, com isto, me fortalecer intelectualmente. Aqui tem um pouco de você e das nossas trocas. Agradeço o nosso reencontro e boniteza do que estamos construindo. Amo você, minha Primavera florida.

Aos camponeses e camponesas de beira de pista, que compartilharam suas histórias e vida comigo.

A UFBA e aos professores e a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

A Capes pelo apoio financeiro.

Aos membros da Banca, pela dedicação e contribuição na leitura e análise deste trabalho.

Se porventura esqueci de alguém que nestes anos me lembrou de olhar o Sol e a Lua e perceber a riqueza da vida, se porventura esqueci de alguém que nestes anos me estendeu a mão e cuidou de mim, peço desculpas e no meu íntimo, agradeço. Vocês foram essenciais na finalização deste sonho coletivo.

Eu sou a continuação dos sonhos dos nossos ancestrais.

Asé!



Por que te colocaram para fazer essas entrevistas na beira da pista? (*Expliquei sobre o projeto de pesquisa do mestrado.*)

Ele respondeu: Esse projeto é bom, o governo vai ver que o povo não tem terra.  
(Diálogos do trabalho de campo, Inverno de 2022)

“Nossos passos vêm de longe... Sonhamos para além das cercas. O nosso campo para semear é vasto e ninguém, além de nós próprios, sabe que também inventamos a nossa Terra Prometida. É lá que realizamos a nossa sementeira”

(Conceição Evaristo, no livro *Poemas da recordação e outros movimentos*, 2008.)

## RESUMO

Em todo o Brasil, há produções agrícolas e pecuárias às margens das rodovias. Trata-se de atividades desenvolvidas nas denominadas “faixas de domínio”, que, institucionalmente, compreendem as terras pertencentes ao Estado Brasileiro. Para as mulheres e os homens que fazem uso das margens das rodovias para plantar e criar, as faixas de domínio são conhecidas como “beira de estradas” ou “beira de pistas”. São sujeitos espremidos entre as rodovias e as cercas. Nesse contexto, a presente dissertação buscou compreender as formas de reprodução social desenvolvidas pelos camponeses espremidos, que produzem às margens da rodovia federal BR-420 no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, e sua relação com a Questão Agrária. Metodologicamente, realizamos uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários, pesquisa documental, e a realização de trabalho de campo com entrevista semiestruturada, registro fotográfico e georreferenciamento para mapeamento/representação espacial. Assim, podemos apontar que a agricultura na beira da pista é fruto da expropriação, da concentração fundiária e da permanência da Questão Agrária no Brasil. Isso significa que as produções agropecuárias, extrativistas e marginais nas beiras de pista, às margens das rodovias federais, são expressões do processo histórico de (não) acesso à terra no Brasil. Essas atividades se materializam nas faixas de domínio, onde os camponeses, em condições de precariedade, buscam garantir sua reprodução social, espremidos entre a propriedade privada e as rodovias federais e estaduais. A prática da agropecuária de beira de pista não assegura autonomia suficiente para viver, no entanto, são práticas dotadas de campesinidades que refletem, em certa medida, as trajetórias de famílias camponesas expropriadas da terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campesinato; Questão Agrária; Faixa de domínio.

## RESUMEN

En todo Brasil, la producción agrícola y ganadera tiene lugar a los lados de las autopistas. Se trata de actividades realizadas en las denominadas franjas de dominio, que institucionalmente comprenden tierras pertenecientes al Estado brasileño. Para las mujeres y los hombres que utilizan los márgenes de las carreteras para plantar y cultivar, las franjas de dominio se conocen como márgenes de carretera. Están encajonadas entre las carreteras y las vallas. De esta forma, esta disertación buscó comprender las formas de reproducción social desarrolladas por los campesinos apretujados que producen en los márgenes de la autopista federal BR-420 en el Territorio de Identidad Vale do Jiquiriçá y su relación con la Cuestión Agraria. Metodológicamente, adoptamos un abordaje cualitativo con relevamiento bibliográfico, recolección de datos secundarios e investigación documental, y realizamos trabajo de campo con entrevistas semiestructuradas, registros fotográficos y georreferenciación para mapeo/representación espacial. Así, podemos señalar que la agricultura a la vera del camino es el resultado de la concentración de la tierra y de la permanencia de la Cuestión Agraria en Brasil. En otras palabras, la producción agrícola y extractiva a la orilla de la carretera, en espacios marginales, en los márgenes de las carreteras federales, son expresiones del proceso histórico de (no) acceso a la tierra en el país, que se materializan en los carriles dominicales, donde campesinos exprimidos han encontrado la posibilidad de garantizar su reproducción social, apretujados entre la propiedad privada y las carreteras federales y estatales. La práctica de la agricultura a la orilla de la carretera no garantiza la autonomía suficiente para ganarse la vida, pero son prácticas dotadas de campesinidad que reflejan, en cierta medida, las trayectorias de las familias campesinas expropiadas de la tierra.

**PALABRAS CLAVE:** Campesinado; Cuestión Agraria; Franja de tierra.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) e Área de estudo /BR 420 .....	19
Figura 2 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): população urbana e rural (2010) .	41
Figura 3 - Vale do Jiquiriçá (BA): roças identificadas nas faixas de domínio da área de estudo (2022) .....	74
Figura 4 - Ubaíra (BA): camponês plantando na beira da estrada (2022).....	81
Figura 5 - Ubaíra (BA): camponês plantando na beira da estrada (2022).....	82
Figura 6 - Área de estudo: plantações na beira de pista no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022) .....	95
Figura 7 - Área de estudo: principais produções no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022) .....	99
Figura 8 - Calendário agrícola da produção de beira de pista na BR 420, 2022. ....	101
Figura 9 - Área de estudo: abrigos de trabalhos identificados no trecho atravessado pela BR-420 (2022) .....	107
Figura 10 - Ubaíra (BA): criação de animais nas faixas de domínios (2022).....	109
Figura 11 - Área de estudo: plantação camponesa espremida entre a BR-420 e a propriedade privada (2022) .....	111
Figura 12 - - Ubaíra (BA): cerca construída por fazendeiro invadindo a faixa de domínio...	112
Figura 13 - Santa Inês (BA): cerca construída por camponês .....	113
Figura 14 - Significado do trabalho com a terra para o campesinato de beira de estrada, 2022. ....	114
Figura 15 - DNIT: principais direcionadores econômicos para calcular a UPE.....	122
Figura 16 - Notícia sobre o uso das faixas de domínios.....	127
Figura 17 - DNIT: placas sinalizando sobre as construções às margens da rodovia no trecho atravessado pela BR-420 (2022) .....	129
Figura 18 - Placas sinalizando sobre as construções às margens da rodovia no município de Jiquiriçá, 2022. ....	130
Figura 19 - Área de estudo: uso de faixa de domínio por fazendeiros (2022) .....	133

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): cor/raça dos agricultores familiares (2017) .....	47
Gráfico 2 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): escolarização dos agricultores familiares, 2017. ....	48
Gráfico 3 - Vale do Jiquiriçá (BA): perfil do campesinato espremido no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022) .....	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: estabelecimentos com dimensões igual ou superior a 1.000 hectares (1920-2017).....	37
Tabela 2 - Estrutura fundiária - Bahia (2017).....	37
Tabela 3 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): população urbana e rural (2010) .	40
Tabela 4 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá(BA): estrutura fundiária (2017) .....	43
Tabela 5 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): número e área dos estabelecimentos agropecuários (2017) .....	44
Tabela 6 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): classes de idade dos agricultores familiares, 2017. ....	48
Tabela 7 - Área de estudo: população total, urbana e rural, 2010. ....	52
Tabela 8 - Área de estudo: estabelecimentos da agricultura familiar e não-familiar (2017)....	53
Tabela 9 - Vale do Jiquiriçá (BA): produtores sem área no trecho atravessado pela Rodovia BR-420, 2017. ....	58
Tabela 10 - - Vale do Jiquiriçá (BA): roças/núcleos de plantações identificadas no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022).....	75
Tabela 11 - Área de estudo: tabela síntese com o perfil dos camponeses e das camponesas entrevistadas (2022).....	76
Tabela 12 - Quantidade de filhos das camponesas e dos camponeses entrevistados (2022)...	83
Tabela 13 - Área de estudo: principais produções no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022) .....	99
Tabela 14 - Valor Base para uso da faixa de domínio (10/2023).....	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projetos de assentamentos da Reforma Agrária identificados na área de estudo...	21
Quadro 2 - Crédito Fundiário identificados na área de estudo .....	21
Quadro 3 - Trabalhos sobre a agricultura de beira de estrada e uso das faixas de domínio: sistematização do levantamento bibliográfico por ordem cronológica .....	27
Quadro 4 - Formas de acesso à terra identificadas nos municípios do Vale do Jiquiriçá .....	46
Quadro 5 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): principais produtos das lavouras permanentes e temporárias, 2017. ....	50
Quadro 6 - Estrutura fundiária dos municípios da área de estudo (2017) .....	55
Quadro 7 - Área de estudo: Índice de Gini (2017) .....	57
Quadro 8 - Área de estudo: município de nascimento dos camponeses de beira de pista que foram entrevistados (2022).....	86
Quadro 9 - Área de estudo: município de morada atual dos camponeses de beira de pista que foram entrevistados (2022).....	86
Quadro 10 - Área de estudo: tempo que os camponeses entrevistados plantam na beira de pista (2022) .....	88
Quadro 11 - Área de estudo: principais produções e sua destinação.....	102
Quadro 12 - DNIT: preço público pelo uso das faixas de domínio das rodovias federais administradas.....	123
Quadro 13 - Principais legislações e instrumentos legais identificados que regulam o uso das faixas de domínios no Brasil, 2023 .....	125
Quadro 14 - Projetos de lei identificados que abordam o uso das faixas de domínio .....	126

## LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

CGDR – Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

GRU – Guia de Recolhimento da União

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG – Índice de Gini

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PEU – Potencial Econômico

PL – Projeto de Lei

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PEP – Preço de Exame de Projeto

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TPEU – Termo de Permissão Especial de Uso

UPE – Unidade de Potencial Econômico



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHAR ATÉ A BEIRA DA PISTA .....	25
<b>2 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EXPROPRIAÇÃO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ (BA)</b> .....	34
2.1 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL.....	34
2.2.1 As condições de acesso à terra na área de estudo .....	51
<b>3. A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO ESPREMIDO ÀS MARGENS DA RODOVIA FEDERAL BR-420 NO VALE DO JIQUIRIÇÁ</b> .....	59
3.1.1 Espaço geográfico e sua definição na Geografia Crítica.....	62
3.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A REPRODUÇÃO DA VIDA ÀS MARGENS DA BR-420 .....	65
3.2.1 A reprodução do campesinato espremido às margens da rodovia federal BR-420 no Vale do Jiquiriçá .....	68
3.2.2 O modo camponês de produzir na beira da pista .....	95
<b>4. A AÇÃO DO ESTADO E OS CONFLITOS NA BEIRA DE ESTRADA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ (BA)</b> .....	117
4.1 AÇÃO DO ESTADO FRENTE AS OCUPAÇÕES DE BEIRAS DE ESTRADA .....	117
4.2 AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS NA PRÁTICA DA AGRICULTURA DE BEIRA DE ESTRADA NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DA VIDA.....	131
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139
<b>APÊNDICES</b> .....	149
<b>ANEXOS</b> .....	158

## 1 INTRODUÇÃO

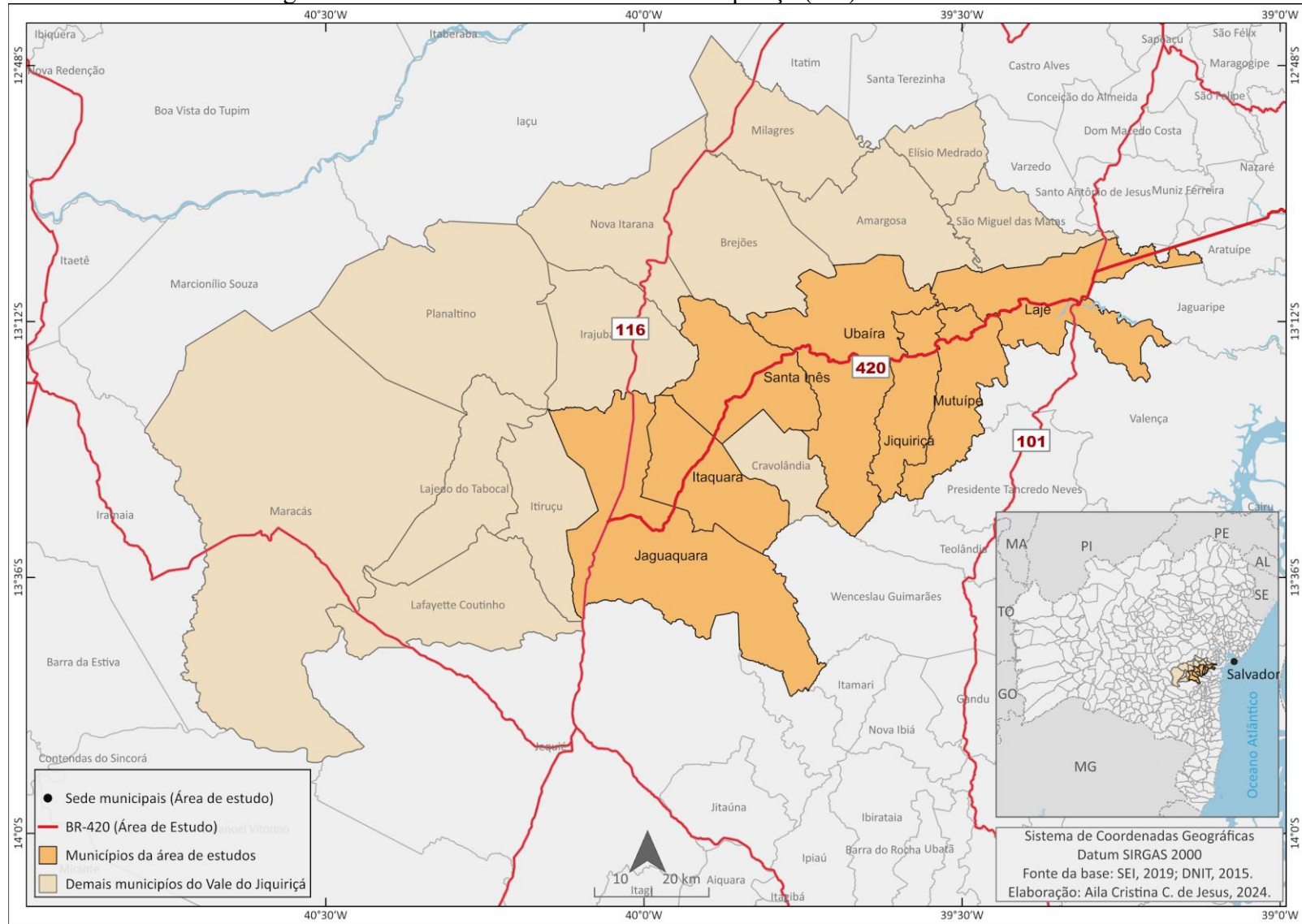
Em todo Brasil há produções agrícolas e pecuárias às margens das rodovias. Trata-se de atividades desenvolvidas nas denominadas “faixas de domínio” que, institucionalmente, compreendem as terras pertencentes ao Estado Brasileiro, sendo de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Para as mulheres e os homens que realizam as condições materiais de suas existências nestes espaços, ou seja, aquelas e aqueles que fazem uso das margens das rodovias para plantar e criar, denominam as faixas de domínio como “beira de estradas” ou “beira de pistas”. São, pois, justamente estes camponeses sem-terra que ocupam a faixa de domínio de um trecho da rodovia federal BR 420 que nos interessa estudar.

O recorte espacial escolhido para realização do estudo em questão, é um trecho da rodovia federal BR 420, no estado da Bahia, que faz ligação entre a BR-116 e a BR-101. A BR-420 tem extensão total de 335,3 km passando pelos seguintes municípios: Pojuca, Santo Amaro, São Roque, Nazaré, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Itaquara e Jaguaquara (BRASIL, 2020). No entanto, para o presente estudo, pretende-se analisar o último trecho que atravessa sete municípios: Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Itaquara e Jaguaquara, área correspondente, aproximadamente, a 150 km da rodovia (Figura 1).

Ao longo da vida, percorri o trecho que corresponde aos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Itaquara e Jaguaquara desde minha infância. Sempre vi, conheci e transitei pela beira de pista da BR-420. Foi a partir dela que minha descoberta no mundo se deu ao ver na beira da pista a vida acontecer. A partir deste chão chamado de Vale do Jiquiriçá, conheci outros territórios e pessoas, tanto nas muitas idas e vindas ao sítio urbano para acessar serviços de saúde e educação quanto nas idas e vindas visitando amigos e familiares no Baixo Sul da Bahia. Acrescento a essa relação pessoal, o fato de que, ao longo do trajeto, emerge uma dinâmica singular que vai além da minha experiência individual. Nesse contexto, é possível observar o movimento da totalidade se manifestando no recorte espacial. Ao longo da área escolhida, há plantações e criações de animais nas margens da estrada, em diversos pontos. Nesses locais, agricultores camponeses e sem-terra plantam, criam animais, moram, e constroem famílias, geografias e histórias.

Figura 1 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) e Área de estudo /BR 420



Fonte: SEI, 2019. DNIT, 2015. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

A presença de plantações e criações de animais na beira da estrada entrelaça-se com as vidas dos agricultores camponeses, sem-terra, que ali residem, constroem famílias e escrevem suas histórias. É justamente a interação sociedade e natureza é o que justifica meu esforço e dedicação nesse estudo. É por isso que escolhi este trecho da BR 420 para estudo.

A área de estudo está situada em municípios do recorte político-administrativo denominado Território de Identidade Vale do Jiquiriçá<sup>1</sup>, o qual possui uma população de 301.682 habitantes, sendo que, desse total, 42% se encontram nas áreas rurais e 58% nas áreas urbanas (IBGE, 2010) No entanto, a maioria dos municípios que o compõem, tem uma dinâmica pautada em atividades realizadas no espaço rural, como a agricultura e a pecuária. Por outro lado, os municípios do Vale apresentam uma grande concentração fundiária, como apontam os estudos realizados por Lima (2011).

A concentração fundiária, apontada por Lima (2011), pode ser evidenciada através do cálculo do Índice de Gini (IG). Pensando especificamente nos municípios da área de estudo, a maior concentração de terra é indicada no município de Itaquara, com IG 0,838, e o menor valor no município de Mutuípe, com IG 0,720. De forma geral, todos os sete municípios do recorte espacial, podem ser classificados com concentração “forte a muito forte” (GeografAR, 2020) (Apêndice A).

A concentração permanece, mesmo após a implantação de oito Projetos de Assentamento de Reforma Agrária criados, entre 2002-2009, em três municípios (Jaguaquara, Santa Inês e Ubaíra) abarcando uma área de 9.743,24 hectares ocupada por 352 famílias (SIPRA/INCRA, 2020 apud Grupo de Pesquisa GeografAR). Além dos quatro assentamentos do Programa Crédito Fundiário, também denominados de “Reforma Agrária de Mercado”<sup>2</sup> criados, entre 2002-2004, em três municípios (Itaquara, Jaguaquara e Ubaíra) com uma área de 1.786 hectares ocupada por 135 famílias (CAR, 2010 apud GeografAR, 2010) (Quadro 1; Quadro 2).

---

<sup>1</sup> Regionalização adotada pelo estado da Bahia, desde 2007, para a implantação de políticas públicas visando o desenvolvimento econômico e social vinculadas à Política de Desenvolvimento Territorial. Ao todo são 27 recortes espaciais ou Territórios de Identidade (TI) reconhecidos pelo Governo do Estado, sendo o TI Vale do Jiquiriçá um destes. O TI Vale do Jiquiriçá é composto por 20 municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2019).

<sup>2</sup> A Reforma Agrária é compreendida como aquela realizada através da desapropriação por interesse social, onde o Estado paga pela terra nua com Títulos da Dívida Agrária. Já os programas conhecidos como Cédula da Terra e Crédito Fundiário, frequentemente chamados de "Reforma Agrária de Mercado", não se enquadram na Reforma Agrária propriamente dita. Esses programas oferecem acesso à terra por meio da compra, onde os interessados se organizam em associações e obtêm financiamento junto a instituições financeiras (MEDEIROS, 2003).

Quadro 1 - Projetos de assentamentos da Reforma Agrária identificados na área de estudo

Município	Projeto de Assentamento	Famílias assentadas	Área(ha)	Ato de criação	Área média por família
Jaguaquara	Lagoa dos Patos/Wilson Furtado	69	1.783,94	04/12/2002	25,85
	Assembleia	35	848,56	13/04/2004	24,24
	Santa Domenica	33	1.282,38	25/07/2005	38,86
	Baixa Alegre	31	1.236,21	24/11/2009	39,88
Santa Inês	Itatiaia	39	991,04	20/12/2004	25,41
	São Paulo	24	728,93	01/08/2005	30,37
	Rancho Alegre	60	1.763,55	05/05/2005	29,39
Ubaíra	Jequirica	61	1.108,64	23/04/2004	18,17
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>352</b>	<b>9.743,25</b>	<b>-</b>	<b>27,69</b>

Fonte: SIPRA/ INCRA, 2020 *apud* Grupo de Pesquisa GeografAR.  
Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2022.

Quadro 2 - Crédito Fundiário identificados na área de estudo

Município	Associação	Famílias assentadas	Área (ha)	Data criação SAT/SIC	Área média por família
Itaquara	Califórnia	30	396	29/11/2004 10/5/2005	13,2
Jaguaquara	Serra Dourada	35	499	31/7/2002 31/7/2002	14,25
	Três Riacho	35	525	30/7/2002 17/10/2002	15
Ubaíra	Pequenos Produtores Rurais de Brejões	35	366	31/7/2002 22/10/2002	10,45
		135	1.786	-	13,23

Fonte: CAR (dados de dezembro/2010) *apud* Grupo de Pesquisa GeografAR (2011).  
Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2022.

É importante destacar que a análise da área média sinaliza que a maioria das famílias, tanto dos Projetos de Assentamento quanto das beneficiárias do Crédito Fundiário, vive em áreas abaixo de um módulo fiscal. Tal situação pode dificultar a segurança alimentar e a autonomia financeira das famílias, uma vez que a insuficiência de área para a produção pode limitar a capacidade de cultivo e a diversificação das atividades econômicas, indicando também que a concentração fundiária, neste contexto, não está totalmente resolvida.

Segundo Marco Antonio Mitidiero Junior, a concentração fundiária é condição essencial para encontrar a agropecuária de beira de estrada. Para o professor-pesquisador, “rodovias que atravessem áreas de grande concentração de terra [...] rodovias que atravessem pequenos municípios, vilas ou povoados com fortes características rurais” possibilitam a existência da agricultura de beira de estrada, ou agropecuária marginal ou ainda, como

denominado por ele de “campesinato espremido” (Mitidiero Junior, 2013, p. 48). Estas condições também estão presentes nos municípios do Vale do Jiquiriçá.

Os sujeitos descritos por Mitidiero Junior (2013), como “camponeses espremidos” e que realizam sua reprodução social às margens das rodovias, podem ser classificados pelo Estado Brasileiro, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como produtores sem área. Dentre as possibilidades que se enquadram como produtores sem áreas, uma parcela é categorizada pelo IBGE como “Criador(a) de animais em beira de estradas; Produtor(a) na beira de estradas [...]” (IBGE, 2017, grifo nosso).

Ademais, também são considerados produtores sem área “produtores em terras arrendadas, ocupadas ou em parceria, além de extrativistas, produtores de mel, criadores de animais em beira de estrada, produtores na vazante de rios, roças itinerantes e em beira de estrada; que se concentram em sua maioria nas Regiões Nordeste (76,8%) e Norte (14,5%) do País”. (IBGE, 2020, p. 294).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, havia 77.037 produtores sem área no Brasil (IBGE, 2017), número que não reflete a realidade. Essa situação evidencia a desigualdade na distribuição fundiária, cujas condições atuais são heranças de um histórico de concentração de terras.

Com base nos dados apresentados pelo IBGE (2017), existem seis produtores na beira de estradas da BR-420 nos municípios do recorte espacial estudado. Isto mostra que existe uma invisibilização dos sujeitos “sem áreas”. Os dados servem como referência inicial, contudo, não condizem com a realidade. Em outros termos, “os números não podem ler lidos pelas suas expressões denotativas, eles têm que ser lidos nas gretas. Eles têm que ser lidos não pelo que revelam, mas pelo que ocultam”, como disse o professor José Geraldo de Souza Júnior, durante audiência pública, ocorrida, em 14 de junho de 2023, referente a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Souza Júnior, 2023).

Nos trechos às margens da rodovia da BR-420, é possível perceber a presença, em diversos trechos, de produções agropecuárias. No entanto, a quantidade de seis produtores sem área registrada no Censo Agropecuário de 2017 não reflete a realidade dos muitos camponeses que, efetivamente, ocupam e residem nas faixas de domínio dos municípios em questão. Isso ressalta como, mesmo para os “dados oficiais” do Estado, a existência desses indivíduos permanece em grande parte invisível.

Estudos realizados por Mitidiero Junior (2013), apontam, também, que as discussões e os estudos acadêmicos sobre agricultura de beira de estrada, agropecuária marginal ou

campesinato espremido eram inexistentes no Brasil até 2013. O autor afirma que, possivelmente, tanto no âmbito da Ciência Geográfica, como no âmbito das Ciências Humanas, o fenômeno ainda não tinha sido estudado.

Este trabalho buscou contribuir com a discussão sobre a realidade presente nas faixas de domínio das rodovias estaduais e federais do Brasil, principalmente no nordeste brasileiro e no estado da Bahia. A contribuição se dará a partir do estudo no estado da Bahia tendo como recorte a rodovia federal BR-420 nos municípios que fazem parte do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, que permitirá compreender as particularidades no estado da Bahia e suas singularidades com os estudos realizados nas diferentes unidades federativas.

Durante a construção desta Dissertação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a agropecuária de beira de estrada no âmbito da Geografia<sup>3</sup>. O número de produções encontradas foi pequeno e relacionado aos estados de Goiás, Paraíba e Sergipe<sup>4</sup>. Com isso, verificamos que a temática ainda é pouco abordada nos estudos geográficos do Brasil e no estado da Bahia. Por conseguinte, a produção acadêmica sobre o tema ainda é exígua. Diante disso, a proposta de pesquisa ganha relevância à medida que se soma ao debate estudos dos “invisibilizados”, como o são os camponeses de beira de estrada. Vale destacar que, em outros campos do conhecimento, a temática aparece sendo discutida por outras perspectivas que não englobam o debate sobre o acesso à terra e a questão agrária. Nestes trabalhos, os sujeitos são nomeados de formas distintas, como exemplo, beiradeiros ou produtores de beira de pista, sendo estudados na Antropologia e nas Ciências Ambientais.

O interesse sobre esse tema, vale ressaltar, teve início durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF Baiano) *Campus* Santa Inês. No TCC, intitulado “Campesinato espremido: ocupações às margens da rodovia BR-420 na Comunidade Pindobas – Ubaíra/BA”

---

<sup>3</sup> A pesquisa foi realizada, em outubro de 2020 e dezembro de 2021, no *Google Acadêmico*, em bancos de dados dos Anais de eventos – Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (SINGA) e Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) – e Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA) utilizando palavras-chave como: agricultura marginal; campesinato espremido; beira de estradas, beira de pista, produções nas rodovias.

<sup>4</sup> Os trabalhos encontrados foram: a) artigo “Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido” de autoria de Marco Antonio Mitidiero Junior, publicado em 2013 (Mitidiero Junior, 2023); b) Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Agricultura de beira de estrada: estudo preliminar sobre práticas de agricultura na faixa de domínio da Rodovia Estadual PB 008 – João Pessoa/Distrito de Jacumã” de autoria de Ricardo Pereira de Souza, defendido em 2013 no Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba (Souza, 2013); c) Dissertação intitulada “Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR 235” de autoria de Renata Batista Alves, defendida em 2015 no Mestrado em Geografia da na Universidade Federal de Sergipe (Alves, 2015) e d) Dissertação de Mestrado em Geografia intitulada “A Questão Agrária e recriação camponesa nas faixas de domínio das rodovias no Sudoeste de Goiás” de autoria de Marco Paulo Françozi, defendida em 2020 no Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Goiás (Françozi, 2020).

(Jesus, 2019), estudei o modo camponês de plantar na beira da pista na comunidade que vivo, cujo nome consta no título do trabalho. Foram as observações realizadas anteriormente e durante a elaboração do TCC, que serviram de base empírica e teórica para a construção desta Dissertação mediante o aprofundamento das problemáticas que emergiram.

Em face da continuidade dos estudos sobre a agricultura às margens das rodovias, surgem questões não resolvidas anteriormente e outras que carecem de aprofundamento. Diante do exposto, as questões que orientam a construção desta dissertação são as seguintes:

- a) Por que acontece a agricultura de beira da estrada ao longo da BR-420? Qual a relação dessa prática com a Questão Agrária e, em especial, com a estrutura fundiária da região? Quem são os sujeitos que ocupam essas faixas de terras e por que estão ali? Como foram parar às margens da rodovia? Eles fazem uso de outros espaços de produção e formas de acesso à terra? Quais são as lavouras produzidas às margens da rodovia BR-420? Quais os destinos dessa produção?
- b) A agricultura de beira de estrada constitui-se como uma forma de manutenção da reprodução da vida camponesa sendo uma consequência da concentração fundiária, aprofundada pela introdução das relações do modo de produção capitalista no campo?
- c) Quais conflitos e relações sociais de poder que atravessam a realidade do campesinato espremido do Vale do Jiquiriçá? Como o Estado regula essa prática? Há conflitos entre o Estado e os camponeses pelo uso das faixas de domínios? Há conflitos envolvendo os fazendeiros? Os fazendeiros também fazem uso das faixas de domínios? Os fazendeiros expulsam os camponeses dos “espaços espremidos”? Os camponeses participam de alguma organização política para reivindicarem o direito à terra?

Essas questões de pesquisa sintetizam-se no objetivo geral desta Dissertação que é: **Compreender as formas de reprodução social desenvolvidas pelos camponeses espremidos que produzem às margens da rodovia federal BR-420 no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá e sua relação com a Questão Agrária.**

Em complemento, os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Compreender as condições históricas e sociais do acesso à terra e a estrutura fundiária do Vale do Jiquiriçá, em especial, dos municípios da área de estudo;
- b) Compreender a relação entre expropriação/ocupação/ reprodução camponesa partindo da realidade concreta dos camponeses que praticam a agricultura de beira de estrada na BR-420;



- c) Investigar a trajetória de vida dos sujeitos camponeses que ocupam a beira da estrada ao longo da BR-420 e a produção do espaço a partir das práticas agropecuárias e extrativistas;
- d) Identificar, mapear e caracterizar as áreas utilizadas e as produções dos sujeitos camponeses nas práticas agropecuárias e extrativistas às margens da rodovia BR-420;
- e) Analisar como o Estado, seja através da legislação ou da ação, atua com diante dos casos de ocupação das áreas de beira de estradas, observando os possíveis conflitos estabelecidos e seus rebatimentos na questão agrária local e na reprodução da vida das famílias.

### 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHAR ATÉ A BEIRA DA PISTA

Inicialmente, peço licença aos moldes acadêmicos para aqui registrar: realizar esta pesquisa se apresentou como um atravessamento psicoemocional para mim. Traçar o caminhar na beira de pista foi como traçar minha própria história. Então, aqui, além do estudo em questão, falo de mim, dos meus familiares e das pessoas que me viram crescer. Essa pesquisa é um exercício de reflexão e, ao mesmo tempo, um instrumento de denúncia. Por isso, descrever e analisar o caminhar da beira da pista foi um desafio. A vida e a pesquisa, muitas vezes, se entrecruzam. Se entrecruzam porque, enquanto pesquisadora sou atravessada por memórias e experiências da minha infância e juventude, ora porque o chão de pesquisa também é o chão que cresci. Intercalados nesta conexão de vida-pesquisa e pesquisa-vida, aqui serão apresentados os caminhos metodológicos percorridos para chegar até a beira da pista, para analisá-la e compreender este pedaço de chão, falando em moldes geográficos, este espaço na beira de pista.

Segundo Moraes & Costa (1987, p. 27), existe uma diferença entre “método de interpretação e método de pesquisa”. Para os autores, o método de interpretação trata-se da “concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida”. Por outro lado, o método de pesquisa trata-se das técnicas utilizadas na realização dos estudos.

No estudo em questão, o método de interpretação para se compreender o real foi materialismo histórico-dialético. Pautado em conceitos como: ser social, consciência social, meios de produção e forças produtivas (Triviños, 1987) o método contribuirá com a análise da

realidade concreta das produções na beira da pista partindo das contradições históricas, da materialidade da reprodução da vida, alinhada aos processos políticos, sociais e econômicos. Considerando as contradições históricas que geram, de um lado, trabalhadores sem-terra, e de outro, grandes latifundiários improdutivos, a abordagem do materialismo histórico-dialético “[...] é adequado para um contexto em que múltiplas forças externas e internas; passadas e presentes; políticas, econômicas e sociais, enfrentam-se constantemente” (Santos, 2015).

Durante a realização desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa (Triviños, 1987). Por isso, foi necessário percorrer alguns caminhos metodológicos para chegar até a beira da pista. Foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisas, sendo: 1) levantamento bibliográfico; 2) levantamento de dados secundários e pesquisa documental; 3) trabalho de campo com realização de entrevista semiestruturada, registro fotográfico e georreferenciamento para mapeamento/representação espacial.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para embasamento teórico-metodológico e compreensão sobre a realidade estudada. Foram utilizadas as referências da Geografia sobre a produção do espaço geográfico a partir de autores como Emília Moreira (2002), Ruy Moreira (2009) e Milton Santos (2012, 2014a, 2014b). Para as discussões sobre Questão Agrária, Campesinato, Campesinidade e Agricultura familiar camponesa, foram mobilizados autores como Martins (1979), Moura (1988), Oliveira (1990; 2001; 2007), Woortmann (1990), Wanderley (1996; 2015; 2019), Fernandes (1999), Germani (2006; 2010) e Paulino (2012). Ao abordar aspectos sobre a formação e estrutura fundiária do Vale do Jiquiriçá, pautamos a leitura a partir de Lima (2011, 2017, 2018) entre outros autores que possibilitaram uma melhor compreensão da região estudada. Para auxiliar na compreensão e análise sobre as produções às margens das rodovias, foram estudados os exíguos estudos sobre a temática no âmbito da Geografia e áreas afins, como: Mitidiero Junior (2013), Alves (2015) Costa (2020) e Françozi (2020).

Com intuito de sistematizar os trabalhos identificados durante a realização da pesquisa bibliográfica, construímos um quadro síntese para organizar e disponibilizar em um único lugar os trabalhos sobre a temática da agricultura de beira de estrada e o uso das faixas de domínio. No Quadro 3, constam as referências – o título, autor, instituição e endereço eletrônico do trabalho.

Quadro 3 - Trabalhos sobre a agricultura de beira de estrada e uso das faixas de domínio: sistematização do levantamento bibliográfico por ordem cronológica

Ano	Referência	Curso/tipo de produção e recorte espacial do estudo/tema
2011	ARAÚJO, Rudrigo Otávio Andrade. <b>Produção agrícola familiar nas faixas de domínio da rodovia BR-230 no Estado da Paraíba</b> . 2011. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2011. Disponível em: <a href="http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2141">http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2141</a> . Acesso em: 11 dez. 2021.	Mestrado em Recursos Naturais / Paraíba
2012	ARAÚJO, Rudrigo Otávio Andrade et al. Agricultura às margens da Rodovia BR-230 no Estado da Paraíba, Brasil. <b>Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável</b> , Mossoró – RN, v. 7, n. 3, p. 24-32, 2012. Disponível em: <a href="https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7419823">https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7419823</a> . Acesso em: 13 dez. 2021.	Artigo em periódico / Paraíba
2013	SOUZA, Ricardo Pereira. <b>Agricultura de beira de estrada: estudo preliminar sobre práticas de agricultura na faixa de domínio da rodovia estadual PB 008 – João Pessoa/distrito de Jacumã</b> . 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/646">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/646</a> . Acesso em: 14 dez. 2021.	Graduação em Geografia/Paraíba
2015	ALVES, Renata Batista. <b>Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR 235</b> . 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <a href="https://ri.ufs.br/handle/riufs/5506">https://ri.ufs.br/handle/riufs/5506</a> . Acesso em: 20. abril. 2019.	Mestrado em Geografia /Sergipe
2017	CALDAS JÚNIOR, Eldonor Targino. <b>Uso e ocupação do solo nas margens da rodovia BR-235/SE</b> . 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <a href="https://ri.ufs.br/handle/riufs/6741">https://ri.ufs.br/handle/riufs/6741</a> . Acesso em: 15 dez. 2021.	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Sergipe
2018	OLIVEIRA, Sílvia Lacerda de. <b>Faixas de domínio das rodovias: aspectos socioambientais da destinação/ocupação</b> . 2018. <b>Tese (Doutorado em Ciências Ambientais)</b> – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8573">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8573</a> . Acesso em: 17 fev. 2022.	Doutorado em Ciências Ambientais / Uso das faixas de domínios
2019	BATISTA, Maiara Oliveira. <b>A influência dos usos irregulares e das características da faixa de domínio na segurança viária de rodovias federais brasileiras</b> . 2019. Dissertação (Mestrado em Transportes) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <a href="https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37225/1/2019_MaiaraOliveiraBatista.pdf">https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37225/1/2019_MaiaraOliveiraBatista.pdf</a> . Acesso em: 10 dez. 2021.	Mestrado em Transporte Uso das faixas de domínio

2019	OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de; MARTINS, Pedro. Ocupação do espaço público rodoviário como mecanismo de controle e poder. <b>Brazilian Journal of Development</b> , Curitiba, v. 5, n. 12, p. 30859-30873, 2019. Disponível em: <a href="https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5412">https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5412</a> . Acesso em: 18 dez. 2021.	Artigo publicado em periódico Uso das faixas de domínios
2019	FERREIRA, Ananda da Luz; MARTINS, Herbert Toledo. Infâncias Beiradeiras: como é ser criança à beira da BR-101? In: <b>Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS</b> , Caxambu, 2019. Disponível em: <a href="https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st16-8/11724-infancias-beiradeiras-como-e-ser-crianca-a-beira-da-br-101/file">https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st16-8/11724-infancias-beiradeiras-como-e-ser-crianca-a-beira-da-br-101/file</a> . Acesso em 09 dez. 2021.	Artigo em evento Ciências Sociais / Extremo Sul
2020	FRANÇOZI, Marcos Paulo. <b>A questão agrária e a recriação camponesa nas faixas de domínio das rodovias no sudoeste de Goiás</b> . 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2020. Disponível em: <a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10535">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10535</a> . Acesso em: 16. dez. 2021.	Mestrado em Geografia /Goiás
2020	COSTA, Oneide Andrade da. <b>À beira da vida: vulnerabilidade social dos Beiradeiros no Extremo Sul da Bahia</b> . 2020. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2020. Disponível em: <a href="https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=466139&amp;key=c18b87cd632c54d961f81ce8fb4e6636">https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=466139&amp;key=c18b87cd632c54d961f81ce8fb4e6636</a> . Acesso em: 14 dez. 2021.	Mestrado em Estado e Sociedade/ Extremo Sul da Bahia
2020	FERREIRA, Ananda da Luz. Beiradeiros: viver à beira no extremo sul da Bahia. <b>Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, [S. l.]</b> , v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <a href="https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10993">https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10993</a> . Acesso em: 26 out. 2021.	Artigo em periódico/ Ciências Sociais / Extremo Sul
2020	MARTINS, Herbert Toledo; FERREIRA, Ananda da Luz. Quando a beira fica vermelha: o urucum que brota na BR-101. <b>Teoria e Cultura</b> , v. 15, n. 3, p. 243-448, 2020. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/29680">https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/29680</a> . Acesso em: 10 dez. 2021.	Artigo em periódico / Ciências Sociais / Sul da Bahia

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021/2022.

Foram identificados treze trabalhos sobre a área temática, sendo que destes temos: seis dissertações de mestrado; cinco artigos publicados em anais de eventos e periódicos; uma tese de doutorado e um trabalho de conclusão de curso. Além disso, identificamos que entre 2011 e 2018, há seis trabalhos, enquanto a partir de 2019, há uma presença mais significativa, com três trabalhos, e quatro em 2020. É importante notar que apenas um trabalho traz o termo “questão agrária” em seu título.

A análise da literatura sobre a ocupação das faixas de domínio das rodovias demonstra uma diversidade dos usos dessas áreas no Brasil. Os estudos abrangem desde a produção agrícola familiar até práticas agropecuárias e questões socioambientais. Dissertações e artigos, como os de Araújo (2011, 2012) e Souza (2013), focam na agricultura às margens das rodovias BR-230 e PB 008 na Paraíba. Já Alves (2015) e Caldas Júnior (2017) trabalham com agropecuária nas rodovias BR-235 em Sergipe. Oliveira (2018) e Batista (2019) discutem aspectos socioambientais e a influência dos usos irregulares na segurança nas rodovias. A produção acadêmica mais recente, como os artigos de Ferreira e Martins (2020), aprofunda vulnerabilidade social dos beiradeiros<sup>5</sup> no Extremo Sul da Bahia, e a dissertação de Francózi (2020) que traz a centralidade para a discussão da questão agrária no sudoeste de Goiás, com uma visão sobre a recriação camponesa e a vida às margens das rodovias. De forma geral, os trabalhos evidenciam as discussões no meio acadêmico sobre o uso das faixas de domínio.

O levantamento de dados secundários e o levantamento documental foi um processo importante para a investigação para esta dissertação. Realizamos levantamentos a partir de dados sobre a estrutura fundiária, econômica e social dos municípios do recorte espacial estudado na rodovia BR-420. Para tanto, foram realizadas coletas nas plataformas digitais do IBGE, no banco de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e do Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural<sup>6</sup>, este último vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A partir das plataformas indicadas, levantamos dados sobre a série histórica da população urbana e rural (Apêndice A e B); estrutura fundiária, características sobre estabelecimentos agropecuários; as formas de acesso à terra identificadas (Apêndice C, D e E); Índice de Gini; indicadores sociais e outros dados relevantes para a pesquisa. Além disso, as informações oriundas do levantamento dos dados secundários foram sistematizadas e analisadas a partir dos referenciais teóricos, os quais deram origem a mapas, gráficos, tabelas e quadros distribuídos ao longo do trabalho.

Já a pesquisa documental (Gil, 2002), foi realizada através do levantamento e apreciação de leis, decretos, resoluções, portarias, normas e manuais para compreender como o Estado regula o uso das faixas de domínios no Brasil e no estado da Bahia. Os materiais foram

---

<sup>5</sup> Beiradeiro é a denominação utilizada por Costa (2020) para identificar as pessoas que vivem na beira da pista no sul da Bahia. Também é denominado de Beiradeiro os moradores das margens do rio São Francisco.

<sup>6</sup> O Grupo de Pesquisa GeografAR/POSGEO/UFBA/CNPq, desde 1996, busca analisar o processo de (re)produção do espaço no campo baiano a partir da correlação de forças que se define pela ação política dos sujeitos sociais organizados. Mantém um Banco de Dados disponibilizado em sua página eletrônica: <https://geografar.ufba.br/>.

apreciados com intuito de identificar como o Estado entende e atua diante das práticas agropecuárias às margens das rodovias para os distintos grupos sociais e sua vinculação com a Questão Agrária. Os dados obtidos por meio da pesquisa documental foram apreciados e, a partir da análise, foram elaborados esquemas e quadros que elucidam a forma que Estado regula as práticas agropecuárias na beira da estrada.

Para melhor compreensão sobre a produção do espaço a partir das práticas agropecuárias, realizamos trabalho de campo para analisar a realidade estudada e os sujeitos envolvidos na pesquisa. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de abril, maio, junho e julho de 2022. Durante o campo, foram realizadas dezessete entrevistas semiestruturadas com os camponeses e camponesas de beira de pista (Apêndice F). As entrevistas possibilitaram a obtenção de informações sobre a produção às margens da rodovia (como, quando e onde plantam, bem como destinos e consumos); trajetórias de vida dos sujeitos que ali vivem, trabalham e produzem e, sobretudo, identificar a forma de plantar e a relação dos sujeitos com a natureza. Além disso, verificamos a existência de conflitos com os fazendeiros locais e a relação com as organizações de luta.

Paralelo a realização das entrevistas, efetuamos registros fotográficos das áreas de plantação na beira da pista para caracterização das produções. Os registros fotográficos estão dispostos ao longo do trabalho. Vale destacar que, durante a realização do trabalho de campo, foram coletadas as coordenadas geográficas das áreas para elaboração de mapas com a espacialização das produções às margens e outras análises inerentes à pesquisa. Os mapas produzidos permitiram análises sobre a espacialização e a possível distribuição/destinação das produções, bem como registrar o local de moradia ou de outras atividades dos sujeitos da pesquisa. As informações obtidas por meio do trabalho de campo, das entrevistas e dos registros fotográficos foram analisadas e discutidas à luz dos referenciais teóricos e entrelaçados às observações empíricas realizadas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes locais: nas plantações na beira da pista, nas residências dos camponeses/camponesas e nas feiras livres dos municípios da área estudada. Essa estratégia foi um esforço necessário para localizar aqueles e aquelas que plantam na beira da pista, pois, mesmo visitando as plantações em diferentes dias e horários, era difícil encontrá-los nas roças. Isso porque, em muitos casos, só foi possível identificar quem plantava na área a partir de contatos com pessoas que circulam na rodovia e, posteriormente, estabelecer contato com os sujeitos da pesquisa, ou seja, com os camponeses espremidos.

Diante do exposto sobre os desafios e possibilidades do trabalho de campo, algumas considerações precisam ser feitas. A BR-420 é movimentada, circula carros de grande porte por

ser uma rodovia de ligação entre as BR-101 e BR-116, uns dos principais eixos rodoviários do país. A própria experiência, enquanto pesquisadora, de estar na beira da pista, às margens das faixas de domínio, gerou uma sensação de insegurança pelo constante fluxo de carros. Muitas foram as vezes que o sentimento de insegurança e medo era a única companhia no caminhar da beira de pista. Isso provocou a reflexão sobre como as pessoas que plantam, e em muitos casos, moram nessas áreas, estão expostos à insegurança do trânsito e aos riscos de acidentes nas faixas de domínio. São verdadeiros “acostamentos vivos”, como intitula Alves (2015) em seu trabalho que discute a produção de beira de pista no estado de Sergipe. Os acostamentos vivos se tornam, em muitos casos, invisíveis para quem trafega na rodovia.

Outro desafio metodológico foi encontrar os camponeses que plantam nessas áreas. Para encontrar as plantações, percorremos vários trechos da rodovia BR-420. Realizamos o percurso a pé para identificação das roças e dos camponeses, bem como para a realização dos registros fotográficos dos elementos presentes nas paisagens e coleta das coordenadas geográficas. Este caminhar na beira da pista ou na beira da estrada, foi um obstáculo considerando a dinâmica da rodovia – como já exposto – e das produções de beira de pista. A presença da roça não significava, necessariamente, a presença de quem a plantou. Por isso, algumas estratégias foram construídas a partir da própria experiência no campo. Desse modo, tentamos operacionalizar o campo da seguinte forma:

- a) idas ao campo em dias de quinta-feira e sexta-feira pela manhã ou tarde, pois a possibilidade de encontrar os camponeses aumentavam devido a possível colheita das produções que são comercializadas nas feiras livres dos municípios, as quais, geralmente, acontecem aos sábados pela manhã;
- b) fazer o campo no início da manhã e no fim da tarde, pois são os horários prováveis de trabalho dos camponeses de beira de pista devido à incidência de luz solar e horários de trabalho em fazendas da região no regime de boia-fria, meeiros ou parceiros;
- c) conversar com pessoas que moram próximas às áreas plantadas, bem como, as pessoas que circulam na localidade, como os motoristas de transportes alternativos para descobrir quem era o camponês e/ou camponesa que cultivava naquele trecho;
- d) percorrer várias vezes o trajeto para identificar as plantações e os camponeses que plantam e residem ali.

Mesmo diante das estratégias pensadas, encontrar os camponeses de beira de pista foi uma provocação metodológica que a realidade apresentou. Por isso, mapeamos mais do que entrevistamos. Ao percorrer os sete municípios da área de estudo, identificamos 72

roças/plantações na beira da estrada ao passo que entrevistamos 17 camponeses e camponesas, numa área que corresponde, aproximadamente, a 150 km.

Optamos por adotar a denominação “roça” ao referir às plantações de beira de pista. A escolha se deu com uma forma de respeito aos camponeses e camponesas, visto que é dessa forma que eles se referem as plantações realizadas. A palavra roça será utilizada ao longo do trabalho quando estiver fazendo menção às plantações de beira de pista, como fruto do trabalho dos camponeses e camponesas.

É importante registrar que há duas situações de reprodução social dos camponeses na beira da pista. A primeira se refere aos camponeses que cultivam em áreas próximas às suas residências, mas não necessariamente na beira da pista. A segunda situação envolve aqueles que plantam em áreas distantes de suas residências; este segundo grupo foi o mais difícil de identificar. No entanto, este trabalho não fará distinções entre eles.

Compreendemos que ambas as situações são consequências do processo de expropriação do campesinato brasileiro da terra. As roças estão lá, como uma presença concreta na paisagem da rodovia, mas quem as plantou? Quem cultivou a terra, mesmo sem as condições necessárias para colher o alimento plantado? Essas são questões que tentamos responder diante da realidade estudada.

Para auxiliar na resposta a essas questões, realizamos entrevistas com dezessete camponeses e camponesas. Ao apresentar relatos e falas dos entrevistados, utilizaremos as iniciais de seus nomes com o intuito de preservar as identidades dos sujeitos (Apêndice G).

Contamos com o auxílio de colaboradores que estreitaram a aproximação com alguns dos sujeitos pesquisados. A realização do campo e, principalmente, das entrevistas contou com uma rede de colaboração, solidariedade e apoio entre estudantes, pesquisadores e egressos do IF Baiano *Campus* Santa Inês, parceiros e integrantes do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano (NEQA - IF Baiano/CNPq)<sup>7</sup> e lideranças comunitárias que auxiliaram na identificação dos camponeses que plantam da beira da pista e em muitos casos, mediaram o contato e diálogo. Foi um esforço para dar nome, voz, cor e origem àqueles e àquelas que plantam na beira da pista. Afinal, como diz o poema “Viajantes passam, todo mundo olha, mas

---

<sup>7</sup> O Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano/CNPq, mais conhecido pela sigla NEQA-IF Baiano/CNPq, atua no IF Baiano *Campus* Santa Inês desde 2011. Desde então, o coletivo desenvolve atividades de ensino-pesquisa-extensão que analisam o processo de (re)produção do espaço geográfico no campo, em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades mediante quatro linhas, a saber: Educação do/no Campo; Educação popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais; Expressões e materialidades da Questão Agrária; e Territorialização do capital e resistência camponesa. Para saber mais sobre o NEQA-IF Baiano/CNPq, conferir em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/15319>. Além disso, o Grupo faz parte da Rede GeografAr.



ninguém vê o Beiradeiro e sua cria / E seus sonhos de melhores dias espremidos entre a cerca e a rodovia.” (Andrade, [s.a])<sup>8</sup>.

Além dos procedimentos metodológicos apresentados anteriormente, vale registrar três momentos durante a pesquisa que contribuíram para reflexão teórica-metodológica deste trabalho, sendo elas:

- a) Tirocínio docente realizado na Turma de Geografia Rural no Curso de Licenciatura em Geografia do IF Baiano *Campus* Santa Inês no ano de 2021;
- b) Oficina: Acostamentos vivos ou acostamentos invisíveis: a reprodução da vida na beira da pista, ministrada durante o IV Encontro NEQA-IF BAIANO/CNPq em 2022 (Apêndice J);
- c) Palestra ministrada para discentes da Turma 2021 do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do IF Baiano *Campus* Santa Inês, matriculados no componente “Tópicos Especiais: Expressões e materialidades da questão agrária no Vale do Jiquiriçá”. A palestra foi intitulada “A produção do espaço e a reprodução da vida às margens das rodovias: leituras desde o Vale do Jiquiriçá”.

Estas experiências foram fundamentais no processo da construção deste texto, pois auxiliaram na reflexão, sistematização e análise dos dados e informações coletadas.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos contando com esta Introdução. No segundo capítulo abordamos as condições históricas da expropriação camponesa e da concentração fundiária no Vale do Jiquiriçá (BA), apresentando dados populacionais, a estrutura fundiária e o perfil dos camponeses, com ênfase nas relações de poder, raça e classe. O terceiro capítulo discutimos a reprodução do campesinato espremido às margens da rodovia federal BR-420 no Vale do Jiquiriçá, trazendo para o debate a compreensão da produção do espaço e a discussão sobre como os camponeses produzem e vivem espremidos nas margens da rodovia, analisando a produção do espaço e a reprodução da vida nessas condições adversas. O quarto capítulo analisamos as ações e os conflitos na beira de estrada no Vale do Jiquiriçá (BA). E por fim, as considerações finais que sintetizamos os principais apontamentos da pesquisa e discutimos a permanência da Questão Agrária.

---

<sup>8</sup>[Poemas à porta] Perto do asfalto, longe da civilização, por Oneide Andrade. Disponível em: <https://acasatombada.com.br/poemas-a-porta-perto-do-asfalto-longe-da-civilizacao-por-oneide-andrade/>. Acesso em: 22 de março de 2022.

## 2 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EXPROPRIAÇÃO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ (BA)

Este capítulo tem como objetivo discutir as condições históricas e sociais do acesso à terra no Vale do Jiquiriçá e como estas se manifestam, até hoje, nas condições de vida de sua população. Para tanto, apresentamos, inicialmente, as condições históricas de acesso à terra no Brasil e no Vale do Jiquiriçá, evidenciando como o processo de colonização, a luta pela terra e a formação das estruturas agrárias moldaram as relações sociais e econômicas atuais. A análise das condições históricas e sociais permite compreender as desigualdades e dinâmicas presentes na região, além de situar as raízes do (não) acesso à terra para as famílias camponesas. Em seguida, apresentamos dados populacionais do Vale, informações sobre agricultura familiar e não familiar, estrutura fundiária, e o perfil dos agricultores familiares<sup>9</sup> considerando raça/cor, faixa etária e escolaridade. Por fim, analisamos dados específicos da área de estudo, como a população, a estrutura fundiária, o Índice de Gini e as formas de acesso à terra, traçando um perfil dos sujeitos pesquisados, que evidencia como as relações de poder, raça e classe e seus nexos com a Questão Agrária no Vale do Jiquiriçá

### 2.1 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL

A terra é a base material essencial para a reprodução social. No Brasil, a terra, após a chegada dos colonizadores europeus, passou a ser considerada pertencente à Coroa portuguesa. No entanto, foi somente após o estabelecimento do primeiro Governo Geral e com o início dos investimentos produtivos por Portugal que a disputa pelas terras começou a ocorrer, resultando na expropriação dos povos originários que ali habitava. A Coroa, como forma de dominação e para efetivar a ocupação e o povoamento do país, inicialmente, não reconheceu os direitos dos habitantes originais sobre a terra. Posteriormente, criou mecanismos de distribuição de terras, como as Capitâneas Hereditárias, embora o domínio continuasse sendo da Coroa (Germani, 2006; 2010).

O processo de expropriação e concentração fundiária faz parte da formação histórica do Brasil e persiste até hoje. Além dos povos originários, os africanos escravizados também foram excluídos do direito à terra e ao território. Antes considerados 'coisas' e 'mercadorias',

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar que a escolha teórico-metodológica desta pesquisa adota o conceito de camponês. No entanto, ao trabalhar com dados de órgãos oficiais dos estados, especialmente no que se refere às políticas públicas, utiliza-se o termo agricultor para esse contexto. Ou seja, o termo agricultor familiar é empregado nas políticas estatais e, quando se faz referência a elas, o termo é aplicado.

após a Abolição, não tinham direito à terra, uma vez que esse bem natural foi transformado em 'mercadoria' pela Lei de Terras de 1850 (anteriormente, o período das terras livres permitiu a grilagem de grande parte delas), tornando-se acessível apenas àqueles que podiam pagar por ela. Assim, a organização fundiária brasileira, baseada na negação de direitos e na concentração de terras, reflete-se até hoje na estrutura fundiária do Brasil, uma das mais concentradas do mundo. Milhares de trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra enfrentam uma minoria de latifundiários que visam apenas obter renda da terra e sua exploração, transformando-a em mercadoria (Germani, 2006; 2010). O controle sobre a terra, portanto, se torna a chave-central para a manutenção do sistema de opressão e exploração, garantindo a perpetuação da concentração fundiária.

Nessa relação desigual de acesso à terra, uma diversidade de sujeitos e grupos sociais busca diversas estratégias para garantir sua sobrevivência e reivindicar o que lhes foi expropriado. Dentre eles, estão as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sem-terra, camponesas e camponeses, comunidades e povos tradicionais, além de outros grupos que construíram uma relação com a terra pautada no trabalho familiar como forma de reprodução social da vida. Ao longo da história, esses grupos têm resistido aos processos de exploração do modelo de produção capitalista, incluindo os povos originários, com suas especificidades.

Os camponeses e camponesas expropriados, como forma de enfrentamento, se organizam em diferentes movimentos sociais que lutam para retornar à terra. Os movimentos sociais, a partir da auto-organização, reivindicam o acesso e permanência na terra por meio de ocupações, formação de acampamentos/assentamentos, marchas e outras estratégias. Porém, existe uma parcela da população do campo, também sem-terra, que encontra outras estratégias de reprodução social, como é o caso dos camponeses que vivem e produzem (processo de trabalho) às margens das rodovias federais e estaduais no Brasil.

Neste processo, tem-se que a formação do espaço agrário, a partir dos processos de trabalho, se deu a partir da apropriação de bens da natureza (em especial a terra) por classes distintas, ou seja, a partir do que se compreende como Questão Agrária. A Questão Agrária, dentro de uma perspectiva geográfica, segundo Stédile (2011, p. 15), procura “[...] explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território”.

Parte-se da premissa da permanência da Questão Agrária e das suas implicações na sociedade brasileira. Assim, concordando com a afirmação de Wanderley (2019, p. 16), “a questão agrária é uma questão para a sociedade brasileira”, algo que faz parte da formação da sociedade e se perpetua até os dias atuais.

Para Germani (2010), a Questão Agrária sempre terá uma dimensão territorial, mesmo sendo analisada por diferentes dimensões. Assim, a Questão Agrária, apesar da sua abstração, ganha

[...] concretude e materialidade através da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais e que se manifesta na estrutura de propriedade da terra. Esta, a estrutura da propriedade da terra, por sua vez representa a concretização no espaço da forma como os diferentes grupos atuam e se relacionam na sociedade (Germani, 2010, p. 272).

Segundo José Graziano da Silva (1981), a Questão Agrária está relacionada às relações sociais estabelecidas na produção. O como e de que forma se produz são questões centrais, pois refletem as condições de acesso à terra, a organização do trabalho e os conflitos gerados pelas desigualdades na distribuição dos recursos produtivos, que impactam diretamente nas estruturas sociais e as dinâmicas econômicas no campo.

De acordo Germani (2010, p. 270), a Questão Agrária é compreendida a partir das

[...] relações sociais de produção, ou seja, como e de que forma se produz no campo. Questões que remetem a estrutura de propriedade da terra, as relações sociais de produção que são estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no tempo-espaço. Isto é, quem se apropria de um pedaço da natureza e a forma que o faz vai definir a condição em que realiza sua produção e, também, sua posição numa dada sociedade.

Uma das expressões da Questão Agrária é a estrutura fundiária, pois permite a compreensão da dimensão territorial. Segundo Germani (2010, p. 275) “[...] estrutura fundiária pode ser entendida como a representação numérica da dimensão da violência manifestada pela apropriação privada da natureza no modo de produção capitalista”. Tomando como base os estudos realizados por Oliveira (2001) e Germani (2010) sobre a estrutura fundiária brasileira, ou seja, sobre a forma da distribuição de terras no Brasil, é possível afirmar que nas últimas décadas do País pouco foi alterado no que se refere à concentração de terras, pelo contrário, a concentração se agravou, como demonstrado na Tabela 1.

Os dados apresentados na Tabela 1 sobre os estabelecimentos com dimensões igual ou superior a 1.000 hectares, ratificam o que diz Oliveira (2001, p. 29), “os latifúndios têm aumentado”. Nos dados, percebe-se, ainda, que durante quase 100 anos – aproximadamente – metade das terras brasileiras permanecem na mão dos proprietários do grupo de mais de 1.000 hectares (Germani, 2010). Refletindo a realidade histórica do país, chega-se ao século XXI com 47,52% das terras brasileiras concentradas em 1% dos estabelecimentos. Uma distribuição

desigual, construída no processo histórico, de expropriação e de exclusão, que acontece desde o início da colonização (Oliveira, 2001).

Tabela 1 - Brasil: estabelecimentos com dimensões igual ou superior a 1.000 hectares (1920-2017)

Ano	Estabelecimento		Área	
	Número	%	Área	%
1920	26.315	4,0	110.980.624.	63,4
1940	27.812	1,5	95.529.649	48,3
1950	32.628	1,6	118.102.270	50,9
1960	32.885	1,0	125.537.925	47,3
1970	36.874	0,7	116.250.000	39,5
1975	41.468	0,8	138.819.000	42,8
1980	47.841	0,9	64.557.000	45,1
1985	50.411	0,9	163.940.461	43,7
1995	49.358	1,0	159.493.949	45,1
2006	46.911	0,91	146.553.218	44,42
<b>2017</b>	<b>50.865</b>	<b>1,0</b>	<b>166.451.258</b>	<b>47,52</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1920 a 2006 apud Germani (2010); IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2020 (adaptado).

No que se refere ao estado da Bahia, pouco difere, considerando que os estabelecimentos igual ou superior a 1.000 ha representam 0,41% das unidades, ocupando 38% das áreas (Tabela 2). Por outro lado, estabelecimentos com áreas até 50 hectares representam 92,32% do total, mas ocupam apenas 21,74% da área total.

Tabela 2 - Estrutura fundiária - Bahia (2017)

Grupo de Área	Estabelecimentos (n°)	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Produtor sem área	6.026	-	0,79	-
De mais 0 a menos de 1 ha	117.617	61.485	15,42	0,22
De 1 a menos de 2 ha	86.139	115.943	11,29	0,41
De 2 a menos de 5 ha	152.494	471.069	19,99	1,68
De 5 a menos de 10 ha	110.435	752.837	14,48	2,69
De 10 a menos de 20 ha	105.228	1.425.332	13,79	5,09
De 20 a menos de 50 ha	108.452	3.263.079	14,22	11,65
De 50 a menos de 100 ha	39.859	2.661.055	5,23	9,50
De 100 a menos de 200 ha	18.047	2.425.373	2,37	8,66
De 200 a menos de 500 ha	11.405	3.431.931	1,50	12,25
De 500 a menos de 1.000 ha	3.970	2.715.786	0,52	9,69
De 1.000 a menos de 2.500 ha	2.150	3.169.415	0,28	11,31
De 2.500 a menos de 10.000 ha	835	3.641.686	0,11	13,00
De 10.000 ha e mais	191	3.885.870	0,03	13,87
Total	762.848	28.020.859	100	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Nesses termos, a formação do espaço agrário brasileiro foi moldada pela lógica do desenvolvimento capitalista, que utilizou instrumentos de expropriação dos povos originários como base para a acumulação primitiva. Assim, “as condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro” geraram uma massa de trabalhadores sem-terra e sem trabalho, em contraste com uma parcela de latifundiários detentores de grandes extensões de terras improdutivas. Ou seja, muita terra com pouca gente, e muita gente passando fome, sem trabalho e sem-terra (Germani, 2006, p. 142). O processo de expropriação foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo na Europa (ou a partir dele), ao fornecer tanto recursos quanto mercados necessários para sua expansão. A questão central, continua sendo a apropriação privada da terra como condição para a apropriação de todo o trabalho efetivado nela. Por isso, a expropriação é uma das formas, mas a única forma de fomentar o desenvolvimento da produção capitalista no campo, inclusive nas colônias

## 2.2 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE ACESSO À TERRA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ

O Vale do Jiquiriçá, situado na Bahia, possui um histórico de ocupação que se inicia com os povos indígenas, como: os Kiriris, os Sabuyás, os Payayás, os Mongóis e os Maracás, conforme destacado pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS, 2017). Mesmo com a presença indígena no Vale, a região começou a ser desbravada pelos colonizadores no século XVII (IBGE, 1958). A colonização na região se intensificou ao longo do século XVIII e XIX, impulsionada pelos ciclos econômicos do Recôncavo baiano, especialmente a expansão das atividades agropecuárias voltadas para exportação, como cana-de-açúcar e café e as atividades dos tropeiros (Almeida, 2008; Rios, 2015; Jesus, 2019).

A formação dos núcleos urbanos ao longo do Vale foi marcada pela navegação do rio Jiquiriçá e a construção de entrepostos comerciais, que evoluíram para vilas e cidades (Rios, 2015). A presença de população negra, descendente de escravizados também é notada na configuração do Vale, devido ao deslocamento para trabalhar nas fazendas, ou ocupando terras (Quan, Olalde & Souza, 2012). Além disso, a construção da Estrada de Ferro de Nazaré, Tram Road de Nazareth, iniciada em 1869 e inaugurada em 1906, trouxe crescimento populacional e facilitou o escoamento de mercadorias, consolidando a região como um ponto estratégico de transporte e comércio (Zorzo, 2000).

Brevemente, essas foram as condições históricas da formação territorial do Vale do Jiquiriçá, uma história marcada por conflitos e lutas que não se pode deixar de enfatizar. A estrutura fundiária da região é dominada por grandes proprietários de terras, que controlam, em

grande parte, o poder político e econômico local. Os grupos citados se associam frequentemente aos grandes projetos do agronegócio e do capital, apropriando-se de vastas porções de terra e na manutenção do domínio.

Essas dinâmicas deram origem aos municípios que compõem a região atualmente: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra

Em 2010, o Vale do Jiquiriçá apresentou uma população de 301.682 habitantes, sendo que do total, 127.997 (42%) se encontram nas áreas rurais e 174.633 (58%) pessoas vivem nas áreas urbanas (IBGE, 2010)<sup>10</sup>. Estudos desenvolvidos por Lima (2011; 2017; 2019) apontam que nessa região a população tem forte relação com o campo por meio das dinâmicas sociais e da produção de alimentos. Ou seja, boa parte da população do Vale do Jiquiriçá garante sua reprodução social e material a partir das produções agropecuárias.

Na Tabela 3 e na Figura 2, é possível identificar os municípios com maior número populacional, com destaque para Amargosa e Jaguaquara. A maioria dos municípios, como é o caso de Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra (com destaque na Tabela 2) têm a maioria da sua população residente em áreas rurais o que reforça os estudos realizados por Lima (2011; 2017, 2019) sobre a dinâmica econômica da região com forte influências das produções agrícolas.

Alguns municípios, como Jaguaquara e Santa Inês, destacam-se por suas altas concentrações urbanas, com 76,2% e 91,8% de suas populações vivendo em áreas urbanas, respectivamente. Por outro lado, municípios como Brejões e Laje têm uma prevalência de população rural, com 65,4% e 72,6% de suas populações vivendo em áreas rurais, respectivamente.

A dinâmica entre campo e cidade, ou rural e urbano, é complexa. Silva (2003, p. 63) enfatiza que a “[...] população considerada como urbana pelas estatísticas oficiais deveria ser avaliada, a rigor, como população rural, já que vive em núcleos muito pequenos, com predomínio de atividades rurais”. Contudo, essa leitura é um pouco problemática, pois, a rigor, as pessoas que vivem em áreas urbanas, mesmo que pequenas, foram em grande medida expropriadas, perdendo a capacidade de reprodução da vida no campo e sendo forçadas a viver

---

<sup>10</sup> Cumpre salientar que os dados do Censo Populacional 2022 foram divulgados em meados de 2023. Dessa forma, o Vale do Jiquiriçá tem uma população de 292.946 habitantes (IBGE, 2022 *apud* SEI, 2023). Porém, não foi possível acessar a distribuição espacial dos habitantes no campo e na cidade, apesar da solicitação feita ao IBGE via Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação protocolo 03005.234846/2023-94 de 27/07/2023.

sob relações de trabalho distintas. Nesse sentido, classificá-las como 'rurais' poderia enfraquecer a luta pela terra camponesa, além de negar o próprio quadro histórico de expropriação e transformação das condições de vida e trabalho dessas populações.

Tabela 3 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): população urbana e rural (2010)

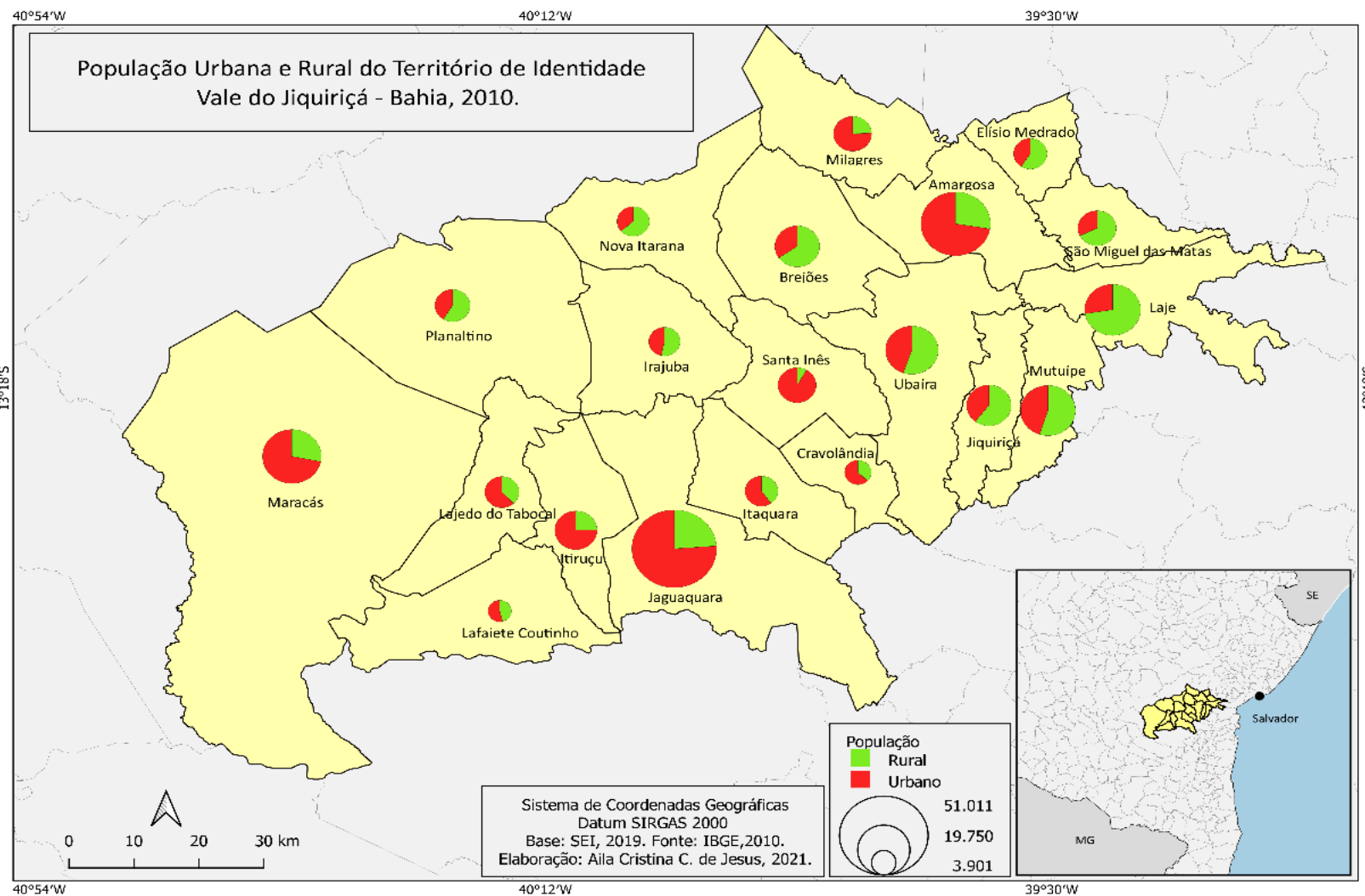
Município	Total	Urbana		Rural	
		(n°)	(%)	(n°)	(%)
Amargosa	34.351	24.891	72,5	9.460	27,5
<b>Brejões</b>	<b>14.282</b>	<b>4.937</b>	<b>34,6</b>	<b>9.345</b>	<b>65,4</b>
Cravolândia	5.041	3.180	63,1	1.861	36,9
<b>Elísio Medrado</b>	<b>7.947</b>	<b>3.248</b>	<b>40,9</b>	<b>4.699</b>	<b>59,1</b>
<b>Irajuba</b>	<b>7.002</b>	<b>3.273</b>	<b>46,7</b>	<b>3.729</b>	<b>53,3</b>
Itaquara	7.678	4.608	60,0	3.070	40,0
Itiruçu	12.693	9.526	75,0	3.167	25,0
Jaguaquara	51.011	38.850	76,2	12.161	23,8
<b>Jiquiriçá</b>	<b>14.118</b>	<b>5.581</b>	<b>39,5</b>	<b>8.537</b>	<b>60,5</b>
Lafayette Coutinho	3.901	2.104	53,9	1.797	46,1
<b>Laje</b>	<b>22.201</b>	<b>6.080</b>	<b>27,4</b>	<b>16.121</b>	<b>72,6</b>
Lajedo Tabocal	8.305	5.149	62,0	3.156	38,0
Maracás	24.613	17.707	71,9	6.906	28,1
Milagres	10.306	7.789	75,6	2.517	24,4
<b>Mutuípe</b>	<b>21.449</b>	<b>9.659</b>	<b>45,0</b>	<b>11.790</b>	<b>55,0</b>
<b>Nova Itarana</b>	<b>7.435</b>	<b>2.715</b>	<b>36,5</b>	<b>4.720</b>	<b>63,5</b>
<b>Planaltino</b>	<b>8.822</b>	<b>3.640</b>	<b>41,3</b>	<b>5.182</b>	<b>58,7</b>
Santa Inês	10.363	9.514	91,8	849	8,2
<b>São Miguel das Matas</b>	<b>10.414</b>	<b>3.360</b>	<b>32,3</b>	<b>7.054</b>	<b>67,7</b>
<b>Ubaíra</b>	<b>19.750</b>	<b>8.822</b>	<b>44,7</b>	<b>10.928</b>	<b>55,3</b>
Total	301.682	174.633	57,9	127.049	42,1

FONTE: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2022.



Figura 2 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): população urbana e rural (2010)



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

É importante observar que, embora componham uma região, os municípios apresentam realidades distintas e formas diferentes de se inserir na divisão social e territorial do trabalho. Além disso, o debate sobre a distribuição populacional adquire um novo sentido quando se considera o movimento da mobilidade da força de trabalho, evidenciando o trabalho como elemento central na organização social e econômica da região. Esse fenômeno reflete as transformações nas relações de produção e no acesso aos recursos, ressaltando as desigualdades e as dinâmicas de exclusão e inclusão que moldam a região.

O Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 aponta o setor terciário (comércio e serviços) como o mais presente na economia da região, com 77%, seguido pelo setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo) com 12%, e por fim, o setor secundário (indústria) com 11%. A divisão se dá entre os setores: primário, que diz respeito à agricultura, à pecuária e ao extrativismo; secundário, que corresponde à indústria; e terciário, que agrega os serviços, formais ou informais, prestados nas mais diversas áreas, além das atividades comerciais. Contudo, apesar da concentração populacional ser nas cidades em alguns municípios e do PIB ter maior percentual nos serviços e comércio, a dinâmica da vida no Vale perpassa pelas atividades produzidas no segmento primário (SEI, 2020).

É importante fazer algumas considerações sobre o PIB do Vale. Quando falamos de comércio e serviços, estamos falando de um conjunto amplo de atividades que engloba a troca de diferentes tipos de mercadorias, e os serviços, incluindo os públicos, que desempenham um papel importante na economia de cidades pequenas e médias. Outro ponto a ser destacado é, esses municípios não são centros industriais, mas eles estão integrados na divisão do trabalho social e territorial, participando na circulação e consumo de produtos, muitos dos quais têm origem no campo, o que revela uma conexão estreita entre o rural e o urbano. Por fim, é importante ter um olhar crítico para os dados do setor primário. A denominada economia camponesa nem sempre pode ser quantificada ou traduzida em valores monetários, pois, em sua essência, é fundamentada na autossuficiência familiar e na produção de um excedente limitado. Além disso, é relevante notar o baixo valor agregado dessas mercadorias, que em sua maioria são produtos primários, em contraste com os itens industrializados, processados ou serviços especializados.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre a estrutura fundiária do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá revela a concentração fundiária presente na região (Tabela 4). A maioria dos estabelecimentos, 63,4% (18.933), possui menos de 5 hectares, que representa somente 4,73% da área total, com uma área média de 1,70 hectares. Em contraste, propriedades de 200 a menos de 1.000 hectares, que constituem apenas 1,95% dos

estabelecimentos, ocupam 32,37% da área total, com uma área média de 387,27 hectares. A concentração de terra é ainda mais acentuada nas faixas acima de 1.000 hectares. Embora estas últimas representem 0,23% dos estabelecimentos, elas ocupam 22,63% da área total, com áreas médias de 1.512,83 hectares e 5.542,50 hectares. Ou seja, indicam, em linhas gerais, como as terras se encontram concentradas na região.

Tabela 4 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): estrutura fundiária (2017)

Grupo de área	Estabelecimentos		Área		Área Média (ha)
	Nº	%	Nº	%	
<b>Menos de 5 ha</b>	<b>18.933</b>	<b>63,40</b>	<b>32.165</b>	<b>4,73</b>	<b>1,70</b>
De 5 a menos 10 ha	3.525	11,80	24.023	3,44	6,82
De 10 a menos 20 ha	2.825	9,46	38.831	5,57	13,75
De 20 a menos 50 ha	2.287	7,66	69.342	9,94	30,32
De 50 a menos 100 ha	1.021	3,42	69.948	10,03	68,51
De 100 a menos 200 ha	587	1,97	79.558	11,41	135,53
De 200 a menos 1.000 ha	583	1,95	225.780	32,37	387,27
De 1.000 a menos 2.500 ha	53	0,18	80.180	11,5	1.512,83
De 2.5000 ha e mais	14	0,05	77.595	11,13	5.542,50
Produtor sem área	36	0,12	-	-	-
Total	29.864	100	697.422	100	23,35

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017, p. 24) evidenciam que as condições históricas de acesso à terra e considerando os processos de formação do campesinato brasileiro, “[...] seria de extrema raridade encaixar o sujeito social em estratos de área superiores a 200 hectares. O camponês é o pequeno produtor familiar que produz com sua família em pequenas porções de terra”.

Tomando como base os estudos realizados por Oliveira (2001) e Germani (2010) sobre a estrutura fundiária brasileira, ou seja, sobre a forma da distribuição de terras no Brasil, é possível afirmar que durante a história de formação do país pouco foi alterado no que se refere à concentração de terras. Para Oliveira (2001, p. 29)

[...] a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitânicas/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil; e particularmente na segunda metade deste século o processo de incorporação de novos espaços – assaltados/tomados das nações indígenas – têm concentrado ainda mais as terras em mãos de poucos proprietários.

Também é oportuno observar e comparar a afirmação acima com os dados apresentados na Tabela 4 com destaque para os estabelecimentos com dimensões iguais ou superiores a 1.000 hectares (ha). Esse fenômeno também se manifesta na estrutura fundiária

dos municípios que compõem o Vale do Jiquiriçá, onde existem 14 estabelecimentos com áreas superiores a 2.500 hectares. Embora os órgãos oficiais não forneçam informações precisas sobre esses estabelecimentos, os cálculos estimados apontam para pouco mais de 11% de toda a extensão territorial, com uma área média de 5.542,50 hectares por estabelecimento. Para esses casos, a análise foi realizada a partir da área total dos estabelecimentos; mesmo sem precisão, essa abordagem mantém a dimensão do problema.

O campo do Vale do Jiquiriçá é formado por quase 30 mil estabelecimentos rurais e que são ocupados por uma diversidade de sujeitos que reproduzem suas vidas nos municípios. São camponeses (assentados, acampados e quilombolas) que disputam terras e políticas públicas com fazendeiros-latifundiários.

Nesse contexto, a população rural está distribuída nos 29.864 estabelecimentos agropecuários. É importante salientar que a base da agricultura no Vale do Jiquiriçá é familiar. São 23.771 estabelecimentos classificados enquanto agricultura familiar, correspondendo a 79,64% e ocupando uma área de 212.078 hectares (30,41%). Em contraste, a agricultura não-familiar possui 6.093 estabelecimentos, representando 20,36% do total, e ocupando uma área de 485.344 hectares (69,59%). Portanto, é possível afirmar que a agricultura do Vale do Jiquiriçá é majoritariamente composta pela agricultura de base familiar, apesar da disparidade na área ocupada (IBGE, 2017). Na Tabela 5 está representada a relação da tipologia dos estabelecimentos agropecuários enquanto agricultura familiar e não familiar, considerando o total de estabelecimentos e área ocupada<sup>11</sup>.

Tabela 5 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): número e área dos estabelecimentos agropecuários (2017)

Tipologia	Estabelecimento		Área (ha)		Pessoal ocupada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura não familiar	6.093	20,36	485.344	69,59	18.491	24,4
<b>Agricultura familiar</b>	<b>23.771</b>	<b>79,64</b>	<b>212.078</b>	<b>30,41</b>	57.206	75,6
Total	29.864	100	697.422	100	75.697	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

A realidade expressada na Tabela 5 segue a lógica do perfil da agricultura familiar brasileira e nordestina, como destaca Wanderley (2015) e Aquino, Alves e Vidal, (2020). O fato é que quase 80% das terras do Vale correspondem à forma espacial da agricultura familiar e

<sup>11</sup> A classificação dos estabelecimentos enquanto da agricultura familiar por parte do IBGE é feita a partir dos critérios da Lei n. 11.326 que são: tamanho dos estabelecimentos (até quatro módulos fiscais), a mão-de-obra familiar, renda familiar de origem do estabelecimento e a gestão familiar da unidade ou do empreendimento (IBGE, 2017)

ocupam pouco mais de 30% da extensão territorial. Assim, o dado pode ser associado às origens do campesinato nacional, marcadas pela exclusão e pela interdição da propriedade.

Outro dado importante é o pessoal ocupado. Nos estabelecimentos agropecuários do Vale do Jiquiriçá, o total de trabalhadores ocupados é de 75.697 pessoas. Dentre elas, 57.206 (75,6%) estão empregadas em estabelecimentos de agricultura familiar, enquanto 18.491 (24,4%) trabalham em estabelecimentos não caracterizados como agricultura familiar (IBGE, 2017). Contudo, é importante ressaltar que, embora a maior parte da força de trabalho agropecuária da região esteja vinculada à produção familiar, essa classificação pode ocultar uma realidade mais complexa. O próprio Estado tende a considerar os trabalhadores camponeses como assalariados ou parte de um processo de geração de emprego formal, o que não reflete com precisão a lógica da produção camponesa, que, em sua essência, não se baseia em relações de trabalho típicas de grandes propriedades ou do mercado de trabalho formal, mas sim na autossuficiência e na organização familiar.

Para além dos espaços institucionais e dos estabelecimentos registrados, existem uma diversidade de sujeitos, grupos sociais que constroem a luta pela terra no Vale do Jiquiriçá. Segundo dados do GeografAR (2021), nesta região, existe uma diversidade de formas de acesso à terra advindas da luta. São três acampamentos dos trabalhadores sem-terra em Jaguaquara e 20 assentamentos da reforma agrária – em Cravolândia, Irajuba, Jaguaquara, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra –, como símbolos da luta pela/na terra. Além disso, tem dois assentamentos oriundos do Programa Cédula da Terra – em Brejões e Maracás – e cinco do Projeto de Crédito Fundiário – em Itaquara, Jaguaquara, Maracás e Ubaíra – como expressões da reforma agrária de mercado. Há também pescadores organizados na Associação de Trabalhadores Rurais e Pescadores de Porto Alegre, em Maracás. Ademais, existem oito comunidades negras rurais quilombolas como símbolos da resistência do campesinato negro no Vale. Nesses “espaços de lutas”, vivem mais de mil famílias que tem sua base de reprodução social a partir das produções agrícolas da região (Quadro 4; Apêndice G e H). São esses grupos, em uma realidade tão adversa, que lutam para conquistar e, sobretudo, permanecer na terra.

Quadro 4 - Formas de acesso à terra identificadas nos municípios do Vale do Jiquiriçá

Município	Acampamento	Assentamento da Reforma Agrária	Cédula da Terra/Crédito Fundiário	Comunidade Quilombola
Amargosa				
Brejões			1	
Cravolândia		1		
Elísio Medrado				
Irajuba		2		
Itaquara		1	1	2
Itiruçu				
Jaguaquara		4	2	2
Jiquiriçá				
Lafaiete Coutinho		1		
Laje				
Lajedo do Tabocal		3		
Maracás		3	2	
Milagres				4
Mutuípe				
Nova Itarana				
Planaltino		2		1
Santa Inês		3		
São Miguel das Matas				
Ubaíra		1	1	
Total	3	21	4	9

Fonte: Banco de dados do Grupo de Pesquisa GeografAR, 2020.

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021

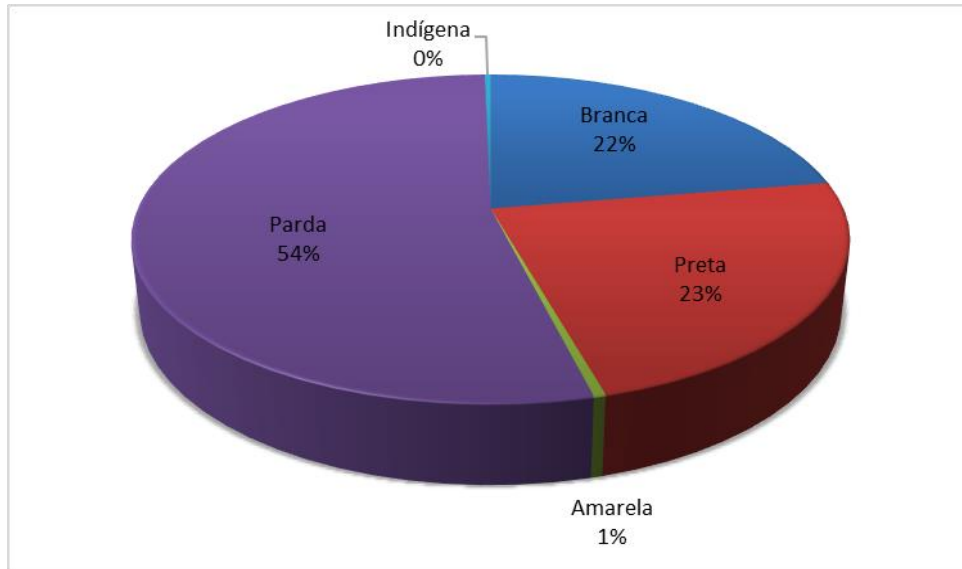
A diversidade nas formas de reprodução dessas comunidades camponesas na região em estudo perpassa por questões raciais, de gênero, econômicas, sociais e pelo (não) acesso à terra, a escolarização, assistência técnica e outras questões que implicam diretamente na forma de produção e sociabilidades no campo.

Pensando na diversidade racial, e tornando como base a classificação utilizada pelo IBGE, os produtores do Vale do Jiquiriçá, em sua maioria (77%) são lidos enquanto pessoas negras (Parda 54% e Preta 23%),<sup>12</sup> conforme demonstra o Gráfico 1. Essa realidade se expressa também no Nordeste brasileiro, região com 72% de pessoas negras (Aquino; Alves; Vidal, 2020). É importante destacar que, embora as pessoas negras apareçam como proprietárias de

<sup>12</sup> A população negra é considerada como o conjunto das pessoas residentes que se declaram pretas e pardas. Essa classificação é adotada pelo movimento negro, bem como por alguns órgãos oficiais, como o Ministério da Igualdade Racial.

terras, os dados indicam que as terras que elas ocupam são, na verdade, minifúndios e pequenas propriedades em sua maioria, conforme afirmado no estudo de Girardi (2021).

Gráfico 1 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): cor/raça dos agricultores familiares (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.  
Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Tal condição tem reflexo direto no processo de ocupação territorial da região. Coelho (2014), argumenta que a formação territorial do Vale aconteceu mediante a expansão das produções agropecuárias do Recôncavo (açúcar, café e fumo) e a vinda da mão-de-obra escravizada e dos seus descendentes. Essa, possivelmente, pode ser considerada uma das explicações para a compreensão da questão racial no campo baiano. Além disso, é possível tecer considerações sobre a relação da questão racial e pelo (não) acesso à terra no Brasil, visto que os estabelecimentos com menores áreas estão ocupados pessoas negras.

Outro ponto a ser destacado refere-se à classificação etária no campo. A Tabela 6 evidencia o perfil dos produtores familiares considerando as classes de idade. Com isso, nota-se que a maioria (71,4%) dos responsáveis pelas unidades familiares estão concentrados na classe de idade a partir de 45 anos a mais. Corroborando com Aquino, Alves e Vidal (2020) ressalta-se que é preocupante a pouca participação de jovens “dirigindo” os estabelecimentos familiares, o que coloca como desafio a permanência da juventude no campo.

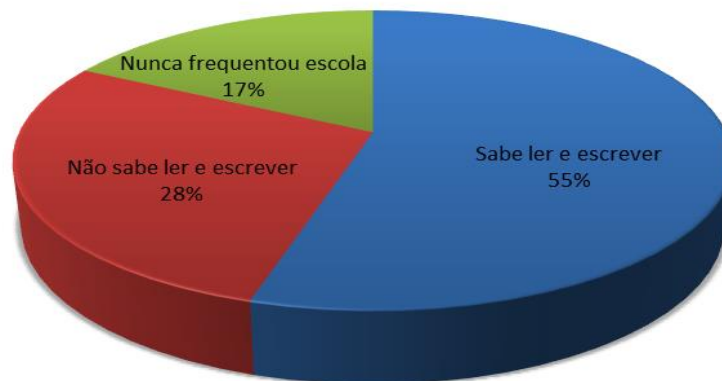
Tabela 6 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): classes de idade dos agricultores familiares, 2017.

Classe de idade	Quant.	(%)
Menor de 25 anos	387	1,63
De 25 a menos de 35 anos	2.173	9,15
De 35 a menos de 45 anos	4.235	17,83
De 45 a menos de 55 anos	5.391	22,69
De 55 a menos de 65 anos	5.784	24,35
De 65 anos e mais	5.786	24,35
<b>Total</b>	<b>23.756</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Paralelamente a isso, as condições de acesso à escolarização no Vale do Jiquiriçá são dignas de atenção, conforme ilustrado no Gráfico 2. O percentual de pessoas que nunca frequentaram a escola atinge 17%, enquanto 28% da população não sabe ler/escrever e 55% possuem a habilidade de leitura e escrita. Essa realidade, em contraposição, pode ser interpretada como um processo dialético e contraditório. Por um lado, observamos a luta dos movimentos sociais em prol da Educação do/no Campo, enquanto, por outro lado, enfrentamos um projeto de esvaziamento do campo que nega acesso a elementos básicos para a sobrevivência, como terra, trabalho, educação e saúde. Nesse cenário, as diferenças de classe social tornam-se ainda mais evidentes, com as populações mais empobrecidas sendo as mais afetadas pela falta de acesso a serviços básicos, o que aumenta a exclusão social e perpetua a marginalização das comunidades rurais.

Gráfico 2 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): escolarização dos agricultores familiares, 2017.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.  
Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.



Outro ponto sobre o acesso à escolarização que merece ser ressaltado são os frutos dos estudos realizados por Souza Neto e Pena (2018) sobre o fechamento das escolas do campo no Vale do Jiquiriçá. Em 2007, havia 579 escolas do campo ativas no Vale do Jiquiriçá, Brasil. Em 2014, esse número caiu para 325, representando uma perda de 44%. O fechamento é mais expressivo nos municípios de Brejões, Itaquara, Lafayette Coutinho, Itiruçu, Milagres e Planaltino (PTDRSS, 2017, p. 38-39). Vale ressaltar que Brejões e Planaltino são os municípios que têm mais população na área rural do que na urbana.

Esses processos sociais se realizam em uma base física de transição entre os biomas Caatinga e Mata Atlântica, o que resulta em regiões fitogeográficas distintas. Nos municípios de Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, São Miguel das Matas e Ubaíra, o clima é úmido a subúmido, caracterizado por florestas ombrófilas e estacionais/ombrófilas. Já nos municípios de Cravolândia, Itaquara, Irajuba, Nova Itarana, Santa Inês e Jaguaquara, observamos uma transição climática que vai de subúmido a seco e de úmido a subúmido, com predominância de floresta estacional. Por fim, nos demais municípios, como Itiruçu, Planaltino, Lajedo de Tabocal, Lafayette Coutinho, Maracás e Milagres, a região apresenta condições semiáridas, com um clima que varia de subúmido a seco e semiárido, destacando-se pela presença de caatinga arbórea densa (PTDRSS, 2017).

As variações climáticas influenciam a vegetação e as características socioeconômicas das áreas. Além disso, devido às condições físicas (climáticas, pedológicas e hídricas) a exploração agrícola da região é diversificada. No entanto, algumas culturas típicas da produção da agricultura familiar camponesa se fazem presentes no território. É importante ressaltar que, embora as condições edafoclimáticas desempenhem um papel relevante, elas não determinam diretamente a produção agrícola, especialmente no caso da agricultura de mercado, que envolve grande aporte de capital. No caso da agricultura camponesa, onde os recursos são mais limitados, essas condições tornam-se mais significativas, expondo distintas condições socioeconômicas e de classe.

Ao pensar a produção agrícola, considerando o campo da Geografia, escolheu-se levar em consideração, a área colhida/plantada, devido a sua dimensão espacial. Por isso, entre as lavouras permanentes destacamos: abacate, banana, cacau, café, caju (castanha), coco-da-baía, dendê (coco), laranja, manga e maracujá. Dentre as lavouras temporárias estão: abacaxi, abóbora, morango, jerimum, amendoim, cana-de-açúcar, feijão diversos, mandioca (aipim, macaxeira), melancia, milho, palma e tomate (IBGE, 2017). Além dessas lavouras, algumas hortaliças são destaque: acelga, alface, berinjela, brócolis, chuchu, couve-flor, jiló, pepino,

pimentão, quiabo, repolho e tomate sendo que, o chuchu tem grande importância na economia da região.

No Quadro 2, estão listadas as principais lavouras permanentes e temporárias produzidas no Vale do Jiquiriçá. Dentre as lavouras permanentes, a produção de cacau merece destaque. A cacauicultura foi inserida no Vale por incentivo do governo do Estado da Bahia no século passado, especialmente nos municípios mais próximos ao litoral e que preservam as condições climáticas típicas da Mata Atlântica. O segundo produto mais produzido é o café, isso se explica devido a importância da cafeicultura nas últimas décadas do séc. XX em municípios como Brejões, Cravolândia e Santa Inês.

Quadro 5 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): principais produtos das lavouras permanentes e temporárias, 2017.

Produtos da lavoura permanente (toneladas)	Área colhida (ha)	Produtos da lavoura temporária (toneladas)	Área colhida (ha)
Abacate	32	Abacaxi (mil frutos)	75
Banana	967	Abóbora	486
<b>Cacau (amêndoa)</b>	<b>5.568</b>	Amendoim em casca	521
Café	2.036	Cana-de-açúcar	109
Caju (castanha)	36	Feijão Diversos	212
Coco-da-baía (mil frutos)	93	<b>Mandioca</b>	<b>5.038</b>
Dendê (coco)	32	Melancia	455
Laranja	625	Milho em grão	246
Manga	33	Palma forrageira	429
Maracujá	686	Tomate rasteiro	58
Total	10.108	Total	7.629

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

No que se refere às lavouras temporárias, é possível observar o destaque que a produção da mandioca (aipim, macaxeira) tem na região. Esta é uma das lavouras produzidas nos 20 municípios do Vale. Lima (2017) sinaliza que a mandiocultura é presente no Vale do Jiquiriçá, principalmente em Laje, cuja produção é uma expressão típica da agricultura familiar camponesa, embora disputada pelo capital que se materializa em projetos sociais da Fundação Odebrecht.

Estudos realizados por Jesus et. al. (2018) pontuam que as feiras livres dos municípios da região são os espaços utilizados para a socialização da produção agrícola das comunidades

rurais. Além disso, também são comercializadas no Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) de Jaguaquara, entreposto que abastece os municípios do Vale e de Territórios de Identidade como Itaparica (Paulo Afonso), Litoral Sul (Ilhéus), Médio Rio de Contas (Jequié), Metropolitana de Salvador (Camaçari, Lauro de Freitas e Salvador), Portal do Sertão (Feira de Santana), Sertão do São Francisco (Juazeiro) e Sertão Produtivo (Guanambi) (Martins, 2019).

A pesquisa realizada por Lima (2017) sobre dados primários e secundários revela que, em todos os municípios do Vale do Jiquiriçá, há a presença de sindicatos que representam os camponeses, com diferentes filiações e atuações. Existem, portanto, dois sindicatos principais: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), e o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), ligado à Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). A atuação dos sindicatos é importante para a organização e mobilização dos trabalhadores rurais na região. O STR-FETAG, por exemplo, está presente em municípios como Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Nova Itarana e Planaltino, e tem uma abordagem mais voltada para os trabalhadores rurais em geral. Já o SINTRAF-FETRAF, com presença em Cravolândia, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra, foca na organização da agricultura familiar, buscando fortalecer via políticas públicas.

Dessa forma, a análise das condições históricas de acesso à terra no Vale do Jiquiriçá elucidada questões que se refletem nos sete municípios da área de estudo. Questões como a concentração fundiária e a presença majoritária da agricultura familiar camponesa em número de estabelecimentos, não em área, evidenciam as contradições e permanências no campo brasileiro. No contexto dos sete municípios estudados, as contradições são ampliadas e se materializam em diversas dimensões, como a presença de camponeses que produzem vida e alimento na beira da estrada. É neste contexto que a área de estudo está inserida, e discutiremos mais detalhadamente a seguir.

### **2.2.1 As condições de acesso à terra na área de estudo**

Dentro deste contexto, o estudo do campesinato espremido no Vale do Jiquiriçá tem como recorte espacial os municípios que são cortados pela BR-420 no estado da Bahia, no Vale do Jiquiriçá, conforme indicado na Figura 1. Falando especificamente dos municípios da área de estudo (Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Itaquara e Jaguaquara), notamos que eles apresentam um perfil demográfico semelhante aos outros que compõem a região.

Considerando a população total, segundo dados do IBGE (2010), são 146.570 habitantes (48,8% do total do Território de Identidade, quase metade), dos quais, administrativamente, 83.114 (56,71%) são residentes nas áreas urbanas e 63.456 (43,29%) das áreas rurais. Pode-se considerar que boa parte da população encontra no campo a fonte da sua reprodução social (Lima, 2019).

Na Tabela 7, é possível observar a população total, urbana e rural de cada município da área de estudo. Nos municípios de Jiquiriçá, Laje, Mutuípe e Ubaíra a população rural se destaca em relação a população urbana, são mais de 50% da população dos municípios residentes nas áreas rurais. Esta realidade contrapõe a lógica de esvaziamento do espaço rural (Lima, 2017), o que necessita de investigações mais aprofundadas para compreender como vivem e se reproduzem.

Tabela 7 - Área de estudo: população total, urbana e rural, 2010.

Município	Total	Urbana		Rural	
		nº	(%)	nº	(%)
Itaquara	7.678	4.608	60,02	3.070	39,98
Jaguaquara	51.011	38.850	76,16	12.161	23,84
Jiquiriçá	14.118	5.581	39,53	8.537	60,47
Laje	22.201	6.080	27,39	16.121	72,61
Mutuípe	21.449	9.659	45,03	11.790	54,97
Santa Inês	10.363	9.514	91,81	849	8,19
Ubaíra	19.750	8.822	44,67	10.928	55,33
<b>Total</b>	<b>146.570</b>	<b>83.114</b>	<b>56,71</b>	<b>63.456</b>	<b>43,29</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Dois municípios do Vale apresentam características específicas. Jaguaquara se destaca pela quantidade de habitantes em comparação aos demais municípios, o que confere à cidade uma certa centralidade na região. Já Santa Inês apresenta uma peculiaridade no alto percentual de sua população residente na zona rural, o que pode estar relacionado a uma concentração fundiária ainda mais acentuada.

Outro ponto que cabe inferir é acerca da população considerada, administrativamente, como urbana. A divisão administrativa sobre o rural e o urbano é definida pelos municípios. Assim, importa questionar: quantas dessas classificações são carregadas de interesses políticos e econômicos sobre as terras? Essa realidade pode se aplicar ao contexto dos municípios da área de estudo e ao Vale do Jiquiriçá como todo, pois, em diferentes níveis, são as produções do espaço rural que dinamizam a economia da região.

A área de estudo, como dito anteriormente, é uma região com fortes vinculações com o espaço rural. Isto pode ser demonstrado pela população rural dos municípios, ou a partir dos

16.368 estabelecimentos agrícolas (em condições muito distintas) existentes na área. Portanto, nesses estabelecimentos centenas de agricultores garantem sua reprodução social, seja pela via da produção agropecuária, ou ainda por meio da dinâmica campo-cidade em suas múltiplas dimensões e interações realizadas no Vale.

Constatamos, a partir da análise da Tabela 8, que são 13.518 unidades produtivas da agricultura familiar camponesa, correspondendo a 82,59% e 2.850 estabelecimentos da agricultura não-familiar, correspondendo a 17,41%. Os dados revelam a expressividade da agricultura familiar camponesa nos municípios estudados a partir dos números de estabelecimentos.

Tabela 8 - Área de estudo: estabelecimentos da agricultura familiar e não-familiar (2017)

Município	Agricultura não-familiar		Agricultura familiar	
	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)
Itaquara	86	14,68	500	85,32
Jaguaquara	403	16,75	2.003	83,25
Jiquiriçá	443	17,99	2.019	82,01
Laje	964	24,45	2.978	75,55
Mutuípe	503	13,30	3.279	86,70
Santa Inês	29	20,00	116	80,00
Ubaíra	422	13,86	2.623	86,14
<b>Total</b>	<b>2.850</b>	<b>17,41</b>	<b>13.518</b>	<b>82,59</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Importante destacar que essa representação da agricultura familiar camponesa se concretiza nos sete municípios da área estudada, onde todos têm mais de 80% dos seus estabelecimentos classificados como da agricultura familiar, o que confirma a permanência do campesinato na região. Algo que não acontece somente no Vale do Jiquiriçá, mas no Brasil como todo, onde a agricultura familiar camponesa representa 77% dos estabelecimentos (IBGE, 2017).

A agricultura familiar camponesa é realizada por sujeitos que possuem pequenas extensões de terras, assim como por outros tantos que são expropriados. Assim, como salienta Oliveira (2007, p. 41), ao tratar da propriedade da terra, “três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)”.

Contraditoriamente, na região, a estrutura fundiária é altamente concentrada. Como aponta Germani (2010), a estrutura fundiária pode ser analisada por meio dos dados do Censo

Agropecuário do IBGE ou por meio dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cujas concepções conceituais e metodologias são diferentes. A autora também ressalta que apesar das limitações apresentadas nos dados, eles podem ser utilizados para apresentar uma dimensão da realidade, não precisa, mas com indicativos sobre a distribuição da propriedade da terra na sociedade brasileira.

Optamos por utilizar os dados do Censo Agropecuário devido à sua natureza censitária. A escolha fundamenta-se na crença de que há menor propensão dos produtores em fornecer informações falsas, em comparação com os dados declaratórios do INCRA. Dada a dimensão política do último, existe a possibilidade de desvios, como declarações de extensão de terra inferior à área real, motivadas por interesses fiscais e potencial ocultação de terras improdutivas (Girardi, 2008, p. 2).

Tomando como referência os dados do Censo 2017, há uma configuração da distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área, a qual demonstra que aqueles com dimensão menor que 10 hectares representam 81,62% das unidades produtivas da área de estudo. Estas unidades ocupam uma área de 34.176 ha, o que representa somente 15,67% das terras cuja área média é de 2,55ha (Quadro 6). Assim, os dados apresentados sinalizam que os estabelecimentos com área menos de 10 ha são predominantes em todos os municípios analisados. No outro extremo, temos estabelecimentos com áreas superiores a 1.000 hectares são, representando 0,07% do total, com apenas 11 estabelecimentos, ocupando uma área de 16.867 hectares o que equivale a 7,73% da área.

Diante disso, podemos afirmar que a maior parte da agricultura familiar camponesa no Vale do Jiquiriçá é realizada por sujeitos com pequenas propriedades. Em seis dos sete municípios analisados, os estabelecimentos com menos de 10 hectares representam mais de 60% das unidades agropecuárias, com exceção de Santa Inês, onde essa proporção é de 44,14%. A estrutura fundiária concentrada, como destaca Lima (2017, p. 58), se expressa através da materialização de estabelecimentos com grandes extensões de terra, mas também pela presença de estabelecimentos “pequeníssimos”, algo que também acontece em nível estadual e nacional.

Quadro 6 - Estrutura fundiária dos municípios da área de estudo (2017)

Grupo de área	Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área		Total	
	Menos de 10 ha		Menos de 10 ha		10 a menos de 50 a		10 a menos de 50 há		10 a menos de 50 há		100 a menos de 1.000 ha		100 a menos de 1.000 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 ha e mais		1.000 ha e mais		Estabelecimento	Área
Município	n°	(%)	ha	(%)	n°	(%)	ha	(%)	n°	(%)	ha	(%)	n°	(%)	ha	(%)	n°	(%)	ha	(%)		
Itaquara	397	67,75	1.179	5,71	113	19,3	2.252	10,9	34	5,8	2309	11,9	41	2,43	14.905	72,2	1	0,17	2.051	9,93	586	20.645
Jaguaquara	1.562	64,92	5.335	9,02	634	26,3	12887	21,8	97	4	6.404	10,8	110	4,57	29.759	50,31	3	0,12	4.769	8,06	2.406	59.154
Jiquiriçá	2.128	86,43	5.055	27,69	279	11,3	5496	30,1	26	1,1	1.790	9,8	29	1,18	5.912	32,39	0	0	0	0	2.462	18.253
Laje	3.460	87,77	8.211	21,52	362	9,2	7255	19	54	1,4	3726	9,8	62	1,57	15917	41,71	2	0,05	3053	8	3.942	38.162
Mutuípe	3.301	87,28	7.667	31,88	409	10,8	8169	33,9	43	1,1	3.000	36,72	28	0,74	5217	21,69	0	0	0	0	3.782	24.053
Santa Inês	64	44,14	190	2,55	53	36,5	903	12,1	8	0,05	547	7,3	19	13,1	4.831	64,89	1	0,68	974	13,08	145	7.445
Ubaíra	2.448	80,39	6.539	12,98	415	13,6	8549	16,9	75	2,5	5.076	10,7	100	3,28	24192	48,02	4	0,13	6020	11,95	3.045	50.376
TOTAL	2.265	13,84	45.511	20,87	337	2,06	22.852	10,48	389	2,38	100.733	46,19	11	0,07	16.867	7,73	16.368	21,8088	2.265	13,84	45.511	20,87

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 *apud* Grupo de Pesquisa GeografAR 2020.  
Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Como não dispomos dos microdados para precisar o número de estabelecimentos com área inferior ao Módulo Rural<sup>13</sup>, utilizamos para esta demonstração os estabelecimentos com área até 50 hectares. Com base na Tabela 3, observamos que 95,46% dos estabelecimentos no Vale do Jiquiriçá estão no grupo de área de até 50 hectares e detém 31,35% da área. Este dado revela uma dimensão assustadora da estrutura fundiária. Estamos destacando a situação dos camponeses espremidos fora da cerca, mas é importante ressaltar que aqueles dentro das cercas também estão em condições precárias.

Por outro lado, no oposto aos minifúndios<sup>14</sup>, estão os estabelecimentos com dimensões igual ou superior a 1.000 ocupando uma área de 16.867 hectares (7,73%) e representando somente 0,07 % dos estabelecimentos com 11 unidades. Essa realidade não é algo isolado, mas reflexo do quadro fundiário do Brasil e do estado da Bahia.

Como já apontamos anteriormente, no País que, segundo Oliveira (2001), possui os maiores latifúndios do mundo, os estabelecimentos igual ou superior a 1.000 ha representam 1% das unidades e ocupam pouco mais de 47% da área total (Tabela 1). Ou seja, metade das terras do país permanece concentrada nas mãos do grupo de proprietários com mais de 1.000 hectares. Algo que não se alterou com os dados do Censo Agropecuário de 2017, ao contrário, houve um aumento.

No cenário baiano, como já mencionado, persiste uma alta concentração fundiária, evidenciada pela violência histórica da expropriação, que também se reflete nos números relacionados ao acesso à terra. Dessa forma, a concentração de terras na Bahia e no Brasil permanece nas mãos de um pequeno grupo de latifundiários.

A concentração fundiária também é evidenciada através do cálculo do Índice de Gini<sup>15</sup>. Pensando especificamente nos municípios da área de estudo, a maior concentração de terra é

---

<sup>13</sup> A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal, que varia de acordo com cada município. Segunda a Embrapa “Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de propriedade familiar.” Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 02. Set. 2021.

<sup>14</sup> O minifúndio é uma propriedade rural cuja área e potencial são inferiores aos da propriedade familiar. Trata-se de uma unidade fundiária de dimensão mínima, determinada por diversos fatores, como a localização regional, o uso econômico pretendido e a produtividade da terra. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm). Acesso: jul. 2024.

<sup>15</sup> O Índice de Gini é usado para analisar a distribuição de um bem (terra, renda etc.), “é uma média estatística de dispersão ou concentração de riquezas com valores que variam de 0,0 a 1,0. Quanto mais o resultado aproxima-se de zero, menor o grau de concentração (concentração nula). Quanto mais se aproxima de um, maior o grau de



indicada no município de Itaquara com IG 0,838 e o menor valor no município de Mutuípe com IG 0,720, conforme demonstrado no Quadro 7. De forma geral, todos os sete municípios do recorte espacial podem ser classificados com concentração “forte a muito forte”. (GeografAR, 2020).

Quadro 7 - Área de estudo: Índice de Gini (2017)

<b>Município</b>	<b>Índice de Gini</b>	<b>Concentração fundiária</b>
Itaquara	0,838	Forte a muito forte
Jaguaquara	0,782	Forte a muito forte
Jiquiriçá	0,747	Forte a muito forte
Laje	0,809	Forte a muito forte
Mutuípe	0,72	Forte a muito forte
Santa Inês	0,774	Forte a muito forte
Ubaíra	0,828	Forte a muito forte

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 *apud* Grupo de Pesquisa GeografAR 2020.  
Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021.

Como já sinalizado, para Germani (2010), a estrutura fundiária é uma representação numérica da violência e demonstra a permanência da questão agrária a partir de sua dimensão territorial. No caso estudado, ela se materializa a partir dos estabelecimentos com pequenas dimensões de terras em oposição a estabelecimentos maiores, mas também, pela existência de produtores sem áreas, por exemplo, dos “camponeses espremidos”.

Como já apontado, os dados apresentados sustentam as afirmações de Mitidiero Junior (2013), ao dizer que a alta concentração fundiária e fortes características rurais são justamente as condições presentes nas áreas onde ocorrem as produções na beira das estradas. Essas características, conforme foi vista a partir dos dados, também estão presentes nos municípios da área de estudo no Vale do Jiquiriçá.

São estas as condições materiais de não-acesso à terra que produzem os camponeses espremidos. O campesinato com pouco ou sem a terra, encontra às margens das rodovias a possibilidade de garantir sua reprodução social. No entanto, é importante lembrar que na história do país, é característico do campesinato o acesso à terra precária e provisória (Germani, 2006; Wanderley, 2015), ou seja, “nas brechas entre as grandes plantações e em terras consideradas de ninguém. Normalmente em solos com menor fertilidade e longe das grandes cidades. Às vezes também eram terras cedidas das grandes plantações. Ou nas áreas internas

---

concentração (concentração absoluta)”. (Lima, 2017, p. 49). Para interpretação do Índice de Gini, é utilizada a categorização de Lourival Câmara que, com base na Escola Italiana de Estatística, classificou a concentração de terra no Brasil do seguinte modo: (0,000 a 0,100 = nula); (0,101 a 0,250 = nula a fraca); (0,251 a 0,500 = fraca a média); (0,501 a 0,700 = média a forte); (0,701 a 0,900 = forte a muito forte); e (0,901 a 1,000 = muito forte a absoluta) (Câmara, 1949, p. 516-517)

das sesmarias abandonadas e dos latifúndios semiexplorados” (Germani, 2006, p. 130). Dessa forma, a realidade estudada pode ser compreendida como sendo fruto do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Como já foi sinalizado, no país, o número de produtores sem área identificado pelo último Censo Agropecuário é de 77.037 pessoas (IBGE, 2017). Partindo dessa classificação, os dados sobre a realidade nos municípios atravessados pela BR-420 no Vale do Jiquiriçá mostram que existe uma invisibilidade dos sujeitos “sem áreas” (sem terras). No município de Itaquara, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje e Santa Inês não há informações disponíveis sobre produtores sem área. Já no município de Laje, há registro de 2 produtores sem área, em Mutuípe, há 1 produtor sem área e no município de Ubaíra, há registro de 3 produtores sem área, conforme é ilustrado na Tabela 9.

Tabela 9 - Vale do Jiquiriçá (BA): produtores sem área no trecho atravessado pela Rodovia BR-420, 2017.

Município	Quant. de produtores sem área
Itaquara	-
Jaguaquara	-
Jiquiriçá	-
Laje	2
Mutuípe	1
Santa Inês	-
Ubaíra	3
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Elaboração: Aila Cristina C. de Jesus, 2020.

A quantidade de seis produtores sem área que aparecem no Censo Agropecuário de 2017, estão muito aquém do número de camponeses que, efetivamente, ocupam e vivem espremidos nas faixas de domínios nestes municípios. Com isso, fica evidente como até para os “dados oficiais” do Estado, a existência desses sujeitos fica no campo da invisibilidade. Essa realidade é importante de ser demonstrada, embora muito dinâmica e envolvendo diversos fatores. Por isso, não seria arriscado afirmar que, no Vale do Jiquiriçá, no entorno da BR-420, existem dezenas de agricultores camponeses sem terras, plantando na beira da estrada como forma de manutenção do seu modo de vida e trajetória familiar, ao mesmo tempo que tal prática, expressa a perversidade e a permanência da Questão Agrária e a necessária urgência da Reforma Agrária.

### **3. A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO ESPREMIDO ÀS MARGENS DA RODOVIA FEDERAL BR-420 NO VALE DO JIQUIRIÇÁ**

A proposta desta seção consiste em tecer discussões sobre a categoria espaço geográfico, bem como articular a discussão com o objeto de pesquisa: o espaço marginal, o espaço da “beira de pista”, da “beira de estrada”, o espaço às margens das rodovias brasileiras. Com isso, esperamos que esse texto seja um exercício de reflexão sobre a teoria a partir da categoria espaço e contribuição para a análise da realidade estudada. Para tanto, dividiremos a discussão em três partes, sendo a primeira direcionada para uma breve contextualização sobre a história do pensamento geográfico e as diferentes concepções sobre o espaço. A segunda parte será voltada para a discussão sobre espaço geográfico a partir da Geografia Crítica. Já na terceira parte será destinada para pensar o espaço às margens das rodovias federais e estaduais produzidas socialmente pelos sujeitos que ali se reproduzem, e como isso, produzem também o espaço. Por fim, teceremos discussões sobre o conceito campesinato/camponês e sua manifestação às margens das rodovias federais tendo como recorte analítico o Vale do Jiquiriçá. e apresentaremos as áreas utilizadas pelos camponeses na beira da pista, bem como as expressões da campesinidade existente nas trajetórias de vida dos sujeitos camponeses que produzem espremidos nas estradas.

#### **3.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO**

Ao longo da história da Geografia, muitas foram as discussões sobre o seu objeto de estudo. Nas consideradas matrizes do pensamento geográfico, as categorias iam ganhando centralidade ou se deslocando, seguindo o movimento dinâmico da sociedade. Com isso, o objeto de estudo seguia sendo modificado a partir dos pressupostos metodológicos e filosóficos a qual cada corrente se orientava.

As discussões polêmicas sobre o que seria a Geografia e qual seria seu objeto de estudos estão presentes desde a sua sistematização. Moraes (1990), no livro “Geografia: Pequena História Crítica” apresenta algumas das múltiplas definições do que seria Geografia. Segundo o autor, há aqueles que definem a Geografia como estudo da superfície terrestre, outros como o estudo da paisagem, alguns definem como o estudo da individualidade dos lugares. Há também aqueles que definem como o estudo da diferenciação de áreas, existindo ainda aqueles que buscam definir a Geografia como o estudo do espaço e, por fim, os autores que definem a Geografia como o estudo das relações entre o homem e meio, entre a sociedade e a natureza.

A Geografia moderna tem sua sistematização datada em meados do século XIX na Alemanha. Nesse contexto, Alexander Von Humboldt<sup>16</sup> é considerado o pai da Geografia moderna devido a suas contribuições na sistematização da ciência geográfica (Springer, 2009). Com isso, a Geografia foi institucionalizada como disciplina nas universidades europeias em 1890 (Corrêa, 2014).

O período histórico de sistematização da Geografia teve fortes influências de ideais políticos e econômicos, os quais podemos citar: o nacionalismo, o expansionismo alemão, a colonização, o capitalismo, entre outras. No que diz respeito aos pressupostos filosóficos, a Geografia nasce com influência de Kant, método hipotético dedutivo como base para explicações do mundo, a partir da compreensão dos fenômenos. Junto a isso, a influência do romantismo, que encontrou na Alemanha um panorama cultural propício a seu desenvolvimento. Segundo Corrêa (2014), a partir desse período até 1950, estaria sob vigência a denominada Geografia tradicional. Os estudos realizados nesse período privilegiaram os conceitos como paisagem e região, paisagem-cultural, paisagem-natural, gênero de vida e diferenciação de áreas. E, por isso, o espaço não era conceito-chave na análise geográfica. As abordagens espaciais eram relacionadas com a localização das atividades e dos fluxos humanos.

Apesar de não ser conceito-chave para a Geografia Tradicional, Corrêa (2014) afirma que o espaço estava presente nas obras de Ratzel e de Hartshorne. Para Ratzel, o espaço aparece como “espaço vital”, a base indispensável para a vida do homem. Por isso, a apropriação do espaço se tornava um elemento chave para as sociedades, que o transformavam em território e vinculada a uma relação de poder. Já nas obras de Hartshorne, o espaço aparece como espaço absoluto. Para Hartshorne o espaço era receptáculo, uma determinada área onde os fenômenos e as interações acontecem.

A partir dos anos 50 do século passado, a Geografia viveu um movimento de renovação e rompimento com a perspectiva tradicional. Segundo Moraes (1990), as mudanças na base da sociedade e das relações sociais – o avanço do capitalismo e da urbanização – cria o interesse em pensar o espaço a partir do planejamento econômico e territorial. Toda a complexidade inerente a tais reflexões faz com que a Geografia Tradicional fique em defasagem, logo, em crise. Moraes (1990) ainda afirma que esse movimento de renovação não foi homogêneo e refletia as concepções políticas e ideológicas dos autores, dando origem a duas vertentes do

---

<sup>16</sup> Alexander von Humboldt foi um importante estudioso, naturalista, viajante e pesquisador que viveu de 1769 a 1859. Apesar de ser considerado o pai da Geografia moderna, é importante ressaltar que Humboldt ainda é pouco estudado e suas obras raramente são lidas na Geografia moderna brasileira (Springer, 2009).

pensamento geográfico: a Crítica e a Pragmática, que tinham em comum o rebatimento à Geografia Tradicional.

É justamente nesse movimento que o espaço vai ganhar centralidade. A Geografia Pragmática ou Geografia Teorético-Quantitativa pautada na lógica positivista, com raciocínio hipotético-dedutivo, passa a considerar a Geografia como ciência social. Nela, o enfoque é o conceito de espaço, sendo considerado então, a partir de duas formas: a planície isotrópica e a representação matricial. Sendo “a planície isotrópica uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo”, ou seja, uma superfície com as mesmas propriedades, uniforme em qualquer direção. (Corrêa, 2014, p. 20-21). Já a representação matricial, seria análise espacial a partir de “meios operacionais que permitam extrair um conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais que seria uma importante contribuição” permitindo a compreensão da organização espacial (Corrêa, 2014, p. 25).

A partir dessa leitura, o espaço passa a ser um espaço abstrato, representado a partir de formulações matemáticas, portanto, voltado para um viés do planejamento territorial e econômico a serviço da classe burguesa e como mais um aparato do Estado Capitalista (Moraes, 1990).

Dentre as diversas correntes do pensamento geográfico, destacam-se a Geografia Humanística e Cultural. De acordo com Corrêa (2014), a Geografia Humanista emergiu nos anos 1970, e na década seguinte, incorporou a abordagem da Geografia Cultural. Sua principal crítica estava direcionada à Geografia influenciada pela lógica positivista. Em contraste, essas duas abordagens fundamentavam-se em princípios filosóficos da fenomenologia e do existencialismo. Dentro dessa corrente, o espaço é concebido como um espaço vivido, relacionado às experiências da vida cotidiana e às representações simbólicas.

A outra vertente do movimento de renovação da Geografia, denominada de Geografia Crítica, ganhou força também, na década de 1970. Essa proposta se colocava em oposição a Geografia tradicional e a Geografia Pragmática, tendo uma postura crítica frente a ordem societal vigente, uma visão do conhecimento geográfico como ferramenta de libertação do homem, numa perspectiva de transformação da realidade social (Moraes, 1990).

Segundo Corrêa (2014), o espaço passa ser conceito-chave nessa corrente. Partindo de uma série de discussões entre marxistas e não marxistas, compreendendo as questões sociais e espaciais, para os geógrafos críticos, o espaço aparece como instrumento político, condição e resultado da relação homem-natureza, *locus* da reprodução das relações sociais e de produção. As discussões em torno da categoria espaço estavam presentes em obras de autores como: Henri

Lefebvre, Milton Santos, David Harvey, Ruy Moreira, Antonio Carlos de Moraes, Wanderley Costa e Emília Moreira, entre outros (Sposito, 2004; Corrêa, 2014; Emília Moreira, 2002 e 2021).

Um dos geógrafos que se destacaram ao pensar a definição do objeto de estudo da Geografia a partir de uma vertente crítica foi o professor Milton Santos. Ainda em sua obra anterior, *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, Santos já começava a desenvolver esse pensamento. No entanto, é em *A Natureza do Espaço* (2014a) que encontramos uma das formulações mais aprofundada de seu pensamento. Santos defende que o espaço geográfico é o objeto de estudo da ciência geográfica, argumentando que a Geografia, dentre as ciências sociais, foi uma das que mais se atrasou e negligenciou a definição clara de seu objeto de estudo.

Vale mencionar também a contribuição de autores como Moraes & Costa (1987), que discutem o objeto e enfatizam a importância do método na construção do conhecimento geográfico. A partir dessas reflexões, prosseguiremos na análise da compreensão do espaço geográfico dentro da perspectiva da Geografia Crítica.

### **3.1.1 Espaço geográfico e sua definição na Geografia Crítica**

Para Milton Santos, o espaço geográfico pode ser compreendido como “[...] um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (Santos, 2014a, p. 63). Para o autor, a dinâmica do espaço se dá por meio da interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, ao mesmo tempo que são resultados dessa interação, são condição e processo para que ela aconteça.

Podemos então, pensar na produção do espaço, segundo Santos (2014a, p. 24), como o “[...] movimento da produção e da vida, através dos objetos e das ações”. Nesse movimento, para o autor, a principal forma de relação entre o homem e natureza se dá pela técnica. As técnicas são definidas por ele como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada.” (Santos, 2014a, p. 29).

Partindo de Marx (2013) em seu livro “O Capital” Livro I, publicado em 1889, e das análises de Emília Moreira (2002; 2021), entendemos o trabalho como principal relação da sociedade com a natureza. Por isso, compreendemos que o espaço é produto do trabalho e do processo de trabalho. É nesse movimento que o homem modifica a natureza e modifica a si

mesmo. Como bem afirma Marx (2013, p. 188) “[...] O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.”.

É justamente o trabalho que distingue os humanos das demais formas de vida não-humanas. Santos (2014b, p. 95) diz que “[...] o fator distintivo determinante é o trabalho; o que torna um homem [os humanos] *sui generis* é a capacidade de produzir uma forma de vida é a capacidade de produzir”. A expressão *sui generis* pode significar “que não apresenta analogia com nenhuma outra (pessoa ou coisa); peculiar” (Ferreira, 1999, p. 1900). Dessa forma, o que confere essa não semelhança entre os seres humanos e as demais formas de vida, é diretamente o trabalho, a capacidade de produzir e de objetivação. Sobre essa diferenciação das formas de vida a partir do trabalho, Marx (2013, p. 188) argumenta que

[...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Santos (2012, p. 150), também apresenta o espaço geográfico como a natureza modificada pelo homem por meio do trabalho, nesse processo, o homem cria então, a segunda natureza. Por isso, como afirmamos, é no processo do trabalho que o homem modifica a natureza natural, criando a natureza socializada, o espaço geográfico. Pois, elucida Santos (2012, p. 203) “Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis [...]. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço.”

Partindo disso, concordamos que

Não há produção que não seja a produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço (Santos, 2014b, p. 96-97).

É importante refletir como a Geografia utiliza a categoria trabalho/produção nas análises geográficas. Ruy Moreira, ao falar sobre os cruzamentos entre Geografia e marxismo, destaca algumas categorias em comum nesses dois campos. Dentre as categorias destacadas pelo autor está a categoria trabalho. Para o autor, o trabalho na Geografia é categoria de mediação entre os seres humanos e natureza, já para o marxismo, o trabalho é entendido como

uma relação metabólica entre a sociedade e natureza, é o processo de hominização do homem via o trabalho

Aqui, tentamos fazer uso dessa concepção com base na leitura marxista a partir da Geografia. Com isso, não queremos dizer que ao pensarmos nessa relação, temos um olhar meramente economicista. Pelo contrário, o processo do trabalho, como parte constituinte do modo de produção, estabelece estreita relação entre as condições da base material e as formas de organização social, política, religiosa e intelectual. Segundo Emília Moreira (2021), são essas relações que constituem o nível econômico da sociedade, a infraestrutura. No entanto,

Além do nível econômico, todo modo de produção comporta um nível político-jurídico e um nível ideológico. O primeiro compreende o conjunto das leis e das formas de organização do poder e o segundo, um conjunto de crenças e valores que consubstanciam as formas de coesão social. Os níveis político-jurídico e ideológico formam a superestrutura da sociedade (Moreira, 2021, p. 9)

Por isso, a análise partindo do trabalho, do processo do trabalho e por consequência, do modo de produção não se configura como um olhar meramente econômico, e sim, como uma relação dialética entre a infraestrutura e a superestrutura da sociedade, ambas formada a partir do modo de produção que a originou.

Algo que deve ser considerado é a dimensão histórica (tempo) do espaço, ou seja, a materialização dos processos de trabalhos passados, que por outro lado, é permeado de contradições históricas e atuais. Por isso, Milton Santos afirma que o espaço é “testemunho”, na medida em que ele presencia e capta um momento de um modo de produção, através da paisagem (Santos, 2014<sup>a</sup>). Em concordância com essa leitura, Sposito (2004) nos alerta que o espaço e o tempo devem ser considerados em conjunto.

A produção do espaço é reflexo da acumulação histórica de trabalhos e do processo de formação socioespacial, no entanto, devemos levar em consideração, como nos alerta Santos (2012) que o espaço também é reflexo da divisão da sociedade em classes sociais. Marx e Engels (2008) no Manifesto do Partido Comunista – publicado em 1848 –, já diziam que a história da sociedade é a história das lutas de classes. Essa luta ganha materialidade e expressão a partir do espaço e da sua produção, pois

A sociedade se transforma em um espaço pela sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns em detrimento da maioria; ela também o faz para separar o homem entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo valor comercial: e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de compra. **O estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar em que cabe a cada**



**um, seja como organizador da produção e o dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho.** (Santos, 2012, p. 262, grifo nosso)

Nessa perspectiva, não podemos esquecer o caráter de classe expressado na produção do espaço nas sociedades capitalistas, pois, tendo como base as reflexões de Moreira e Targino (2011, p. 148) “[...] cada sociedade se reproduz no espaço por ela criado e que cada espaço reproduz o tipo de sociedade que lhe dá origem, tem-se que, numa sociedade de classes, como a que caracteriza o modo de produção capitalista, o espaço por ela gerado se organiza segundo a estrutura de classes.”

Ana Fani Carlos também afirma que, no sistema capitalista, o espaço é transformado em mercadoria, tornando-se passível de apropriação para a geração de lucro (Carlos, 2007; 2008). Dessa forma, o espaço adquire tanto valor de uso quanto valor de troca, confirmando sua dualidade. Ele se torna, ao mesmo tempo, uma condição e um produto para a reprodução social, onde antigas e novas contradições se inter-relacionam. A transformação do espaço em mercadoria evidencia como o valor de uso do espaço, que está relacionado às suas funções e utilidades, é subjulgado pelo valor de troca, ditado pelo mercado e pela lógica do capital.

Em face do exposto, tendo consonância com Santos (2012; 2014a) e Emília Moreira (2002; 2021), entende-se o Espaço Geográfico como produto histórico, sendo condição e fruto da reprodução humana, mediada pelo trabalho e pelas relações sociais e técnicas. O espaço geográfico, é, portanto, fruto da relação sociedade-natureza sendo “[...] resultado das relações dialéticas entre as diversas instâncias da organização do modo de produção que comportam as condições técnico-materiais e a sua contextualização política, jurídica e ideológica.” (Emília Moreira, 2002, p. 12).

Diante das discussões apresentadas, vamos versar sobre a divisão da sociedade em classes a partir dos espaços por eles ocupados especificamente. Discorreremos sobre os espaços marginais, destinados aos camponeses expropriados, donos unicamente de sua força de trabalho. Quem são os camponeses nessa sociedade de classes?

### 3.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A REPRODUÇÃO DA VIDA ÀS MARGENS DA BR-420

As produções agrícolas, pecuárias e extrativistas que acontecem às margens das rodovias, nas áreas chamadas popularmente – por aquelas e aqueles que fazem uso delas – como beira de estradas ou beira de pistas, são realizadas nas denominadas faixas de domínios, que,

institucionalmente, compreendem as terras pertencentes ao Estado Brasileiro, sendo de responsabilidade da PRF e do DNIT (Brasil, 2008).

As faixas de domínios, conforme o Glossário de Termos Técnicos Rodoviários, são “a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.” (Brasil, 1997, p. 108).

A ocorrência do fenômeno de utilização da faixa de domínio para plantação na beira da pista, de acordo Mitidiero Junior (2013), está relacionada com alta concentração fundiária e fortes características rurais, principalmente, em áreas próximas a municípios pequenos, vilas ou povoados que trazem essas particularidades. São exatamente essas características que possibilitam a existência da agricultura de beira de estrada, ou agropecuária marginal ou ainda, campesinato espremido presentes em diversos estados brasileiros que buscamos estudar nesta Dissertação.

Oficialmente, o Brasil possui 77.037 produtores sem áreas (IBGE, 2017). No entanto, com base na observação empírica, é possível perceber que esse número é bem maior na realidade, o que provavelmente reflete uma subestimação do dado oficial e indica uma discrepância com a realidade vivida por muitos produtores no país. Nesse universo, muitos são os camponeses espremidos na beira de pista, realizando sua reprodução social às margens das rodovias. São nesses espaços de beira de pista ou beira de estrada, que alguns camponeses encontram alternativa para morar e trabalhar na plantação de alimentos, na criação de animais e no extrativismo vegetal. São, portanto, múltiplas as formas de reprodução a partir dos espaços marginais, dos espaços às margens das rodovias: necessidade alimentícia, possibilidade de trabalho autônomo ou, ainda, manutenção da relação com terra e com agricultura (Mitidiero Junior, 2013).

Como já pontuamos anteriormente, o espaço é testemunho, é resultado e condição da relação homem (ser humano) e a natureza (Santos, 2014a). Tornando como base a realidade que se pretende estudar, a produção do espaço e reprodução da vida às margens da BR-420, é ao mesmo tempo, testemunho e resultado do processo histórico – e contraditório – da formação do espaço agrário brasileiro. O espaço agrário brasileiro deve ser compreendido como parte do espaço brasileiro e por isso, reflete e reproduz a lógica contraditória do sistema capitalista, o modo de produção que deu base a sua formação (Moreira e Targino, 2011; Santos, 2012).

Aqui, cabe rememorar o texto de Germani intitulado “Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro”. Nesse texto, a autora fala sobre as

ocupações de terras a partir de pequenas unidades geridas com base no trabalho familiar no período do regime das sesmarias. Essas ocupações ocorriam em “terras consideradas de ninguém”, geralmente longes dos núcleos urbanos e com solos menos férteis (Germani, 2006).

Em consonância, Maria de Nazareth Baudel Wanderley ressalta que o campesinato brasileiro se constitui a partir de formas de acesso à terra que são precárias e provisórias, como estratégias de reprodução social, sejam elas, fundiárias, sociais e produtivas (Wanderley, 2015). Partindo dessa afirmação, podemos compreender a reprodução camponesa e conseqüentemente a produção do espaço às margens das rodovias brasileiras como resultado da condição histórica da formação da sociedade brasileira. No contexto atual, a partir da leitura aqui realizada, podemos considerar a ocupação e reprodução na beira da pista como a posse das “terras de ninguém”. Ou seja, terras teoricamente de ninguém que, para fins legais e jurídicos, são terras públicas, pertencente ao Estado Brasileiro, apropriadas por camponeses sem terras como única (e precária) forma de acesso à terra e moradia.

Esses camponeses, por meio do conjunto do trabalho e do conjunto de técnicas (instrumentais e sociais), reproduzem a vida às margens das rodovias. Esta reprodução se dá à medida que criam espaços e recriam sua condição enquanto camponeses que, historicamente, a partir das suas trajetórias coletivas e individuais, mantiveram ligação com a terra, meio de produção que garante sua existência e reprodução social.

Importante destacar que os sujeitos que vivem, produzem e reproduzem às margens das rodovias, são sujeitos que foram expropriados dos meios de produção em algum momento de suas trajetórias de vidas. Foram expropriados da terra, empurrados para essa forma de acesso precária, que ao mesmo tempo, é única forma de reprodução enquanto sujeitos que possuem uma ligação ontológica com a natureza, com o trabalho na terra. Portanto, os sujeitos que estão às margens das rodovias e foram colocados à margem da sociedade, no sentido de que foram expropriados e cerceados dos acessos aos direitos sociais.

Por isso, é importante rememorar o que Marx (2013) afirma sobre o processo de acumulação primitiva do capital, caracterizando-o como um processo de expropriação da classe trabalhadora dos meios de produção – no caso, a expropriação dos camponeses dos bens necessários à reprodução da vida. No entanto, a acumulação do capital não é um processo do passado; trata-se de um processo histórico contínuo, que segue se desenrolando de diferentes formas ao longo do tempo, carregado de perversidades e violências. Esse processo cria, de um lado, os possuidores dos meios de produção, e de outro, aqueles que possuem apenas sua força de trabalho.

No Brasil, esse processo aconteceu e continua acontecendo por diversas forças. Desde o genocídio e extermínios dos povos indígenas até o avanço do capital no campo a partir das garras do agronegócio que tem como base: a monocultura, grandes extensões de terras e a utilização de insumos químicos nas produções, que vale lembrar, são para exportações. Os processos de expropriação dos meios de produção criam espaços, como, por exemplo, os espaços às margens das rodovias. Esses espaços, apesar de representarem a resistência e uma estratégia de reprodução da condição enquanto camponeses, refletem também a espacialização da miséria e materialização da permanência da Questão Agrária. Conforme destaca Alexandrina Luz Conceição com a concentração de riqueza e a intensificação do lucro, o resultado que temos é a espacialização da miséria construída a partir da relação capital x trabalho (Conceição, 2011). Por isso, a leitura da Geografia deve partir da compreensão de que a apropriação e produção do espaço, historicamente, aconteceu e acontece de forma desigual.

Essa desigualdade se expressa a partir dos "sem-direitos", que tanto na cidade, como no campo, se organizam buscando estratégias de sobrevivência frente ao capital que transforma o espaço em mercadoria, como bem destaca Carlos (2008). Dessa forma, tantos os "sem-tetos" na cidade e os "sem-terras" no campo, lutam por condições necessárias à reprodução da vida, seja por moradia, seja por terra para plantar e produzir alimentos ou para qualquer atividade humana necessária para a reprodução social. Esses sujeitos lutam pelo "direito à vida" e pelo direito a espaços que sustentem essa vida, ao mesmo tempo em que enfrentam a mercantilização do espaço e a existência de terras vazias apropriadas pelo capital (Carlos, 2008).

### **3.2.1 A reprodução do campesinato espremido às margens da rodovia federal BR-420 no Vale do Jiquiriçá**

Embora haja uma representação social forjada com suporte da mídia para pensar a produção do campo enquanto advindas das grandes propriedades, são os camponeses que, evidentemente, produzem os alimentos que compõem a mesa dos brasileiros. Diante disso, se coloca um debate sobre como denominar esses sujeitos e as características atribuídas a eles. A conceituação dos sujeitos sociais do campo está em disputa. São debates políticos que perpassam por diversas dimensões, desde as discussões acadêmicas até os movimentos sociais, e refletem também no âmbito das políticas públicas (Wanderley, 2015).

São diversas as denominações pensadas para e pelos sujeitos do campo. Possesores, sitiantes, colonos, lavradores, pequeno produtor, produtores de baixa renda, caiçaras, caboclos, agricultor familiar, entre outros. No entanto, no presente texto, utiliza-se a categoria

Campesinato – classe, camponeses como forma de representação e leitura dos sujeitos aqui estudados.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o termo campesinato é de origem recente em português. Seu uso nas Ciências Sociais brasileiras é uma tradução de *paysannerie* (francês) e *peasantry* (inglês) e significa um conjunto de “indivíduos rústicos” que habitam o campo (Queiroz, 1976, p. 15). Já para José de Souza Martins, a expressão campesinato foi importada da “realidade russa dos fins do século XIX e do começo do século XX” para a realidade brasileira, por partidos políticos da esquerda interessados em dar conta das lutas dos trabalhadores do campo (Martins, 1983, p. 23).

Segundo Queiroz (1976), os primeiros estudos sobre o meio rural brasileiro surgiram no final do século XIX. O principal motivo dessas reflexões era a curiosidade dos “cidadinos” em relação aos “estilos de vida” conservados no interior. Contudo, os estudiosos pioneiros na temática – que, sequer iam ao campo, tais como Sylvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre – não identificavam o “campônio” nacional, ou seja, os sujeitos que compunham uma “camada intermediária” entre os fazendeiros (“camada superior”) e os trabalhadores sem-terra (“camadas inferiores”).

O campesinato aqui é compreendido como

[...] uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (Wanderley, 2015, p. 26).

Porém, no Brasil, o conceito de campesinato, devido a seu caráter político, passou a ser associado a movimentos subversivos. Por isso, buscou-se termos considerados como mais “leves” com a intenção de dissolver as questões político-históricas e de lutas em torno dos significados da palavra camponês (Wanderley, 2015).

Nesse bojo, a utilização generalizada do termo “agricultura familiar” ou “agricultores familiares” teve grande expansão por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como forma de incentivo à produção agrícola, por volta dos anos 1990. Como isso, o termo agricultor familiar passou a ser amplamente utilizado pelo Estado e pelos beneficiários do Programa (Garcia Junior; Heredia, 2009; Wanderley, 2015).

No âmbito da legislação, a agricultura familiar passa a ser “definida oficialmente” por meio da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que caracteriza o que pode ser compreendido

como agricultura familiar na destinação das políticas públicas (BRASIL, 2006). Segundo a referida Lei, são considerados como parte da agricultura familiar, os agricultores e os empreendimentos familiares rurais que atendam os seguintes requerimentos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para além disso, considera-se como agricultura familiar os seguintes grupos sociais: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006).

Sobre a Lei 11.326/2006, vale pontuar algumas considerações. Segundo Mitidiero, Barbosa e Sá (2017, p. 15-16), é uma tentativa de fixar um sujeito que é secular. E, por isso, os debates sobre camponeses se transformarem em agricultores familiares, não se passaria de uma discussão acadêmica entre “pensamento crítico versus o pensamento liberal”. Ainda conforme os autores, com a criação da Lei, se conformou “uma série de amarras, uma camisa de força na definição do pequeno produtor familiar”.

Com isso, a dimensão terra-trabalho-família deixa de ser um critério basilar para a compreensão da agricultura familiar camponesa. Outro exemplo disso é observado por meio da compreensão de características gerais do trabalho camponês. De acordo com Oliveira (2001), para José Vicente Tavares dos Santos<sup>17</sup>, é preciso atentar para alguns aspectos da produção familiar camponesa, tais como: a) a força de trabalho familiar; b) a ajuda mútua; c) a parceria; d) o trabalho acessório; e) a jornada de trabalho assalariado; f) a socialização do camponês; g) a propriedade da terra; h) a propriedade dos meios de produção e i) a jornada de trabalho. Esses

---

<sup>17</sup> Oliveira refere-se a José Vicente Tavares dos Santos, autor de “Os Colonos do Vinho estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital” (1978) onde analisa o campesinato da zona colonial do Rio Grande do Sul, vinculado à produção de uva.

aspectos não são possíveis de perceber a partir de leis e normas que “enquadram” sujeitos em movimento – e do movimento – a questões, muitas vezes, burocráticas e engessadas.

É nesse cenário que os camponeses expropriados da terra se recriam e encontram estratégias de resistência para manutenção do seu modo de vida. Para Moura (1988), ao falar sobre o campesinato, é incorreto afirmar sua erradicação, mas sim, pensar na sua recriação, redefinição e até diversificação. O sistema capitalista dominante, que se apropria das terras e determina a organização do trabalho, não eliminou o campesinato. Como afirma também Paulino (2012), o campesinato não desapareceu com o modo de produção capitalista. Na verdade, o sistema possibilitou sua recriação.

Os conceitos de campesinato e camponês trazem consigo fortes discussões no campo político ou empírico, carregam grandes histórias e processos de resistências e ressignificações. Nas organizações sociais antigas, quando o homem passou a cultivar a terra, vivendo a partir do que ele produzia, plantando e colhendo o alimento, era preciso de pessoas para plantar, colher, trabalhar a terra. Por isso, os camponeses se tornaram parte fundamental na reprodução humana (Moura, 1988).

Para Margarida Maria Moura, pode-se descrever o campesinato de diferentes formas. Uma delas é defini-lo como cultivador da terra em pequenas áreas, às quais são cultivadas por meio do trabalho familiar. Para a autora, essa visão sobre os camponeses é difundida, principalmente, nos livros de ciências sociais, por acreditarem na condição do campesinato e no direito de produção sobre a terra que habita. Outra forma de compreender os camponeses seria de entendê-los como “cultivador da terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui, o conceito é estendido a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e de sua família, se dedicam a plantar” (Moura, 1988, p. 15)

Segundo Wanderley (2015), o campesinato brasileiro se constituiu a partir de formas precárias e provisórias de acesso à terra como estratégias de reprodução social, sejam elas, fundiárias, sociais e produtivas. Em acordo, Marques (2008) diz que no Brasil a origem do campesinato está relacionada à ocupação de pequenas áreas e de terras marginais no período colonial, tanto na perspectiva econômica ou geográfica por posseiros e sitiantes. Nesse período, o trabalho era de base escravizada, e ao campesinato, cabia a produção de alimentos para consumo interno. No entanto, as modificações nas estruturas políticas e econômicas, como a publicação da Lei de Terras (1850) e a Abolição da Escravatura (1888), vão eliminando formas “antigas” do campesinato de acesso à terra e “novas” formas vão surgindo a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o movimento contraditório do modo capitalista de produção possibilita a criação e a recriação de relações de produção não capitalistas. Ainda de acordo com o autor, o campesinato deve ser entendido como

[...] um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (Oliveira, 1990, p. 11).

Esse campesinato, então, é constituído por um modo de vida próprio. O campesinato brasileiro pode ser compreendido, de maneira geral, como “um modo de viver e trabalhar no campo que, além de ser uma forma de produção, representa também um estilo de vida e uma cultura” (Wanderley, 2015, p. 26). E, com isso, engloba uma série de situações concretas de diferentes formas de reprodução do campesinato, dentre elas o “campesinato espremido” que vamos buscar entender melhor neste trabalho.

Nesse bojo, para Marques (2008), o campesinato trata-se de uma variedade de formas sociais, se baseia nas relações de trabalho familiares e em diferentes modos de acesso à terra, incluindo o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, entre outros. O papel central da família na organização da produção e na configuração do seu estilo de vida são elementos comuns a todas essas modalidades.

Como já afirmado, os conceitos de campesinato e camponês trazem consigo fortes discussões no campo político ou empírico e carregam grandes histórias e processos de resistências e ressignificações. Diante disso, na presente pesquisa, parte-se do pressuposto da permanência do campesinato e sua reprodução, a partir dos espaços às margens das rodovias. Defende-se que, o campesinato, mesmo com avanços da lógica de produção capitalista sobre seus territórios, vem se recriando e reproduzindo as condições de sua permanência.

O campesinato, ao nosso ver, deve ser considerado uma classe social, dotada de um modo de vida próprio. Essa classe se caracteriza pelas práticas e relações de produção no campo, como também por sua posição na estrutura social e econômica, marcada pela luta pela/na terra, à produção e à reprodução social. O campesinato é, portanto, simultaneamente um modo de vida e uma classe social que se distingue por suas condições de trabalho, suas relações de classe e sua organização social.

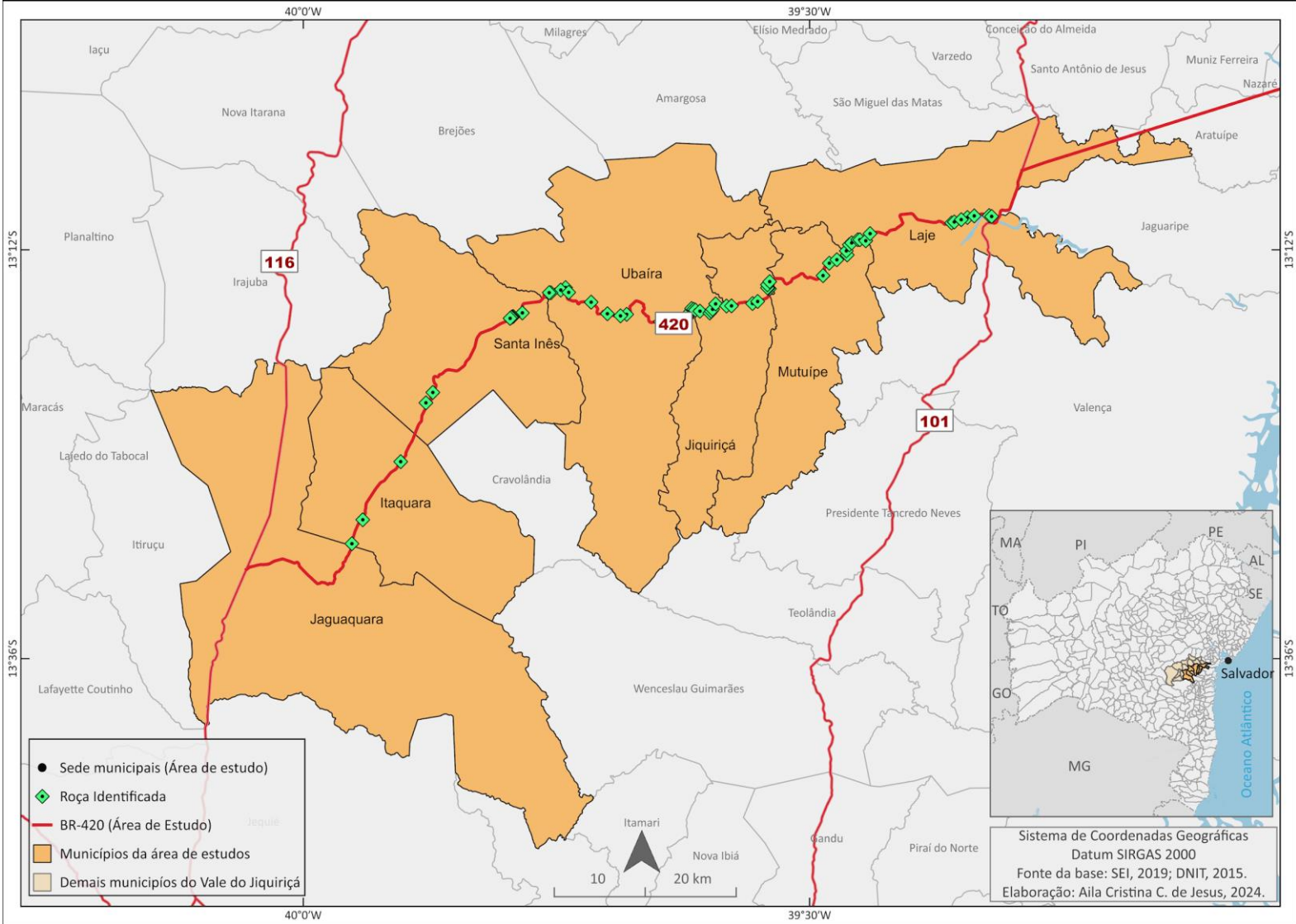
Nesse caminho, será adotado o termo “campesinato espremido” utilizado por Mitidiero Junior (2013). Segundo o autor, o campesinato espremido é utilizado para tratar dos sujeitos



sem terras que são espremidos pelas rodovias de um lado, pelos fazendeiros do outro e que enxergam na beira da pista uma forma de reprodução do seu modo de vida. O autor chama essa produção de agricultura de beira de estrada, ou agropecuária marginal ou campesinato espremido através da qual os camponeses sem terras produzem.

No Vale do Jiquiriçá, o campesinato espremido se materializa ao longo da BR-420 (Figura 3), onde foram identificados (e georreferenciados) 72 núcleos de plantações/roças. Entendemos que as pessoas estão ocupando e produzindo ao longo da BR-420, não pode ser compreendida de forma dissociada das contradições do modelo capitalista. Ao mesmo tempo, as ações representam expressões do modo de vida camponês que se adapta e se recria em condições precárias de acesso à terra.

Figura 3 - Vale do Jiquiriçá (BA): roças identificadas nas faixas de domínio da área de estudo (2022)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023

Vale ressaltar que devido ao caráter dinâmico das plantações, as 72 roças identificadas é parte de uma realidade que existia entre abril, maio e junho de 2022. É bem provável que, se alguém se propuser a refazer esse mesmo percurso, poderá encontrar mais ou menos núcleos/roças de plantação em torno da BR-420. Há, também, que considerar que em algumas áreas, a mesma a plantação está fragmentada em pequenos núcleos. Mas, em termos da representação espacial, as consideramos como uma única roça, pois pertencem ao mesmo camponês.

Sobre a dinâmica dos trabalhos de beira de pista, Alves (2015) alerta que, devido ao caráter móvel das produções, há um constante surgimento de novos locais, novos cultivos e novos camponeses que emergem e desaparecem a cada ano, o que acaba se tornando um desafio para o pesquisador acompanhar todo o processo.

Durante o trabalho de campo, realizado entre abril e julho de 2022, foram registradas diversas áreas de plantações nos municípios da área de estudo. A Tabela 10 apresenta a distribuição das roças ou núcleos de plantações, juntamente com a porcentagem correspondente em relação ao total de áreas identificadas, sendo: Jaguaquara com 1 roça (1,38%); Itaquara com 2 roças (2,78%); Laje com 9 roças (12,50%); Santa Inês com 9 roças (12,50%); Jiquiriçá com 10 roças (13,89%); Mutuípe com 11 roças (15,28%); e Ubaíra com 30 roças (41,67%).

Tabela 10 - - Vale do Jiquiriçá (BA): roças/núcleos de plantações identificadas no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022)

Município	Roças/Núcleo de plantações	(%)
Itaquara	2	2,78
Jaguaquara	1	1,38
Jiquiriçá	10	13,89
Laje	9	12,50
Mutuípe	11	15,28
Santa Inês	9	12,50
Ubaíra	30	41,67
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100</b>

Fonte: Trabalho de Campo (abril, maio, junho, julho de 2022).

Elaboração: Aila Cristina C. de Jesus, 2022.

Observamos que, nos municípios de Itaquara e Jaguaquara, não se identificou uma quantidade expressiva de roças plantadas na beira da estrada. A nossa hipótese é que, devido às condições edafoclimáticas e do próprio processo da estrutura fundiária dos municípios, estas ocupações das faixas de domínios não ocorram. Por outro lado, o município de Ubaíra se destaca na ocupação das faixas de domínio, o que está relacionado também com a estrutura

fundiária do município, onde 4 estabelecimentos 1.000 ha a mais que representa 0,13% do total de ocupam 11,95% das áreas, enquanto 2.448 dos estabelecimentos possuem menos de 10ha representam 80,39% do total e ocupam 12,98% das áreas (IBGE, 2017). Ou seja, quase a mesma quantidade de terra que é ocupada somente por 4 estabelecimentos, é dividida por milhares de camponeses, espremidos em pequenas áreas. O que, em certa medida, reflete na presença das ocupações de beira de pista.

De forma geral, a partir do trabalho de campo e das 17 entrevistas realizadas<sup>18</sup>, o perfil dos sujeitos que plantam na beira da pista é caracterizado da seguinte maneira: 100%, composta por pessoas negras, ou seja, a totalidade é negra, considerando a autoidentificação de pretos e pardos, conforme o IBGE. Dentre os entrevistados, 13 (76,5%) eram homens e 4 (23,5%) eram mulheres, distribuídos na faixa etária entre 59 e 88 anos. Dois dos entrevistados (11,8%) estão da faixa de 80 a 89 anos. Além disso, constatamos um baixo índice de escolaridade, com 9 (52,9%) dos entrevistados sendo analfabetos, 6 (35,3%) possuindo habilidades básicas de leitura e escrita, e 2 (11,8%) tendo apenas o ensino fundamental incompleto (Tabela 9).

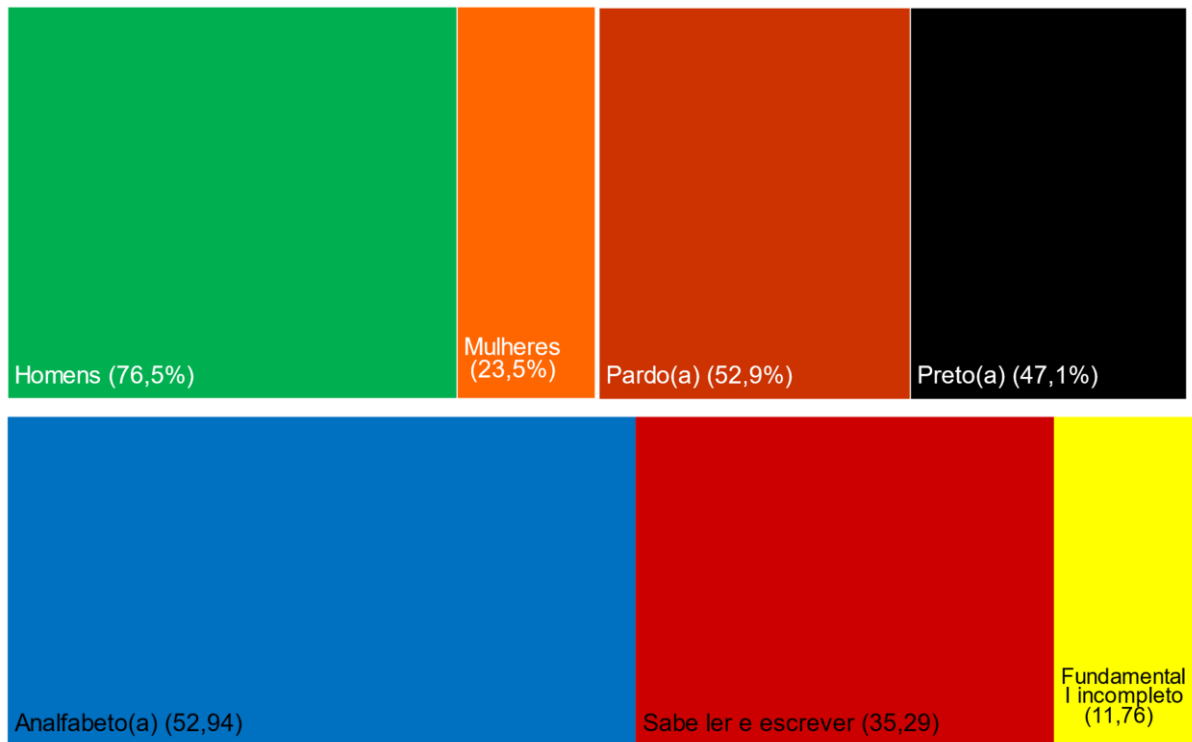
Tabela 11 - Área de estudo: tabela síntese com o perfil dos camponeses e das camponesas entrevistadas (2022)

Variável	Característica	Frequência	(%)
<b>Sexo</b>	Masculino	13	76,5
	Feminino	4	23,5
<b>Cor/raça</b>	Preto(a)	8	47,1
	Pardo(a)	9	52,9
<b>Escolarização</b>	Analfabeto(a)	9	52,9
	Sabe ler e escrever	6	35,3
	E. Fund. I incompleto	2	11,8
<b>Faixa etária de idade</b>	50 - 59	2	11,8
	60 - 69	7	41,2
	70 - 79	6	35,2
	80 - 89	2	11,8

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

<sup>18</sup> A entrevista semiestruturada realizada com os camponeses e camponesas abordou questões como dados pessoais e familiares, histórico de trabalho com a terra, motivações para plantar na beira da pista, detalhes sobre a produção e criação de animais. Além disso, investigamos a participação familiar no trabalho, envolvimento em outras atividades econômicas, conflitos com fazendeiros, e participação em organizações, sindicatos ou movimentos de luta pela terra, incluindo discussões sobre a reforma agrária. O roteiro completo está no Apêndice F.

Gráfico 3 - Vale do Jiquiriçá (BA): perfil do campesinato espremido no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

Os dados apresentados no Gráfico 3, possibilitam uma série de reflexões que perpassam desde o acesso à terra por parte das pessoas negras, o acesso à escolarização e as condições (não) dignas de trabalho.

Como dito anteriormente, as origens do campesinato nacional são marcadas pela exclusão da propriedade. Quem não tivesse sangue limpo e não dispusesse de renda estava excluído de toda e qualquer participação na estrutura de poder, como o voto e a concessão de terra pela sesmaria (Martins, 1983; Wanderley, 1985).

Segundo Wanderley (1985, p. 64), “a ocupação da terra por meios legais era vedada ao camponês, pois o único título jurídico reconhecido era o da sesmaria”. Tanto assim, que catorze dias após a promulgação da Lei que reprimia o tráfico de africanos no Império (Lei nº. 581 de 4 de setembro de 1850 mais conhecida como Lei Eusébio de Queiroz) foi instituída a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, denomina de Lei de Terras. O projeto da Lei de Terras foi apresentado em 1843, no entanto “[...] tardou, portanto, sete anos de longas discussões, muitas resistências e alterações e foi aprovada apenas duas semanas depois da extinção legal do tráfico negreiro” (Germani, 2006, p 42).

A Lei nº 601/1850, dispunha sobre as terras devolutas no Império regularizando a compra e venda de terras no Brasil (Germani, 2006). Criada pela elite política, que era a elite rural, a Lei citada marcou a passagem da terra como privilégio de classe para a condição de mercadoria. Conseqüentemente, a terra já não estava livre para ser ocupada, mas livre para ser adquirida pelos que tivessem condições, permitindo a renda capitalista da terra e vetando seu acesso aos recém-libertos e aos imigrantes.

A Lei de Terras revelava, portanto, que o fim do cativo do escravo coincidia com o começo do cativo da terra (Martins, 1979; Germani, 1993; 2006). Na vigência do trabalho escravo, “a terra era praticamente destituída de valor”, ela “não tinha a equivalência de capital”. Era o escravizado que assumia o papel de mercadoria e de objeto da renda capitalizada. Com o fim do trabalho servil, “o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra”. É a Lei nº. 601 de 1850 que garante a “impossibilidade de ocupação sem pagamento das terras” e a recriação das “condições de sujeição do trabalho que desapareceriam com o fim do cativo”, ou seja, a lei transpôs o valor comercial dos cativos para os solos (Martins, 1979, p. 24; 29), por tanto, criminaliza a ocupação.

Portanto, a Lei de Terras impediu o acesso livre às terras devolutas, ou seja, às terras públicas, e a sua ocupação foi criminalizada. Dessa forma, esse instrumento se tornou um obstáculo ao acesso à terra por parte do campesinato. Para os negros africanos escravizados e seus descendentes, a Lei nº 601/1850 negou direitos, atingindo-os com todos os tipos de racismos e violências anunciados e denunciados pela cor. Para eles então, a apropriação da terra para viver e se reproduzir passou a ser um ato de resistência e luta (Leite, 2000).

Em consonância, Machado (2014, p. 102) afirma que a

Lei de Terras implica muito mais do que sugere a sua escrita, para além de ser apenas uma legislação destinada a normalizar o acesso à terra no Brasil, a Lei de Terras teve também seu conteúdo racista, motivado pelo medo dos grandes proprietários de um levante do povo negro escravizado e pelo desejo de branqueamento da população brasileira, que resultou na vinda dos imigrantes europeus.

A Lei de Terras negou direitos à população pobre, que em sua maioria era negra, por um lado, e abriu caminho para a imigração estrangeira. É importante lembrar que, apesar de reconhecer os direitos da posse mansa e pacífica, a escravidão era o regime vigente. Assim, mesmo os negros que ocupavam terras de forma mansa e pacífica ficavam temerosos ao buscar o reconhecimento de seus direitos, mesmo após a alforria.

Girardi (2021, p. 5) também destaca o caráter racista das leis do Brasil no período escravista. Para o autor

A Lei de Terras de 1850 e a Lei Áurea de 1888 são leis racistas porque são nulas em dispositivos que pudessem tentar reparar a escravidão e fornecer meios mínimos para que os negros libertos se inserissem de forma mais equânime na sociedade. Isso significava, àquela época, dar acesso à terra e a instrumentos básicos para explorá-la. Porém, ao contrário, a Lei de Terras de 1850, ponto de inflexão da questão agrária no Brasil, estabeleceu obstáculos que impediram que os negros acessassem a terra. (Girardi, 2021, p. 5)

Ou seja, ambas leis não proporcionaram reparação ou oportunidades justas para os negros libertados após a abolição da escravidão. A Lei de Terras de 1850 dificultou o acesso dos negros à terra, enquanto a política de imigração europeia, influenciada por critérios raciais, excluiu os negros da sociedade e os deslocou de seu papel econômico central (Girardi, 2021). Dessa forma, para pessoas lidas ou tidas como negras no Brasil, o direito à terra foi historicamente negado, a posse da terra por parte deles, aconteceu como forma de resistência, ocupando as “terras de ninguém”, áreas de difícil acesso, fazendas abandonadas e pequenas propriedades advindas da compra e venda.

Diante de todas as questões apresentadas, afirma-se a permanência histórica da questão agrária no país vinculado a questão racial e de classe. Retomando Silva (1981), ratificamos que a questão agrária está relacionada às relações sociais estabelecidas na produção, o como e de que forma se produz são questões centrais. Lélia Gonzalez (2020) nos alerta que devemos pensar na articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder, pois elas são estruturais nas dominações da nossa sociedade. Assim, as estruturas refletem, sobretudo, no campo brasileiro. E nele, os sujeitos sociais do campo reivindicam, além da terra, o acesso à educação.

Estudo realizado por Girardi (2021), intitulado “A questão agrária e a questão racial no Brasil”, pontua uma profunda disparidade no acesso à terra entre negros e brancos no Brasil. Neste estudo, o autor analisou e comparou dados do Censo Agropecuário em relação a participação de pessoas negras e brancas no número de estabelecimentos agropecuários, nas áreas destes estabelecimentos e a participação na agricultura familiar e não familiar. Assim, apesar de compor a maioria da população rural do Brasil, as pessoas negras apresentam uma participação inferior tanto em termos de área ocupada nos estabelecimentos agropecuários quanto no número de estabelecimentos, especialmente no que se refere à agricultura não familiar. Dessa forma, a conclusão do autor foi “em todos os aspectos selecionados os negros estão em desvantagem em relação aos brancos, indicando uma profunda discriminação dos negros em relação ao domínio da terra” (Girardi, 2021, 12).

Apesar da criminalização da ocupação de terras fora dos marcos da Lei nº 601/1850, essa prática continuou a ocorrer. Prova disso são os inúmeros casos de comunidades

quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses que hoje ocupam terras devolutas, enfrentando uma situação de fragilidade jurídica em relação à dominialidade de suas terras. Esses grupos reivindicam seus direitos territoriais através da regularização fundiária. A omissão do Estado em reconhecer os direitos territoriais dos grupos sociais que ocupam o campo é uma das principais causas de conflitos agrários no Brasil. A falta de políticas efetivas que garantam a segurança jurídica e a regularização fundiária para as comunidades revela a fragilidade das estruturas institucionais, o que perpetua a luta por direitos e a ocupação de terras.

A problemática assume uma posição central em uma região marcada por um sistema econômico desigual patriarcal e racista, que é uma característica da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020). Em outras palavras, a questão transcende o âmbito local e está ligada à discussão sobre o que tem sido considerado como o "lugar do negro" conforme observado por Lélia Gonzalez (2020). Este lugar do negro reflete tanto no campo, como na cidade.

Trazendo para a realidade do campo pesquisado, vale pontuar que as condições materiais de reprodução dos camponeses que habitam nas margens das estradas estão intrinsecamente ligadas à permanência da questão agrária no Brasil, mas também aos desdobramentos da questão racial, tendo vista que, como pontuamos, a maioria destes sujeitos são negros, logo, campesinato o qual pesquisamos, tem cor/raça, descendência e ancestralidade.

Aqui cabe o Poema *“Perto do asfalto, longe da civilização”* de Oneide Andrade. Nele a autora descreve a realidade marginalizada de um "Beiradeiro", uma pessoa que vive à margem, em condições precárias, nas beiras de rodovias.

*O Canto da Garrincha Abafado Pela Buzina*

*O som da Scania ensurdece e avisa:*

*o tapete preto dita e limita a vida.*

*Além dele, é a cerca excludente e o fazendeiro advertiza:*

*“Longe daqui, tu pisa e leva esse cortiço dessa beira de pista!”*

*Entre o arame e o betume, o Beiradeiro planta, labuta com a terra.*

*Não dá para ir longe, “é arriscoso!”*

*Arar a terra longitudinal, sem a profundidade que a plantação requeria, ninguém podia.*

*E lá vem a noite, o sereno, já vai o dia.*

*E a criançada, pé no chão, olhos atentos abrilhantados por uma singela inocência,*

*brinca brejeira com os cacos e jantes deixados na rodagem,*



*rodeada está das poucas galinhas, penosas e magricelas,  
E os cães mais que vigiam, protegem, anunciam qualquer procela.*

*E no relento, é cada farol que alumia, energia não tinha.*

*“Não tinha teto, não tinha nada!”*

*É a arquitetura do madeirite e do papelão, ou a lona que escapa do caminhão,  
a cobrir os sonhos nessa beira, quanta provação!*

*“Ninguém podia fazer pipi, por que banheiro...” o mato é logo ali.*

*Canta o pneu, o farol pisca, reluz, alumia.*

*Viajantes passam, todo mundo olha, mas ninguém vê o Beiradeiro e sua cria,*

*E seus sonhos de melhores dias espremidos entre a cerca e a rodovia.<sup>19</sup>*

Parte do que é apresentado no poema pode ser materializado nas figuras 4 e 5, que ilustram as condições precárias dos camponeses de beira de pista. As imagens funcionam como uma materialização visual das condições de vida descritas no poema, mostrando, de maneira concreta, a realidade vivida pelos camponeses de beira de pista.

Figura 4 - Ubaíra (BA): camponês plantando na beira da estrada (2022)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://acasatombada.com.br/poemas-a-porta-perto-do-asfalto-longe-da-civilizacao-por-oneide-andrade/>. Acesso Set. 2024.

Figura 5 - Ubaíra (BA): camponês plantando na beira da estrada (2022)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

As fotos (Figura 4 e 5) revelam uma realidade cruel. As imagens de camponeses plantando entre a pista e um barranco ou cerca expõem, de forma nítida, as dificuldades enfrentadas por aqueles que tentam viver da terra em condições adversas. O ato de plantar nesse espaço improvisado, entre o asfalto e a cerca, simboliza a luta diária pela sobrevivência. São cenas que retratam as desigualdades estruturais que oprimem os camponeses.

Além do processo de negação à terra para população, podemos perceber que, ao longo da história do país, também houve um processo, paralelo, de negação ao acesso à educação. Há diversos instrumentos legais que demonstram como o Estado brasileiro não possibilitou condições de escolarização à população negra, com exceção dos avanços recentes advindos da política de cota.

No período colonial, a educação não era direcionada à população negra; em vez disso, seu foco estava na catequização dos indígenas e na educação das famílias brancas abastadas. Durante o Império, a Constituição Imperial de 1824 trouxe poucas mudanças significativas. Embora tenha estabelecido que a educação primária deveria ser gratuita para todos, a gratuidade não se estendia aos escravizados. Além disso, em 1837, a Reforma da Instrução Primária introduziu a proibição que impedia que pessoas negras, sejam elas escravizadas ou livres e libertas, frequentassem a escola (Oliveira, Costa e Oliveira, 2021).

Mais tarde, o Decreto n.º 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, tornou o acesso de negros às escolas primárias e secundárias gratuito, exceto para pessoas escravizadas. Naquela época, a escravização ainda era uma realidade, o que significava que a maior parte da população estava subjugada. Em 1878, houve a permissão para a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos, embora o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil regulamentado pelo Decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890 e mais conhecido como Lei da Vadiagem, tenha criminalizado aqueles que perambulavam pelas ruas, dificultando o acesso dos negros à educação noturna. Portanto, só até aqui, houve mais de três séculos de negação à educação para a população negra (Oliveira, Costa e Oliveira, 2021).

Os avanços recentes na educação são fruto das lutas do movimento negro, como a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história da África e dos afro-brasileiros nas escolas, e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como Lei de Cotas, que garante vagas em instituições de ensino para alunos de escolas públicas, considerando critérios étnico-raciais e socioeconômicos (Oliveira, Costa e Oliveira, 2021). No entanto, é necessário compreender que os sujeitos que hoje encontramos à beira da pista são resultado do processo histórico de exclusão e discriminação racial, mas não apenas disso. Portanto, não é surpresa que estejam nessa situação, tampouco é algo natural. Trata-se de uma consequência de séculos de negação do direito à terra, à educação e a uma vida digna.

Ao retornamos ao perfil dos entrevistados, observamos a diversidade de sujeitos que se reproduzem no campo, destaca-se também, a questão de gênero em relação aos sujeitos que plantam na beira de pista. Há uma presença significativa de homens. Isso também se reflete nas unidades familiares do Vale do Jiquiriçá. Segundo dados do IBGE (2017), 17.049 estabelecimentos são dirigidos por homens, enquanto 6.722 dos estabelecimentos têm mulheres enquanto responsáveis. É uma lógica que reflete a organização da família patriarcal e acontece em todo país (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

O perfil das famílias camponesas entrevistadas revela informações importantes sobre o número de filhos. Os dados coletados, apresentados na Tabela 12 oferecem uma visão abrangente da composição familiar nas localidades estudadas.

Quantidade de filhos	nº	(%)
2 - 3	4	23,54
4 - 6	9	52,94
8 - 9	2	11,76
Mais de 10	2	11,76

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina C. de Jesus, 2023.

A análise dos números evidencia a diversidade de tamanhos familiares entre os camponeses entrevistados. A maior parte das famílias (9) possui entre 4 e 6 filhos (52,94%), representando mais da metade, enquanto um número significativo de famílias (4) tem de 2 a 3 filhos (23,54%). Além disso, algumas famílias (4) têm um número expressivo de filhos, variando de 8 a 10 ou mais (23,52%).

Os camponeses da presente pesquisa trabalham na agricultura desde a infância. Seus processos de sociabilidade estão relacionados ao trabalho na terra, que aprenderam com os pais. A maioria deles está envolvida com a terra desde os 6 - 7 anos, como observamos nas falas a seguir.

Sempre trabalhei com a terra. Cresci meus dentes trabalhando na roça com meu pai. A vida toda foi assim, minha fia. (PS, trabalho de campo, 2022).

Pode colocar aí que trabalho há mais de 50 anos, porque desde pequeno que tô na roça, cresci por dentro dos pés de cacau e de banana. (ESJ, trabalho de campo, 2022).

Para Cardel (1996), o trabalho familiar desempenha um papel fundamental na vida do campesinato. A unidade familiar não existe de forma isolada, mas está integrada em uma rede de relações que inclui parentesco, amizade e está enraizada em uma comunidade que se baseia em valores sociais, éticos e econômicos coletivos. Por isso, a socialização por meio do trabalho é tão importante para o campesinato. Trabalhar na lavoura desde a infância é ser preparado para ser camponês. Conforme afirma Lídia Maria Pires Soares Cardel, 'Labutar com a terra desde pequeno é extenuar o corpo, calejar as mãos e os pés, forjar os membros do corpo como uma ferramenta para se tornar, quando adulto, um lavrador [um camponês]' (Cardel, 1996, 48). Assim, constrói-se a identidade de classe camponesa, forjada pelo modo de trabalhar a terra e pelas condições de vida. Contudo, é importante não romantizar esse processo de reprodução social e econômica, que, embora seja parte da formação identitária do camponês, é árduo,

extenuante e frequentemente marcado por desigualdades, exploração e degradação no uso de sua força de trabalho.

Podemos observar que a relação construída com a terra, mesmo em condições precárias, é de longa data. A agricultura e o trabalho na terra fazem parte da trajetória de vida e familiar dos sujeitos camponeses, há décadas. Foi frequente o relato que desde muito jovem já trabalhavam com a terra, aprendendo com seus pais e crescendo em meio a roças e plantações. Apesar disso, houve algumas interrupções ocasionais. Alguns tiveram interrupções na lida com terra devido aos processos de migração para trabalhar nas cidades, como os períodos em que trabalharam em empresas na condição de assalariados. No entanto, assim que existia a possibilidade, o retorno ao campo acontecia. Aqueles que foram obrigados a deixar a vida no campo, em algum momento retornaram a ela, muitas vezes devido à ligação com terra, com o trabalho na roça, a partir do processo de sociabilidade no seio familiar. Para elas e eles “o sonho de retorno à terra é uma constante” (Via campesina do Brasil, 2004, p. 267)

Alves (2015, p. 80) expressa esse desejo dos camponeses da beira de pista, ao dizer que “fica incutido nesses sujeitos o sonho e a esperança de retornar a terra em algum momento da sua vida, é como se fosse uma realização de vida, um desejo que fica guardado dentro de si.”. Ou seja, para os camponeses da beira da pista, retornar à terra, ter terra é um desejo que carregam ao longo da vida e para muitos, uma realidade distante.

Estamos diante de um campesinato que almeja obter acesso à terra. Mesmo quando deslocados, frequentemente retornam a ela, mesmo que seja em regiões distantes das de origem. Portanto, o campesinato brasileiro, desde a sua formação, está vinculado à expansão do sistema capitalista e é uma resultante das tensões sociais inerentes a esse processo (Martins, 1995).

Corroborando com isto, Oliveira (1990, p. 11) ressalta que o campesinato, mesmo quando expropriado da terra “[...] a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar.”. Ou seja, mesmo que um camponês tenha que migrar para outras regiões em busca de trabalho ou oportunidades, ele tem uma forte ligação com a terra e, sempre que possível, retorna a ela. Isso significa que, mesmo que a migração seja necessária, o vínculo com a terra permanece. A história do campesinato sob o capitalismo é marcada por movimentos de migração e retorno, o que evidencia a importância da terra na vida e nas trajetórias destes sujeitos.

Na área de estudo, a situação de mobilidade do trabalho – saída e retorno à terra – pode ser observada a partir dos Quadro 8 e 9. A alteração nos municípios de origem e morada atual. Estas mudanças podem ser compreendidas como parte dos processos de migrações estão ligados ao trabalho e a possibilidade de acessar a terra de alguma forma.

Quadro 8 - Área de estudo: município de nascimento dos camponeses de beira de pista que foram entrevistados (2022)

Território de Identidade Vale do Jiquiriçá		
Município de nascimento	Frequência	(%)
Amargosa	1	5,9
Ilhéus	1	5,9
Jiquiriçá	2	11,8
Mutuípe	2	11,8
Ubaíra	10	58,7
Território de Identidade Recôncavo		
Município de nascimento	Frequência	(%)
Nazaré	1	5,9
TOTAL	17	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

Quadro 9 - Área de estudo: município de moradia atual dos camponeses de beira de pista que foram entrevistados (2022)

Município de moradia atual	Frequência	(%)
Jiquiriçá	1	5,9
Mutuípe	1	5,9
Santa Inês	1	5,9
Ubaíra	14	82,3
TOTAL	17	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

Em relação ao município de nascimento, tivemos 1 entrevistado (5,9%) que nasceu em Amargosa; 1 entrevistado (5,9%) em Ilhéus; 1 entrevistado (5,9%) em Nazaré; 2 entrevistados (11,8%) em Jiquiriçá; 2 entrevistados (11,8%) em Mutuípe; e, a maioria, com 10 entrevistados (58,8%), nasceram no município de Ubaíra. Por outro lado, em relação ao município de moradia atual, tivemos um quadro da seguinte forma: 1 entrevistado (5,9%) em Jiquiriçá; 1 entrevistado (5,9%) em Mutuípe; 1 entrevistado (5,9%) em Santa Inês; e o município de Ubaíra com 14 entrevistados (82,4%).

Cabe fazer alguns destaques: a maioria dos entrevistados (58,8%) nasceu em Ubaíra e 82,4% entrevistados estão residindo em Ubaíra atualmente. Portanto, Ubaíra se destaca como o município de maior representação entre os entrevistados, tanto em termos de local de nascimento quanto de residência atual. Com base nos dados fornecidos nos Quadros 5 e 6, observamos indícios de processos migratórios entre os sujeitos entrevistados. Embora a migração regional não seja a única explicação para essa mudança, é uma possibilidade. O município acaba se destacando também na quantidade de roças identificadas.

Aqui, vale a menção da obra *Torto Arado*, publicada em 2019, do geógrafo Itamar Vieira Junior<sup>20</sup>. A obra aborda, de forma ficcional, a vida e luta do campesinato na comunidade de Água Negra, Chapada Diamantina, Bahia. No trecho destacado a seguir, podemos observar como o sonho da terra própria é presente no imaginário do campesinato brasileiro e como isso é retratado em obras literárias.

Queria trabalhar nas próprias terras. Queria ter ele mesmo sua fazenda, que, diferente dos donos dali que não conheciam muita coisa do que tinham, que talvez não soubessem nem cavoucar a terra, muito menos a hora de plantar de acordo com as fases da lua, nem o que poderia nascer em sequeiro e na várzea, ele sabia de muito mais. Havia sido parido pela terra. Achava engraçado vê-lo utilizar essa imagem para afirmar sua aptidão para a lavoura. Nunca havia pensado que tinha sido parida pela terra. A terra «paria» plantas e rochas. Paria nosso alimento e minhocas. Às vezes paria diamantes, escutava dizer. Ele falava que poderia aliar seu conhecimento da natureza e da lavoura com sua disposição para o trabalho, além do estudo que poderia lhe dar conhecimentos novos para mudar de vida. (Viera Júnior, 2019, p. 72).

Para além da representação ficcional presente na literatura, o campesinato brasileiro nutre o sonho do eterno retorno à terra, e no caso do campesinato de beira de pista do Vale do Jiquiriçá, é o sonho eterno de entrar na terra, conforme ilustra esta fala de uma entrevistada: “Meu sonho é ter minha terrinha. Se eu tivesse meu taquinho de terra pra plantar, oh, seria uma benção, trabalharia até cansar.” (MCBS, trabalho de campo, 2022).

As experiências aqui registradas constituem, para além de qualquer relação, a identidade e modo de vida destes sujeitos. A agricultura está enraizada em suas vidas, passada de geração em geração e sustentando as famílias ao longo das décadas. A experiência no plantar, colher, arar, observar, escutar a terra, e a dedicação que possuem na lidar com a terra são parte essencial de quem são.

---

<sup>20</sup> Itamar Vieira Júnior, nascido em Salvador, é graduado e mestre em Geografia pela UFBA. Ainda na UFBA, fez o doutorado na área de Estudos Étnicos e Africanos, cujo a tese é intitulada “Trabalhar é tá na luta: vida, morada e movimento entre o povo Iúna” defendida em 2017. Sua obra *Torto Arado* recebeu diversos prêmios, entre eles: Leya (2018), Jabuti e Oceanos (2020) (Jesus e Lima, 2022).

Durante a pesquisa de campo, foi possível coletar informações sobre o tempo de atuação dos camponeses no plantio nas margens das estradas. No recorte analisado, um entrevistado (5,88%) relatou atuar há 1 a 2 anos no plantio na beira da pista, dois entrevistados (11,76%) afirmaram trabalhar nessa atividade há 6 a 8 anos, e a grande maioria, composta por 14 entrevistados (82,36%), declarou atuar na agricultura nas margens das estradas há mais de 10 anos (Quadro 10). Os dados são relevantes, pois evidenciam que essa prática não é recente. Eles refletem um processo historicamente construído, resultante das condições de expropriação que os camponeses enfrentam e das dificuldades de acesso a outras formas de trabalho, seja no mercado formal ou mesmo em empregos assalariados. Tais informações confirmam a trajetória dos sujeitos no cultivo das faixas de domínio e destacam a importância de compreender o fenômeno em seu contexto estrutural e social.

Quadro 10 - Área de estudo: tempo que os camponeses entrevistados plantam na beira de pista (2022)

Tempo que plantam na beira da pista (anos)	Anos	(%)
1 – 2	1	5,88
6 – 8	2	11,76
Mais de 10	14	82,36

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina C. de Jesus, 2023.

Os resultados revelam que a prática de plantar na beira da pista não é nova. Mitidiero (2013) e Alves (2015) também pontuam estes aspectos em suas pesquisas. Nas palavras de Mitidiero (2013, p. 52), “essa constatação pode indicar que a historicidade da concentração fundiária [...] produz resultados como o estudado nessa pesquisa, desde muito tempo. A agricultura de beira de estrada, portanto, não é atividade nova.”.

Ao investigarmos quais atividades os camponeses e camponesas realizaram antes de começarem a plantar na beira da pista, levantamos uma variedade de ocupações. Estas, em sua maioria, estão vinculadas a trabalhos com a terra, em fazendas e outras práticas agropecuárias. Identificamos como principais atividades: gerente ou vaqueiro em fazendas; trabalho na roça com plantio e colheita de culturas como mandioca, cacau e banana, em regime de meeiro com os fazendeiros; e trabalhos diversos em fazendas ao longo da vida. Em alguns momentos, atuaram como trabalhadores assalariados e, em outros, como boias-frias. Além dessas ocupações, surgiram funções como ajudante de pedreiro, cozinheira e motorista. Ou seja, esses trabalhadores viveram um cotidiano marcado pela mobilidade da força de trabalho e, aqueles



que atuaram no campo, também foram submetidos a relações profundas de exploração, como o regime de meia. Uma questão relevante é a idade dos trabalhadores, que, estando acima dos 40 anos, certamente influenciou na permanência no processo de venda de sua força de trabalho, empurrando-os para uma situação ainda mais difícil.

Todos, em algum momento da vida, trabalharam em fazendas, tanto na região como fora, na condição de trabalhadores assalariados, meeiros ou boias-frias. Os sujeitos entrevistados detalham que trabalharam em fazendas de cacau, enquanto outros mencionam trabalhos temporários em pedreiras que envolvem quebrar pedras para a construção civil e obras de infraestruturas.

A diversidade dos trabalhadores que trabalham nas faixas de domínio destaca as transformações no mundo do trabalho e no campo brasileiro. O grupo abrange sujeitos expropriados de propriedades rurais que atuam em diferentes setores em busca da subsistência. Assim, eles representam a variedade de experiências no âmbito do trabalho e dividem seu tempo entre trabalhos em outras localidades e a produção de alimentos à margem das estradas (Alves, 2015). Esta é uma situação que vamos encontrar na área de estudo (que será tratada mais adiante) ou já se adianta aqui.

Muitos dos entrevistados destacaram que, apesar das ocupações anteriores, a relação com a terra sempre esteve presente em suas vidas. O fato evidencia uma necessidade histórica e estrutural, na qual o trabalho na terra vai além de um simples meio de sustento econômico, representa uma forma de sobrevivência em condições extremamente adversas. Arriscar a vida cultivando nas margens da pista, especialmente em idades mais avançadas, reflete a situação de vulnerabilidade e a falta de alternativas disponíveis.

As vivências das diversas famílias demonstram que, mesmo sem possuir propriedades privadas, acesso à terra própria, os sujeitos mantêm uma sólida ligação com o trabalho com a/na terra. Por exemplo, o trabalho a meia nas terras de terceiros era uma prática comum, na qual as famílias cultivavam nas terras de fazendeiros e dividiam o resultado da produção ou a própria produção, no caso das plantações de cacau, por exemplo. Nesses casos, o fazendeiro deixa o camponês utilizar sua terra para plantio ou cuidado da roça, não dá nenhum tipo de suporte, porém, cobra parte da produção ou o resultado obtido com ela.

Esta prática é conhecida como trabalho a meia ou meeiro e está dentro das relações não capitalista de produção. Costa (2020, p. 45) explica a relação do meeiro

Os meeiros são trabalhadores que se ocupam de todo o trabalho e repartem com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do meeiro e de sua família. Trata-se de trabalhadores avulsos, agregados, posseiros,

quase todos vivendo como ‘moradores de favor’ nas propriedades dos fazendeiros até a nossa contemporaneidade. A resultante final dessa configuração é uma enorme pobreza no campo.

Oliveira (2001, p. 18) explica uma situação semelhante no que tange as relações não capitalistas de produção.

[...] esse fazendeiro, ao invés de destinar uma parte do seu capital para realizar a tarefa de refazer o pasto, arrenda a terra a camponeses sem-terra ou com pouca terra na região, para que eles façam o trabalho por ele. Esse arrendamento pode ser de várias formas, entre elas a de dividir parte da produção obtida no solo durante uma colheita de algodão, amendoim, milho etc. O fazendeiro entra com a terra e por isso recebe metade, ou um terço ou um quarto ou uma porcentagem previamente estipulada da produção obtida. Também, pode cobrar uma quantia em dinheiro pela cessão da terra. No primeiro caso, temos a parceria e, no segundo, a renda em dinheiro. Em seguida o camponês planta, por um ano ou menos ainda, um produto na terra que era ocupada pela pastagem. Após a colheita, ou ele entrega parte da produção ao fazendeiro ou vende a safra e paga em dinheiro a quantia estipulada previamente no contrato de arrendamento. Em seguida, semeia o capim na terra e entrega/devolve a área ao fazendeiro, que aguardará apenas o crescimento do capim e terá o pasto reformado, sem que para tal, tenha gasto parte de seu capital.

Ou seja, os fazendeiros utilizam do trabalho dos camponeses para renovação de pastagens. Os camponeses cultivam o solo, colhem a produção e, como contrapartida, pagam ao fazendeiro uma porcentagem da produção ou um valor em dinheiro (renda em produtos ou renda em dinheiro). Após o ciclo de cultivo, a área é devolvida ao fazendeiro, que conta com o crescimento natural do capim para revitalizar a pastagem, e com isso o fazendeiro não tem custo nenhuma. Esta prática foi identificada durante o trabalho de campo. Os camponeses ainda relataram que muitos proprietários de terra não estavam mais disponibilizando a terra para trabalhos a meia, preferindo deixá-la sem qualquer função, como relata um camponês “hoje em dia eles preferem deixar a terra perdida no mato”. (MRS, trabalho de campo, 2022).

As razões para plantar na beira da pista estão vinculadas justamente às necessidades alimentícias, ou, ainda, manutenção da relação com terra e com agricultura, conforme destaca Mitidiero Junior (2013), o que também podemos constatar durante a realização do trabalho de campo. Ao longo do trabalho de campo, buscamos identificar os motivos que levaram os camponeses a plantarem na beira da pista. A partir da nossa observação, podemos indicar que as pessoas começaram a plantar na beira da pista por uma variedade de razões, sendo elas: alta concentração fundiária que dificulta o acesso à terra para ocupar e plantar; a busca pela complementação da renda e de alimento, na busca da relativa autonomia camponesa e confirmação da trajetória familiar com relação com o trabalho na terra.

Dessa forma, a relação de suas famílias com a agricultura e a terra tem algumas características comuns, dentre elas, destacamos: trajetória familiar baseado no trabalho com a terra; trabalho auxiliar em fazendas; não possuir propriedade privada e migração para ter trabalho e terra para plantar.

Sendo assim, apresentamos de forma mais detalhada:

- a) **Trajetória familiar baseado no trabalho com a terra:** os camponeses têm uma trajetória familiar de trabalho com a terra, seus pais e avós também labutaram na agricultura. As famílias têm uma longa caminhada na lida com a terra, que mesmo diante dos processos de expropriação, o vínculo e sociabilidade foram mantidos.
- b) **Trabalho auxiliar/temporário em fazendas:** ao longo das trajetórias de vida, desempenharam trabalhos em fazendas, atuando ora como meeiros, parceiros, ora como trabalhadores assalariados, boias-frias e com contratos temporários. Muitas das relações estão pautadas nas relações não capitalistas de produções, conforme pontua Oliveira (2001).
- c) **Não possuir propriedades privadas:** a maioria dos sujeitos não possuem propriedades privadas. Eles cresceram trabalhando nas terras de outras pessoas e muitas vezes continuam a fazê-lo atualmente. É neste contexto que a terra da beira da estrada também passa a ser uma possibilidade, precária e improvisada, de autonomia relativa.
- d) **Migração por terra e trabalho:** Algumas mudanças de cidade foram motivadas pela busca de trabalho e terras onde pudessem cultivar. Em várias ocasiões, as famílias se deslocaram em busca de oportunidades de trabalho em centros urbanos ou em regiões que possibilitavam a continuidade do trabalho na agricultura. Estes deslocamentos de uma cidade ou região para outra refletem o desejo de continuar trabalhando com a terra.

Com base na análise das entrevistas, fica evidente que o trabalho e a terra representam a base central da vida dos sujeitos que plantam à beira da estrada. Portanto, para elas e eles, a terra é vista como fonte de sustento, alimento e manutenção de seu modo de vida e não como mercadoria. Muitos destacaram que a agricultura é o cerne de suas existências e que o cultivo de alimentos proporciona diversidade alimentar devido a autonomia no cultivo e uma renda extra importante para a manutenção da família.

Neste sentido, conforme Alves (2015, p. 123), “a terra, nessa ótica, representa o sustentáculo da produção por meio do trabalho familiar. Ela é também moradia da família e dos animais, conjuntamente com o quintal produtivo que faz parte da casa”. Ou seja, a terra na beira de pista para estes camponeses é fundamental, pois é o alicerce da produção familiar, em alguns casos, o local de moradia da família e inclui espaços produtivos ao redor da casa para

criação de animais. A beira da pista se torna uma alternativa prática para os sujeitos expropriados que desejam ter suas "coisinhas", como diz uma entrevista, e alcançar um grau mínimo de autossuficiência alimentar com a produção de subsistência, das trocas possíveis a partir das produções. Mesmo sendo uma condição de sobrevivência para essas famílias, a realidade expõe apenas o problema da concentração fundiária e a negação do acesso à terra para trabalho. Além disso, também evidencia a total ausência do Estado. Essas pessoas convivem diariamente com o risco constante, em um processo que não pode ser romantizado nem naturalizado

Fica evidente que o campesinato cultiva nas margens da estrada por falta de opções, por falta de acesso à terra. Esta realidade é resultado do processo de concentração fundiária do país, como também, da negação ao direito a terra para população pobre e negra. Por isso, plantar na beira da estrada se torna uma possibilidade de produzirem seu próprio alimento, ter uma certa autonomia no que vão plantar e como vão plantar, além de auxiliar na economia da família.

Os relatos a seguir ilustram bem as questões pontuadas anteriormente:

Porque não **tinha outro lugar para plantar**. Ninguém dava, ninguém dava. Mesmo eu trabalhando na Fazenda de S. E., uma vez, eu levei uns pés de couve para plantar e ele disse: é seu M, o pior é o senhor plantando esses negócio aí e as galinhas? Aí eu parei de plantar coisa lá [na fazenda que trabalhava]. Ele só queria que eu plantasse cacau e banana para ele. Banana e cacau para vender né. Vender em Salvador e aqui na rua também. Cortava aqui e vendia. (MRS, trabalho de campo, 2022)

Porque **eu não tinha terra** e queria ter minhas coisas. Aí comecei a plantar aos poucos. Um pouquinho aqui, um pouquinho ali. Agora tenho de tudo um pouco. É ruim porque a terra é pequena, mas pior seria não ter né. (JCB, trabalho de campo, 2022)

Porque eu tinha um pedacinho de terra perto dessa casa aí que plantava mandioca. Era terreno de herdeiro, mas deu uma enchente e levou tudo. Aí como eu moro na roça, não gosto de tá comprando tudo. Gosto de ter um aipim, uma mandioca para botar de molho, uma mandioca para galinha. E outra, eu não gosto de tá assim parada. (IS, trabalho de campo, 2022)

Muitos deles enxergaram a beira da pista como um espaço disponível que poderia ser usado para o plantio. Então, plantar na beira de pista foi uma forma de aproveitar a terra não utilizada ao longo das estradas e transformá-la em áreas destinadas a produção de alimentos. Viram nas faixas de domínio a única possibilidade de cultivar a terra. Isso reflete, de certo modo, a criatividade e estratégias dos camponeses para encontrar oportunidades de cultivo, mesmo em condições precárias e inseguras. O fato de as terras utilizadas para o plantio na beira de estradas serem terras públicas, nas palavras dos camponeses e camponesas, “terras do

Governo”, faz com que muitos reconheçam aquele local como de domínio público e, portanto, optaram por utilizá-la para produção e trabalho. Nas falas dos entrevistados, isto fica evidente:

[...] a terra que eu tenho é essa aqui, que nem é **minha né, é do governo**.  
(MBS, trabalho de campo, 2022)

Minha fia, eu não tenho terra, vou plantar aonde? Vou plantar na beira da estrada que é **terra do governo mesmo**. (IS, trabalho de campo, 2022)

[...] a terra que planto é do **governo** mesmo.  
(JJS, trabalho de campo, 2022)

Os depoimentos destacam que os camponeses e camponesas compreendem as terras à beira das estradas como sendo públicas, ou seja, pertencentes ao governo. A expressão “terra do governo” reforça a ideia de que as terras estão disponíveis para uso comum e, portanto, podem ser empregadas para fins agrícolas. Os entrevistados indicam que a utilização das faixas de domínios acaba sendo uma solução precária e provisória para a realização das práticas agropecuárias no contexto de extrema concentração fundiária. Assim, essa prática reflete a resistência dos camponeses, que apesar das condições, utilizam as terras disponíveis para garantir sua subsistência e manter seu vínculo com a terra.

É importante afirmar que, independentemente dos motivos específicos, o trabalho na beira da pista é uma expressão do desejo de cultivar, cuidar da terra e produzir alimentos, mesmo diante da precariedade de acesso à terra. Para esses trabalhadores, plantar na beira da pista é s uma necessidade, ao mesmo tempo também é uma maneira de manter viva sua conexão com a terra e garantir sua reprodução social enquanto camponeses. Esta realidade, por outro lado, também expressa os processos de expropriação da terra no Brasil. A presença dos camponeses às margens das rodovias é, ao mesmo tempo, um clamor por Reforma Agrária no país. Este clamor se materializa a partir da presença deles e de suas produções espremidas entre as rodovias e as fazendas. Este cenário reafirma a permanência da Questão Agrária no Brasil e a necessidade de uma política de reforma agrária ampla e eficiente. Os dados deste estudo evidenciam a existência de uma legião de sem-terra no país.

Dentro dessa relação desigual de acesso à terra, uma diversidade de sujeitos e grupos sociais reivindica o que lhes foi expropriado. Embora não seja exatamente o caso dos sujeitos com os quais trabalhamos, sua prática também configura uma forma de luta pela existência – ainda que não esteja vinculada diretamente a entidades organizativas. Mas, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, camponeses e camponesas, comunidades e povos tradicionais, e muitos outros grupos que construíram uma relação com a terra pautada na produção de

alimentos e no trabalho familiar estão organizado politicamente em instituições, coletivos, movimentos, entre outros. Ao longo da história, esses grupos vêm resistindo aos processos de exploração do modelo de produção capitalista. Assim, movimentos sociais e organizações de luta pela terra vão reconfigurando o campo por meio de suas atuações, reivindicando outras formas de acesso à terra, à educação formal e a direitos.

Neste cenário de lutas e resistências contra a manutenção da estrutura agrária, da concentração fundiária e das dimensões conflituosas e violentas que elas expressam surgem diferentes formas de organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Dentre elas, destacamos a criação dos sindicatos rurais. Em 1960, o direito à sindicalização dos trabalhadores rurais foi garantido, fruto de lutas, conflitos e tensões. Nesse processo, determinados segmentos da Igreja Católica contribuíram significativamente para a formação dos sindicatos, especialmente no Sul e no Nordeste do país<sup>21</sup> (Medeiros, 2012).

Foi nesse contexto que o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) foi criado nos municípios estudados, especificamente nos municípios de Laje, Ubaíra, Jiquiriçá e Mutuípe, chamado anteriormente de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A criação dos sindicatos está diretamente vinculada ao trabalho de base desenvolvido na década de 80, por meio das CEBs (Comunidades Eclesiásticas de Base) organizações ligadas a Igreja Católica. (Meynard Vivar, 2012).

Os camponeses entrevistados estão organizados em sindicatos, sendo: Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Ubaíra e Jiquiriçá) e Sindicato dos Produtores Rurais (Ubaíra e Jiquiriçá). Apesar disso, não há uma participação ativa deles e delas nas atividades e ações das organizações sindicais. Há também uma parcela considerável dos entrevistados que não participam das atividades dos sindicatos. Nestas instituições, o debate sobre Reforma Agrária não faz parte da pauta das reuniões e ações realizadas. Com isso, foi comum ouvir dos sujeitos entrevistados o não conhecimento ou pouco contato com as discussões inerentes a Reforma Agrária. Tal questão sinaliza, por exemplo, fragilidade ou ausência de formação política dos beiradeiros da BR-420 e dos próprios sindicatos e a ausência de uma organização em torno da luta pela terra e da ocupação dos espaços para além do espremido na beira de pista.

---

<sup>21</sup> Importante destacar o processo de organização política dos grupos sociais como uma estratégia de luta e resistência contra a exploração do trabalho e pela terra. Sob essa perspectiva, um marco foi a criação do primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Brasil, em 1934, na localidade de Pirangi, então distrito de Ilhéus, hoje parte do município de Itajuípe (FETAG, 2008) (Freitas, 2009).

### 3.2.2 O modo camponês de produzir na beira da pista

As plantações na beira da pista apresentam uma diversidade de lavouras plantadas pelos camponeses de beira de pista, seja elas permanentes ou temporárias. Dentre as lavouras permanentes, identificamos: abacate, algodão, banana, cacau, cajá, caju, café, coco, goiaba, graviola, jaca, jenipapo, laranja, limão, mamão, manga, pinha, seriguela, tangerina, umbu, urucum. Já nas lavouras temporárias, identificamos: abóbora, amendoim, andu, batata-doce, cana, feijão, hortaliças, mandioca/aipim, mangalô, milho e quiabo. Na Figura 6, apresentamos algumas das plantações que identificamos ao longo da BR-420.

Figura 6 - Área de estudo: plantações na beira de pista no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022)

Plantação de banana, Ubaíra (BA)



Plantação de milho, Mutuípe (BA)



Plantação de feijão, Mutuípe (BA)





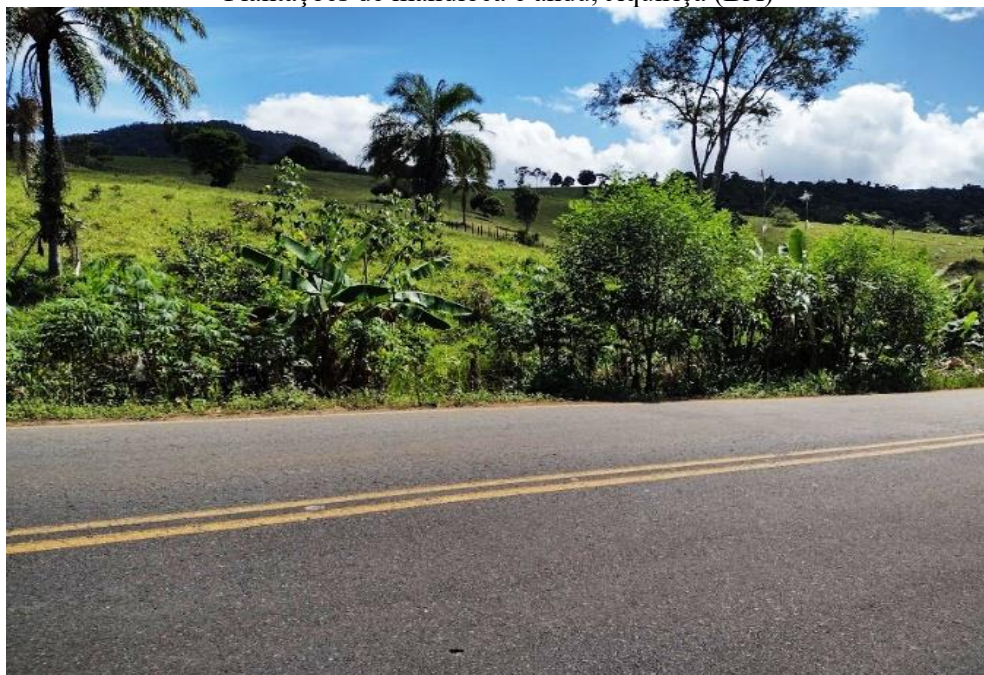
Plantação de milho, Laje (BA)



Plantação de abóbora, Santa Inês (BA)



Plantações de mandioca e andu, Jiquiriçá (BA)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

De forma geral, verificamos que os camponeses de beira de pista estão ligados diretamente a produção de alimentos. Na representação visual (Figura 7) e na Tabela 13, foram enumeradas as produções agrícolas em grandeza de ocorrência nas plantações à beira da estrada. Nesse contexto, observamos que alguns cultivos se destacam em frequência, como: banana (63,9%); mandioca (ou aipim) (44,4%); feijão (33,3%); cacau (31,9%); andu (30,6%); manga (27,8%); milho (27,8%); mangalô (12,5%); abóbora (9,7%); e batata (9,7%) São produtos fundamentais na subsistência e na economia das famílias camponesas, o que evidencia a diversidade de culturas e a importância da agricultura para os sujeitos camponeses.

Tabela 13 - Área de estudo: principais produções no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022)

Lavouras	Ocorrência (n°)	Percentual (%)
Banana	46	63,9
Mandioca/Aipim	32	44,4
Feijão	24	33,3
Cacau	23	31,9
Andu	22	30,6
Manga	20	27,8
Milho	20	27,8
Mangalô	9	12,5
Abóbora	7	9,7
Batata	7	9,7

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina C. de Jesus, 2023.

Figura 7 - Área de estudo: principais produções no trecho atravessado pela Rodovia BR-420 (2022)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina C. de Jesus, 2023.

Como o trabalho de campo foi realizado entre os meses de abril, maio, junho e julho, localizamos plantações de amendoim, feijão e milho. Segundo os camponeses, comumente as lavouras são plantadas entre fevereiro e maio e colhidas por eles em junho, julho e agosto. Para ilustrar os períodos de plantio e colheita, elaboramos o calendário agrícola das produções de beira de pista (Figura 8)<sup>22</sup>.

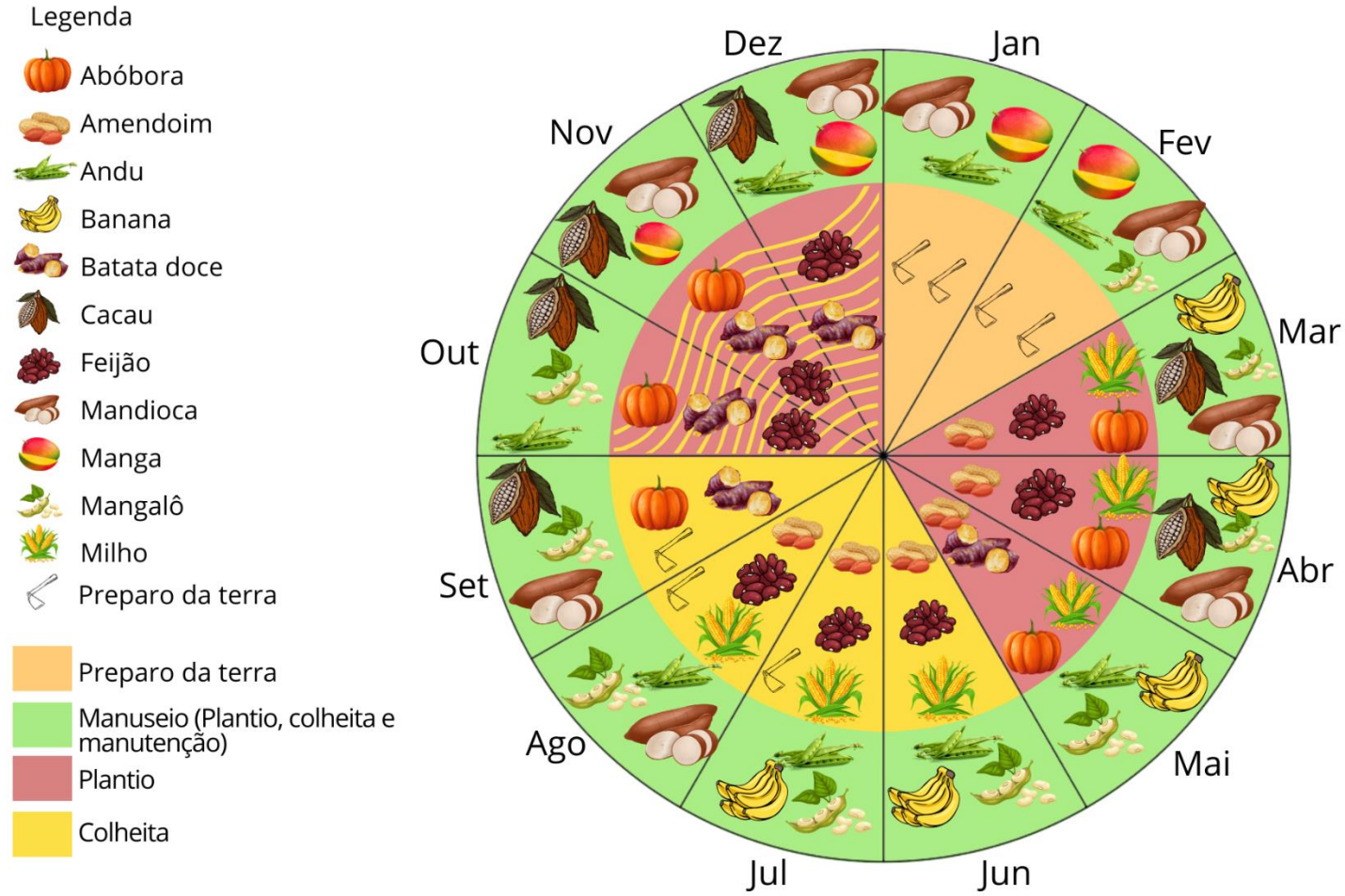
O calendário agrícola apresentado ilustra o ciclo anual de atividades relacionadas ao preparo da terra, plantio, manuseio (plantio, colheita e manutenção) e colheita de diversas culturas na beira de pista. O preparo da terra ocorre principalmente em abril, marcando o início do ciclo agrícola. O plantio de diversas culturas é distribuído ao longo do ano: abóbora e feijão são plantados de agosto a novembro; amendoim em agosto; e andu e manga em dezembro. O manuseio das culturas, que inclui plantio, colheita e manutenção, é uma atividade contínua. A colheita também é uma atividade distribuída ao longo do ano com diferentes cultivos.

O período de plantio ocorre durante a época de chuvas, geralmente entre nos meses de março a junho. A colheita varia dependendo do que está sendo cultivado. Em resumo, a época de plantio e colheita é influenciada pelas condições climáticas, como a época de chuva, bem como pelas fases da lua, e os camponeses valorizam os conhecimentos acumulados com os seus pais no processo de plantio e colheita.

---

<sup>22</sup>É importante registrar que a inspiração para construir este calendário agrícola partiu da leitura do trabalho “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: comunidade Tradicional dos Agricultores e Pescadores dos Areais da Ribanceira” a coordenação de Alfredo Wagner Berno de Almeida e organização de Raquel Mombelli [et al.] no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia da UEA em 2011. O trabalho está disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/20-comunidade-tradicional-dos-agricultores-e-pescadores-artesanais-dos-areais-da-ribanceira-imituba-sc/>. Acesso em: fev, de 2022.

Figura 8 - Calendário agrícola da produção de beira de pista na BR 420, 2022.



Fonte: Trabalho de campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

Podemos observar que os camponeses de beira de pista cultivam uma variedade de alimentos com diferentes destinações e importância para o núcleo familiar, pois o foco principal das plantações é o autoconsumo. Além disso, ocasionalmente, eles compartilham ou vendem o excedente, principalmente cacau e banana, além de outros produtos que podem ser comercializados nas feiras livres dos municípios.

Aqui, é relevante destacar que as feiras livres nos municípios desempenham um papel significativo na promoção da socialização e na facilitação da comercialização das produções do campesinato na região do Vale do Jiquiriçá, como evidenciado por pesquisas realizadas nos municípios da área de estudo. Jesus *et. al.* (2018) estudou a feira livre de Ubaíra; Santos (2021) investigou a feira livre do município de Jiquiriçá; e França (2021) concentrou-se em estudar a feira livre de Santa Inês. As pesquisas realizadas destacam a importância da produção camponesa para a economia local.

Nesse bojo, Alves (2015) destaca o processo de solidariedade e troca entre os camponeses. Para a autora, o campesinato que atua nas faixas de domínios mantém laços sólidos com sua família e seus amigos/vizinhos. Aqui encontramos uma característica marcante do modo de vida camponês e é observada em diversas regiões do país, e o campesinato nas margens das estradas, não é exceção. Os familiares, amigos e vizinhos se apoiam mutuamente, seja por meio do compartilhamento de trabalho ou da generosa oferta de alimentos. Dada ao processo de sociabilidade camponesa, estes trabalhadores mantêm a prática de doar e trocar alimentos que eles mesmos produzem (Quadro 11).

Quadro 11 - Área de estudo: principais produções e sua destinação

Aipim /mandioca	Cultura bastante popular na região, plantada para <b>consumo próprio</b> e para <b>venda</b> .
Amendoim	Cultura de subsistência, destinado ao <b>consumo próprio</b> e plantada principalmente próximo ao período junino.
Banana	Cultura que muitos plantam para <b>consumo e venda</b> , o que contribui para a subsistência das famílias.
Cacau	O cacau é majoritariamente destinado a <b>venda</b> .
Feijão	Cultura de subsistência importante para as famílias. Plantam feijão para <b>consumo próprio</b> e socialização/compartilhamento com vizinhos e familiares.
Hortaliças	As hortaliças, como alface, couve, coentro e abóbora, são cultivadas para <b>consumo próprio</b> .
Milho	Cultura de subsistência comum. É plantado para <b>consumo próprio</b> e é utilizado de várias maneiras na culinária local, sendo o foco principal as festas juninas.

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

A diversidade da produção é fundamental para o consumo próprio quanto para a renda das famílias. O aipim (mandioca), amendoim e milho são predominantemente cultivados para subsistência, sendo utilizados principalmente na alimentação das festas juninas. A banana é cultivada para consumo e venda, contribuindo para manutenção da família e gerando renda. As hortaliças, como alface e couve, também são cultivadas para consumo próprio nas refeições diárias. O cacau, por outro lado, é uma cultura de maior importância econômica, com foco principal na venda, o que representa uma parcela da renda de algumas famílias. O feijão, além de servir para o consumo próprio, é compartilhado com vizinhos e familiares, fortalecendo a segurança alimentar e os laços comunitários.

Além destas produções identificamos o cultivo de frutas diversas, tais como: acerola, caju, goiaba, jaca, laranja, limão, mamão, manga e outras. Algumas dessas frutas são para consumo próprio e outras para venda. Observamos, ainda, outras culturas como andu, batata e mangalô, plantadas para consumo pessoal e, ocasionalmente, para venda.

É importante listar algumas falas dos camponeses durante o trabalho de campo. Estas falas reafirmam as questões pontuadas anteriormente em relação a comercialização do excedente da produção.

É isso minha fia, ali eu tinha de tudo. Tinha aipim, milho, feijão, banana, alface, couve, coentro, foi a melhor hortinha que já tive na beira de pista foi aquela ali. Encanei água até. Tinha de tudo. Tudo era para o consumo, às vezes o pessoal queria comprar o aipim, mas aí a gente não vendia. (MRS, Trabalho de campo, 2022)

Aipim, mandioca, andu. É para o consumo, mas se tiver maduro e alguém quiser comprar, eu vendo, também [vendo] se tiver de sobrar. (IS, Trabalho de campo, 2022)

Eu só planto. Planto para comer mesmo. E dou aos meus filhos e vizinhos também. Toda vez que colho algo, dou aos meus vizinhos. A gente sempre foi assim, né de hoje não. (PJS, Trabalho de campo, 2022)

Para comer mesmo, não é pra vender não. Se a terra fosse grande, dava para plantar para vender. Tu sabe onde é a fazenda de F.? Lá eu tinha roça à vontade lá. Eu tinha roça de tudo, plantava feijão, mas era para o consumo dentro de casa mesmo. (VGS, Trabalho de campo, 2022)

Estes depoimentos corroboram o que Alves (2015) pontuam sobre as produções camponesas na beira da pista. Para a autora, as produções são majoritariamente de alimentos para subsistência dos familiares com hábitos alimentares da região onde estão inseridos. Por isso, a forte presença de alimentos como milho e mandioca, alimentos que sempre estão

presentes nos pratos das famílias. Neste bojo, a plantação de cacau seria exceção, pois é especificamente destinada a venda.

De acordo Oliveira (2007), na produção camponesa, uma parte da produção é usada diretamente pelo camponês, para sua subsistência imediata, enquanto a outra porção, que representa o excedente, é convertida em mercadoria e destinada à comercialização.

Aqui, cabe distinguir a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, o foco está no movimento do capital, onde dinheiro gera mercadoria que gera mais dinheiro (fórmula  $D - M - D'$ ). Isso significa que, no sistema capitalista, o objetivo principal é gerar lucro e a circulação de mercadorias é voltada para esse fim. Já na produção camponesa, a lógica se constitui em mercadoria que gera dinheiro para comprar outras mercadorias que não produzem (fórmula  $M - D - M$ ). Ou seja, a transformação da mercadoria em dinheiro tem como finalidade satisfazer as necessidades. Portanto, a produção camponesa se concentra no ciclo de vender para comprar, em contraste com a busca pelo lucro característico da produção capitalista (Oliveira, 1990, 2001).

Os estudos de Alexander Chayanov elucidam que é na unidade familiar, com base no trabalho da família, que se dá a reprodução dos camponeses. O trabalho ocorre a partir do equilíbrio entre a unidade de consumo e a unidade de produção, buscando atender às necessidades do grupo familiar. Por isso, a lógica de organização e produção segue uma dinâmica própria, distinta da economia capitalista predominante (Abramovay, 1998; Schneider e Martinello, 2010). No entanto, é importante observar que a leitura de Chayanov refere-se a outro tempo e a uma realidade diferente, marcada por famílias que controlavam terras de trabalho, o que não corresponde diretamente à condição vivida pelos sujeitos analisados em nosso estudo.

O trabalho camponês na beira de pista tem características próprias das dinâmicas das áreas cultivadas. Os horários de trabalho são específicos, em muitos casos, é pela manhã, logo cedo, antes de seus compromissos regulares, como trabalhos em outras áreas e afazeres domésticos. O trecho da entrevista com um camponês ilustra bem esse processo

Eu ia de manhã cedo até do meu expediente de trabalho. Eu ia 5h da manhã no verão e trabalhava até 20 para 7 limpando. De tarde, quando eu vinha às 4h da tarde, ficava até 6h. Era nesse intervalo e nos finais de semana que eu tinha tudo lá. Eu ainda levava para seu E. e dona C. [os patrões] que me pediam, pediam pé de aipim. E eu fazia um trabalho desse, mas terra eles tinham e não dava. (MRS, trabalho de campo, 2022).



Os entrevistados demonstram dedicação e compromisso com as plantações. Eles enfatizam a importância de manter as plantações limpas, bem como de cuidar, colher e plantar as culturas no tempo certo. Muitos expressam orgulho ao falarem de seu trabalho, destacando que é uma atividade que gostam de fazer. Além disso, eles mencionam que é uma forma de se manterem ocupados e produtivos.

Foi comum o relato de visita as plantações regularmente, com uma frequência que varia de uma vez por semana a várias vezes por semana, dependendo das necessidades das culturas e dos ciclos de plantio. Eles dedicam seu tempo à limpeza, plantio, colheita e manutenção das plantações. O tempo despendido no trabalho na beira da pista varia, mas a maioria dos entrevistados relata sessões de trabalho de cerca de quatro horas diárias. Devido ao tamanho da terra disponível para plantio, a maioria das tarefas é realizada individualmente, mas em momentos específicos, membros da família colaboram nas atividades, principalmente durante o plantio e a colheita.

Outro ponto importante na produção camponesa de beira de pista é a lua. A lua é o único satélite natural da Terra e é iluminada pelo Sol, passando por quatro fases principais: nova, quarto crescente, cheia e quarto minguante. A posição da luz solar é responsável por alterar as fases a cada sete dias. O ciclo lunar, com uma média de 29,6 dias, foi fundamental na criação dos calendários em diversas sociedades. Além disso, a consistência desse ciclo influenciou diversas práticas sociais, como a agricultura e cálculos relacionados à gestação e outros manuseios da natureza (Govoni, 2021).

A lua é um fator significativo no momento do plantio. Os entrevistados mencionaram que é fundamental plantar na fase certa da lua, geralmente na fase crescente ou na cheia, evitando o minguante ou a lua nova (o escuro), pois acreditam que isso contribui para um melhor crescimento das culturas. O conhecimento sobre a influência da lua no plantio é uma prática tradicional que muitos camponeses se orientam até hoje.

Para Govoni (2021), os estudos astronômicos desempenham um papel importante na compreensão das relações entre Terra, Sol e Lua, uma busca que remete a antiguidade. As fases da Lua desempenham um papel significativo na organização do tempo. Várias sociedades que seguem o calendário lunar nas práticas agrícolas obtêm resultados satisfatórios. Este saber é fruto de observações e trocas entre diferentes povos e etnias e se faz presente no arcabouço de saberes dos camponeses de beira de pista.

Os camponeses que plantam na beira da pista têm saberes constituídos ao longo do tempo e passado de geração a geração. Mesmo com o processo de expropriação da terra, a sociabilidade camponesa não foi interrompida. A sociabilidade fica evidente em diversos

aspectos, como na forma de produzir de alimentos, ou seja, pela forma de lidar com a natureza. Podemos perceber a partir das informações citadas, a importância do conhecimento tradicional nas práticas da agricultura, mostrando como os camponeses que plantam nas faixas de domínios se adaptam às condições climáticas a partir de saberes que construíram ao longo da vida e da observação que cada um/uma faz do seu processo de trabalho.

Estes saberes ficam evidentes nos relatos de alguns entrevistados,

Tem que saber plantar. Se você, na **fase da lua nova**, se você plantar na quadra da lua aquelas coisas que você plantou logo no primeiro, segundo e terceiro dia da lua nova, aquelas coisas ficam podres. [...] Assim, se você plantar feijão fora da lua fica podre, agora a mandioca não. Eu planto e nunca ficou podre. (IS, trabalho de campo, 2022).

[...] planto na época de chuva, lá em fevereiro, março por aí. Mas, tem uma coisa que vou te dizer, se a quadra da lua não tiver boa, nada presta. Tem que plantar uns dias antes da crescente... se plantar no claro, nada vinga. Essas coisas meu pai me ensinou tudinho, graças a Deus aprendi. (EFS, trabalho de campo, 2022).

É bom na época de chuva, meado de março por aí, aí bom para plantar. E para colher, depende do que plantou. E assim, sempre olha a lua. Tem coisa que só pode plantar no crescente, ou na cheia, nunca no minguante e nem no escuro. (ASS, trabalho de campo, 2022).

O acúmulo em relação as fases da lua, do desenvolvimento da agricultura e da relação com a natureza se constitui como parte da vida dos camponeses. Um outro ponto importante é destacar a observação como estratégia para o plantio. No relato a seguir, vemos o exemplo de uma observação referente a qual lado é o ideal para se plantar as margens da BR. Ou seja, até as produções não são feitas de qualquer forma, há observações e entendimento da natureza.

Agora é um bom lugar de se plantar. Sabe por quê? Vou te explicar. Tu pode até botar aí. Toda água da chuva, quando a pista faz nivelção, só entra para roça que se planta, a pista sempre tem uma queda e então quando ela faz a queda para aquele lado que é o lado ideal para se plantar.

De acordo com Alves (2015), o camponês de beira de pista detém conhecimentos transmitidos ao longo das gerações. Além disso, desenvolve novos saberes adaptados à realidade em que vive, como no caso das técnicas relacionadas à inclinação da pista. Trata-se de um conjunto de entendimentos sobre como lidar com a terra em respeito aos ciclos da natureza. No entanto, mesmo possuindo o acúmulo de sabedoria, o campesinato é frequentemente percebido como uma classe oprimida, subjugada pelos proprietários de terras.

As produções listadas anteriormente contam com infraestruturas improvisadas. Durante o campo, identificamos abrigos construídos na beira da estrada para armazenar os

instrumentos de trabalho dos camponeses, bem como para servir de local de descanso. Sem as estruturas necessárias para a produção, os camponeses fazem uso da criatividade e dos recursos disponíveis para desempenhar seu trabalho. Em apenas uma das roças que identificamos possuir um sistema de irrigação construído em parceria com um fazendeiro local que possui terras próximas a área da pista. Isso ocorreu porque esse camponês em particular, trabalhou por muitos anos como meeiro para o proprietário. Os demais camponeses contam com improvisações, como a coleta de água da chuva em tanques ou o transporte de água das residências quando necessário para irrigar as plantações. Na Figura 9, ilustramos os abrigos que identificamos durante o trabalho de campo.

Figura 9 - Área de estudo: abrigos de trabalhos identificados no trecho atravessado pela BR-420 (2022)



Abrigo improvisado, Ubaíra (BA)



Cobertura para sementeira, Ubaíra (BA)



Abrigo improvisado, Ubaíra (BA)



Abrigo improvisado, Jiquiriçá (BA)



Abrigo improvisado, Ubaíra (BA)



Abrigo improvisado, Ubaíra (BA)

Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

A estrutura precária dos abrigos reflete as dificuldades enfrentadas no acesso à terra e evidencia os obstáculos que os camponeses encontram para desenvolver as produções destinados à subsistência, sem possuir direitos efetivos à terra. Isso ilustra uma realidade na qual a falta de acesso à terra impede o pleno desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, que são fundamentais para a manutenção das comunidades rurais.

Dos entrevistados, 13 (76,5%) mencionam que estão aposentados e, portanto, não trabalham mais em outras atividades. Alves (2015), ao pesquisar a produção à beira da pista, constatou que os aposentados eram um grupo importante que vivia e produzia às margens da BR-235, em Sergipe. Para a autora, mesmo após a aposentadoria, os indivíduos não abandonavam o cultivo devido ao vínculo com a terra construído desde a infância. Além disso, o fato de plantarem nessas áreas fazia com que se sentissem úteis ao fornecer alimentos para famílias e complementar as aposentadorias. Essa realidade também é presente no Vale do Jiquiriçá, destacando assim as semelhanças do fenômeno em diferentes contextos e regiões.

A aposentadoria acaba sendo uma etapa importante na vida dos camponeses entrevistados, permitindo-lhes maior estabilidade econômica e a possibilidade de praticar, livremente, as produções na beira de pista. A maioria destaca que hoje em dia, preferem não trabalhar para os outros, mas ainda se mantêm ocupados com as próprias produções na beira da estrada. Isso porque, mesmo após a aposentadoria, a agricultura continua exercendo dimensão central nas vidas destes sujeitos como fonte de renda.

Ao questionamos sobre a quem recorrem em caso de acidentes ou doenças, a aposentadoria foi destacada como principal fonte de sustento. Não houve menção outros apoios financeiros. Eles enfatizam que precisam contar consigo mesmos, suas famílias. A aposentadoria, portanto, é fundamental para subsistência, permitindo-lhes continuar suas atividades agrícolas e o sustento do lar.

A presença do campesinato espremido na área de estudo é majoritariamente composta por pessoas aposentadas. Aquela senhora ou aquele senhor já aposentado, que nas horas de “ociosidade” decide plantar em um pedacinho de terra, mesmo que esse pedaço seja nas faixas de domínio, reflete uma questão mais profunda. Ou seja, essa realidade espelha o processo de expropriação da terra vivido por grande parte de suas vidas e as dificuldades concretas de garantir a reprodução da vida apenas com a aposentadoria.

Como já pontuado anteriormente, na região em que esses camponeses atuam, há uma grande concentração fundiária. Ao serem questionados sobre a presença de outras áreas de produção além da beira da pista, a maioria delas e deles indicaram que não possuem outras terras. A terra disponível para cultivo se restringe, estritamente, às faixas ao lado da estrada.

Além dos usos já mencionadas, na área de estudo, os camponeses à beira da estrada também fazem uso dos espaços para a criação de animais (Figura 10). Dos entrevistados, quatro mencionaram estar envolvidos nesta atividade na beira de pista. As atividades agropecuárias é uma prática histórica no campesinato brasileiro (Alves, 2015). Na área de estudo, não é diferente; os camponeses adotam a criação de animais "na corda", como eles denominam esse tipo de produção. Assim, o gado fica amarrado em uma corda, permitindo a circulação nas faixas de domínio, não tendo acesso até a pista. Os animais se alimentam do capim disponível na área e, quando esgotado, o camponês migra com os animais para outro local ou o alimenta com capim coletados em outras áreas.

Figura 10 - Ubaíra (BA): criação de animais nas faixas de domínios (2022)



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

É importante mencionar que essa prática nas faixas de domínio também é observada em áreas estudadas por Alves (2015) em Sergipe, Costa (2020) na Bahia e por Françozi (2020) em Minas Gerais. Os estudos citados confirmam o caráter histórico e cultural da criação de animais para o campesinato, mesmo quando a única terra disponível é à beira da estrada. A presença dessa prática em diferentes regiões e estados ressalta a permanência da questão agrária no Brasil, ao mesmo tempo que, demonstra a estratégias de sobrevivência do campesinato na manutenção do modo de vida e formas de subsistência, mesmo em circunstâncias precárias.

Um ponto que não podemos deixar de mencionar é que essa prática acaba causando, em alguns casos, acidentes envolvendo as pessoas que transitam pela rodovia. Notícias veiculadas nos meios de comunicação *online* da região, frequentemente, relatam acidentes envolvendo animais soltos na BR e motoristas. Nem sempre esses animais pertencem aos camponeses que vivem à beira da pista, em alguns casos são. Isso, mais uma vez, realça o cenário de insegurança que as ocupações na beira da pista representam<sup>23</sup>.

Alves (2015) argumenta que a ocupação e uso das áreas próximas às rodovias no contexto rural brasileiro reflete a necessidade de acesso à terra como uma maneira de melhorar as condições de vida, enfrentar o desemprego e lidar com a falta de meios dignos de sobrevivência. Apesar de não possuírem a propriedade da terra, uma vez que estas áreas pertencem à União, os camponeses continuam a cultivar alimentos para suas famílias, amigos, vizinhos e criar animais.

Na paisagem há uma leitura da apropriação privada da natureza. De um lado estão os grupos sociais que, historicamente, têm acesso à terra, com cercas que espremem os camponeses na beira da estrada. Do outro lado, estão os desapropriados da terra que enxergam na beira de pista a possibilidade de reprodução social e manutenção da forma de vida camponesa.

A paisagem de beira de pista expressa a perversidade da estrutura fundiária, mediante a disputa entre as classes e a condição da reprodução da vida dos “sem-terras”. Cabe ressaltar que a paisagem não é sinônimo de espaço (Santos, 2014a). No entanto, é a partir da paisagem (mas não somente dela) que as contradições do espaço adquirem materialidade e revela a estrutura da sociedade. Por isso, apresentamos uma imagem que ilustram o acesso precário a

---

<sup>23</sup> Exemplos de notícias vinculadas nos meios de comunicação da região: <https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/33063-duas-pessoas-e-4-animais-morrem-em-acidente-entre-planaltino-e-nova-itarana-vereador-sobrevive> e <https://www.amargosafm.com/post/animais-na-pista-provocam-acidente-na-br-420-e-deixa-uma-pessoa-morta-em-jaguaquara>

terra, de forma espremida, tendo de um lado a propriedade privada, do outro, a rodovia (Figura 11).

Figura 11 - Área de estudo: plantação camponesa espremida entre a BR-420 e a propriedade privada (2022)



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Na imagem podemos observar ao fundo uma propriedade privada com uma grande extensão de capim plantado, sem a presença de um animal sequer. A cerca da propriedade demarca o limite entre ela e a beira de pista. Entre a rodovia e propriedade, a plantação de milho e banana se materializa como fruto do trabalho do camponês sem-terra.

É possível então, compreender que a produção do espaço as margens das rodovias, parte da dialética presente na reprodução social do capital que, no Brasil, ao mesmo tempo que cria e reproduz uma classe social de latifundiários, também forma uma classe social de trabalhadores sem-terra que, como estratégia de sobrevivência, acabam ocupando as margens da BR ou assumem outras formas de luta e sobrevivência. Por isso, essa condição (realidade concreta) só pode ser compreendida dentro deste movimento que é histórico e contraditório.

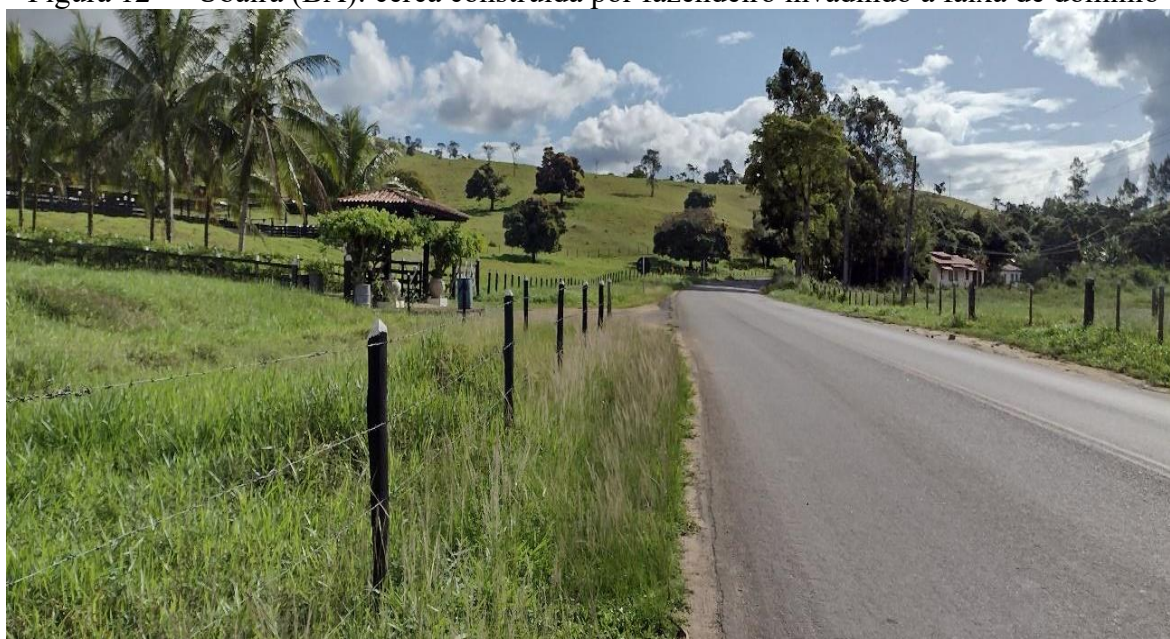
A partir da abordagem da forma-conteúdo (Santos, 2012) podemos revelar a complexa relação social que se estabelece entre diferentes grupos sociais e a maneira como cada um se apropria da natureza. Quando aplicamos a perspectiva metodológica de Milton Santos, considerando as dimensões de forma, função, estrutura e processos, podemos afirmar que, de

acordo com o autor, o espaço é concebido como uma instância que reflete as dinâmicas e estruturas da sociedade (Santos, 2014a). Ele propõe a análise do espaço geográfico por meio de quatro categorias inter-relacionadas: forma, função, estrutura e processo. As categorias auxiliam na compreensão das múltiplas dimensões que o espaço abrange. A forma então, seria o aspecto visível que revela a estrutura social da paisagem, a função seria a ação desempenhada por determinado objetivo, a estrutura se constitui da organização econômica e social da sociedade e o processo são as transformações ao longo do tempo.

No nosso estudo, as cercas, por exemplo, representam os aspectos visíveis da apropriação do espaço, pois são elementos visíveis que delimitam os limites entre a beira da pista, as propriedades e a rodovia. A forma que elas assumem – a partir do material que foi utilizado – revela o conteúdo e a condição da classe social que a construiu (Figuras 12 e 13). As cercas também desenvolvem uma função na produção de alimentos que, neste caso, é proteger a produção camponesa de um lado e, do outro, cercam a terra dos latifundiários.

Desta forma, o processo e a estrutura estão incutidos na lógica de expropriação da terra e a organização social e econômica a qual estes grupos estão inseridos. Logo, no contexto das lutas pela terra e dos processos de expropriação, podemos considerar a dimensão de processos, já que essas disputas refletem mudanças sociais, econômicas e políticas que afetam no acesso e posse da terra. Assim, as cercas representam forma-conteúdo dos grupos sociais que disputam pela apropriação privada da natureza, revelando a partir forma-conteúdo que se apresentam na beira de pista no Vale do Jiquiriçá.

Figura 12 - - Ubaíra (BA): cerca construída por fazendeiro invadindo a faixa de domínio



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.



Figura 13 - Santa Inês (BA): cerca construída por camponês



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

As roças na beira da pista são visíveis a qualquer um. No entanto, é preciso desnaturalizar para perceber que a presença destas pessoas produzindo nestas condições são resultados da forma de produção a qual estamos inseridos. Há de se pensar que, aquelas vidas que ali estão, são frutos do processo de expropriação dos meios de produção, no processo desigual e combinado ao qual o capitalismo se reproduz.

Interessante observar que parece existir uma ética camponesa por trás da ocupação das faixas de domínio. O que chamamos de ética camponesa é a seguinte situação: aquelas áreas próximas às residências de um camponês que mora ali só são ocupadas com a permissão do “dono”. O dono então, seria o camponês que reside próximo aquele trecho da faixa de domínio. Já em áreas distantes das residências, a ocupação é livre e quem chegar primeiro para realizar a limpeza da área e, posteriormente, a plantação.

Sobre a lógica da ética camponesa, conforme Woortmann (1990), se refere a um sistema de valores morais que orienta as interações dos camponeses, tanto entre si quanto em relação à terra. Ela consiste em um conjunto de princípios que moldam o comportamento dos camponeses em sua vida e atividades no campo. A ética está intimamente relacionada com as dinâmicas sociais, econômicas e culturais nas comunidades rurais e funciona como uma força motivadora que influencia as escolhas e ações dos camponeses. Ela desempenha um papel

significativo na compreensão da cultura e da identidade camponesa, transcendendo considerações puramente econômicas.

Dessa forma, compreendemos as práticas realizadas pelo campesinato como fruto da ética camponesa. Para os camponeses, a ética camponesa se manifesta nas práticas cotidianas, na importância da terra em suas vidas, na relação com seus familiares, amigos e vizinhos. Assim, cultivar alimentos é uma questão de sobrevivência e uma tradição passada, de geração em geração, que mantém sua identidade.

Além disso, o trabalho na terra, para muitos deles, é visto como uma vocação, um ofício que foi passado de geração em geração. Muitos cresceram na agricultura, e o vínculo com a terra é parte integrante do modo de vida o qual foram socializados. É uma atividade que fornece o necessário para a sobrevivência e a manutenção da sociabilidade camponesa. Plantar e cuidar da terra são atos que conectam essas pessoas com suas raízes, com o passado e com uma tradição que valorizam. Apesar da condição de expropriação e exploração, estas dimensões não podem ser negadas.

De maneira concisa, para os camponeses que residem na beira de pista, o trabalho com a terra envolve uma série de elementos interligados. Abrange as atividades de plantio e cultivo, como também valorização da terra como um bem da natureza. Para eles e elas, trabalhar com a terra não é somente uma ocupação, é uma forma de conexão com as raízes, tradições e a própria identidade camponesa. Envolve a manutenção de vínculos familiares, já que muitas vezes a terra é trabalhada em conjunto os laços familiares e sociabilidade em comunidade. Logo, a relação com a terra é uma parte intrínseca de quem são, por sua vez, o trabalho com ela é uma expressão de amor pela vida no campo e pelas tradições que valorizam profundamente. Na Figura 14, representamos em forma de nuvem de palavras, a visão dos camponeses de beira de pista sobre como é trabalhar no campo.

Figura 14 - Significado do trabalho com a terra para o campesinato de beira de estrada, 2022.



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

A partir dos elementos apresentados, podemos afirmar que as práticas agropecuárias de beira de pistas podem ser compreendidas enquanto produção do campesinato expropriado da terra no seu processo de criação - recriação social. Dentre os elementos identificados, reafirmamos: trajetórias familiares com vínculo com o trabalho com a terra; vínculos familiares e amigos/vizinhos; produção para subsistência; produção de alimentos enquanto valor de uso e o trabalho familiar. A centralidade nas discussões pode ser resumida em três palavras: trabalho – terra – produção. Ou seja, o trabalho com a terra a partir do plantar nas faixas de domínios e a produção de alimentos (Jesus, 2019).

Não se trata de uma tentativa de encaixar esses sujeitos em uma leitura clássica do campesinato. Mas, compreendemos que nas práticas de reprodução social destes sujeitos há o que Woortmann (1990) chama de campesinidade. Dessa forma, partimos do pressuposto que os sujeitos que produzem na beira da pista expressam, em alguma medida, campesinidades. Ou seja, expressam aspectos do ser camponês nas práticas realizadas nas faixas de domínios da pista a partir das dimensões: família, terra e trabalho. Onde compreendemos a família como as relações familiares e de parentescos existem entre eles. A terra, então, como esta terra espremida que é ocupada e apropriada na beira da pista e o trabalho como o processo da produção de alimentos, da criação de animais e do extrativismo.

De acordo com a leitura de Woortmann (1990) sobre a concepção de campesinidade, esta não se manifesta como um “campesinato puro”, mas sim como um conceito que varia em diferentes contextos e períodos. Woortmann argumenta que não há uma única forma de campesinidade, mas sim várias formas, com diferentes graus de intensidade e características. As campesinidades representam valores morais e tradições específicas de grupos sociais camponeses, refletindo uma ética própria que é visível nas relações entre os indivíduos e com o ambiente, especialmente com a terra (Woortmann, 1990, p. 11).

É importante frisar que não se trata de práticas vinculadas ao movimento da agricultura urbana, as práticas de produções agropecuárias nas faixas de domínios não se configuram como uma “agricultura na cidade e agricultura da cidade” ((Fernandez e Baptista Filho, 2019, p. 6). Em paralelo com o estudo de Fernandez e Baptista Filho (2019), pode-se considerar que os espaços que tais práticas acontecem estão, administrativamente, em áreas consideradas como rurais, ou seja, em áreas fora da cidade. Segundo, as produções acontecem de forma espontânea, há décadas. Porém, não há uma organização política em torno disso. Além do mais, as pessoas que praticam a agricultura de beira de pista têm uma trajetória firmada na sociabilidade camponesa. Portanto, não se trata de uma agricultura urbana, e sim de campesinidades expressadas por camponeses expropriados da terra.

De acordo com Mitidiero Junior (2013, p. 7), a discussão sobre agricultura urbana não se aplica a realidade das produções de beira de pista, pois,

[...] o que nessa pesquisa conceitua-se como agricultura de beira de estrada, agropecuária marginal e campesinato espremido é algo fundamentalmente diferente do que se conceitua como agricultura urbana. Embora haja características em comum, a motivação do uso das beiras de estradas brasileiras, sobretudo no Nordeste do Brasil onde essa prática parece ser mais frequente, é **um binômio formado pela concentração de terras e pelas necessidades alimentares de quem produz nesses espaços.** [...] a população que produz na beira [...] **são camponeses sem terra** e moradores de pequenos municípios, povoados e áreas rurais com a história de vida intimamente ligada ao campo, que produzem por necessidade e alcançam, na rodovia, uma possibilidade de trabalho autônomo. (grifo nosso)

Embora Mitidiero Junior (2013, p. 46) esteja examinando a realidade do estado de Sergipe, essa observação também expressa a realidade dos sujeitos do Vale do Jiquiriçá. Ambos envolvem ações realizadas por camponeses que foram expropriados e que mantêm a esperança de retornar à terra. De acordo com o autor, "[...] a produção à beira da estrada representa uma maneira de existir no território, de se reproduzir socialmente em resistência à expropriação e como uma estratégia de sobrevivência [...]". Portanto, essa prática carrega consigo uma tradição em relação à terra, atende às necessidades básicas de reprodução social e reflete as experiências familiares relacionadas ao vínculo com a terra e à agricultura.

A partir da análise das práticas agropecuárias nas margens das rodovias, podemos afirmar que elas representam uma forma de campesinidade expressada por camponesas e camponeses que foram expropriados da terra. Os sujeitos utilizam as faixas de domínio como uma estratégia de sobrevivência, mantendo a tradição com a terra e os vínculos familiares. No entanto, a atuação do Estado e os conflitos relacionados às faixas de domínio, como a regulamentação e a fiscalização também estão presente nesse cenário. Estes aspectos, e como eles influenciam as práticas agropecuárias e as condições de vida dos camponeses, serão abordados detalhadamente na próxima seção.

#### **4. A AÇÃO DO ESTADO E OS CONFLITOS NA BEIRA DE ESTRADA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ (BA)**

Este capítulo tem como objetivo apresentar como o Estado enxerga os usos das faixas de domínio a partir da análise de documentos (leis, decretos, resoluções, portarias, normas e manuais), bem como examinar a relação dessas regulamentações com os possíveis desdobramentos relacionados à Questão Agrária. Além disso, pretendemos identificar e detalhar os diversos conflitos que envolvem o uso das faixas de domínio, abrangendo as diversas perspectivas dos grupos sociais e a postura do Estado diante dessas questões.

##### **4.1 AÇÃO DO ESTADO FRENTE AS OCUPAÇÕES DE BEIRAS DE ESTRADA**

O Estado moderno é reconhecido como o epicentro que abriga o aparato político e detém o direito à coerção legítima, desempenhando uma função na regulamentação dos conflitos de interesses nas sociedades contemporâneas (Castro, 2021). Assim, o Estado é a entidade política que exerce soberania sobre um território e sua população, sendo responsável pela administração e regulamentação de várias áreas da vida social e econômica.

O Estado atua na regulação de conflitos e na organização da vida social. Por meio da atuação, há repartimentos nas questões econômicas, territoriais, fundiárias e na ordem social. Sua função inclui a mediação de disputas e a implementação de políticas para garantir a uma estabilidade social. Assim, o Estado influencia diretamente o desenvolvimento regional por meio de investimentos em infraestrutura e políticas públicas. As ações do Estado são importantes para mitigar as disparidades regionais. O Estado regula a infraestrutura e as desigualdades, ajudando a compreender melhor sua função e impacto na sociedade contemporânea.

Conforme Castro (2021, p. 9)

[...] a estrutura institucional do Estado moderno é o lócus do aparato político e do direito à coerção legítima para a regulação dos conflitos de interesses nas sociedades contemporâneas. Nenhuma sociedade complexa pode se reproduzir sem alguma forma de regulação de conflitos, e já houve várias formas ao longo da história das sociedades [...] o espaço é uma dimensão inescapável dos interesses e dos conflitos e como o território é a arena fundadora da política e das condições necessárias à existência e durabilidade da polis. O caráter desses conflitos e os modos como eles aderem ao espaço, encontram múltiplas possibilidades analíticas abertas por algumas das matrizes conceituais da ciência política, e oferecem bases explicativas que conferem visibilidade aos atores políticos e sua inserção territorial.

O papel do Estado destaca-se pela sua regulação e orientação dos interesses dos grupos sociais em diferentes escalas. As trocas internacionais, comuns na economia contemporânea, conferem ao Estado um papel insubstituível, sendo necessário para a defesa de interesses, inclusive das grandes empresas. Nesse bojo, o Estado torna-se responsável pela penetração das inovações e pelo sucesso dos investimentos, homogeneizando o espaço e a infraestrutura, como “tais como as estradas, os impostos, as isenções fiscais, a política aduaneira ou a política comercial, os protecionismos” (Santos, 2012, p. 229).

As modalidades principais de ação do Estado envolvem a satisfação de necessidades locais, regionais e nacionais, influenciando nos espaços em diferentes escalas. As influências locais perpassam as unidades agrícolas e urbanas, características da população e modelos de localização (Santos, 2012, p. 229).

O Estado atua na configuração do espaço urbano e rural, agindo como um dos principais agentes na promoção de uma totalidade espacial. Essa atuação ocorre através de intervenções diretas e indiretas, com o objetivo de viabilizar os interesses de expansão e reprodução do capital nos diversos territórios. As ações públicas relacionadas ao planejamento e à gestão do espaço são frequentes e visam criar condições favoráveis para direcionar investimentos, tanto públicos quanto privados, para atender os interesses do modo capitalista de produção (Alencar e Menezes, 2009).

Neste contexto, para garantir a infraestrutura e a segurança no deslocamento de pessoas e mercadorias, o Estado brasileiro regula o uso das faixas de domínio por meio de legislações, normativas, resoluções e manuais, destacando-se o em especial o Código de Trânsito Brasileiro<sup>24</sup> e da atuação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)<sup>25</sup>.

O Código de Trânsito Brasileiro define as atribuições das diversas autoridades e órgãos relacionados ao trânsito, estabelece diretrizes para a engenharia de tráfego, e define normas de conduta, infrações e penalidades para os usuários do sistema. Já o DNIT é uma autarquia federal brasileira responsável por implementar políticas de infraestrutura de transporte terrestre e

---

<sup>24</sup> O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) é a legislação que regula o trânsito nas vias terrestres do Brasil, estabelecendo normas para circulação, conduta, infrações e penalidades. Ele define direitos e deveres dos usuários das vias e organiza o Sistema Nacional de Trânsito, que inclui órgãos responsáveis pela fiscalização e administração do trânsito. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm). Acesso em: Maio de 2023.

<sup>25</sup> O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001. O DNIT tem como principal função implementar as políticas de infraestrutura para transportes terrestres e aquaviários. Disponível: <https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/departamento-nacional-de-infraestrutura-de-transportes-dnit>. Acesso: Maio de 2023.

aquaviário. O Departamento atua como gestor e executor das diretrizes administrativas da federação relacionadas à manutenção, ampliação e elaboração do sistema federal de transportes. Ele é o órgão da União que exerce atribuições legais previstas no Código de Trânsito Brasileiro, especialmente nas rodovias federais.

Em seu Artigo 50º, o Código de Trânsito Brasileiro, faz menção os usos das faixas de domínios, considerando que “o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.” (Brasil, 1997, p. 15). Portanto, a principal consideração aqui é que o uso dessas áreas deve ser feito considerando as condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade responsável pela jurisdição da via, sem indicar muitos detalhes sobre. Ainda no Código, a definição das faixas de domínios aparecerá da seguinte forma: “Faixas de domínio - superfície limdeira às vias rurais, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via.” (Brasil, 1997, p. 79).

O DNIT, de acordo com o Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso, definia as faixas de domínio como “a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa de recuo” (Brasil, 2008, p. 9). No entanto, este documento foi revogado em 2020, sendo o uso das faixas regulamentado a partir da Resolução nº 7, de 02 de março de 2021 que “dispõe sobre o uso das faixas de domínio de rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Brasil, 2021, p. 1).

Nesta nova legislação, há uma série de notificações sobre os usos das faixas de domínio. Enquanto na regulamentação vigente até 31 de agosto de 2020<sup>26</sup> não havia menção da possibilidade de usar as faixas de domínios para práticas agropecuárias, na nova resolução é permitido. A nova resolução surge, justamente, com a finalidade de promover os aparatos legais que regulamentem a ocupação para fins agrícolas, prática que comumente é adotada. Para tanto, basta fazer uma solicitação do uso de faixa de domínio adjacentes às rodovias federais. A permissão especial é dada a pessoas físicas ou pessoas jurídicas através do Termo de Permissão Especial de Uso (TPEU). É um documento pelo qual o DNIT concede permissão temporária para utilizar áreas das faixas de domínio de rodovias federais sob sua responsabilidade (Brasil, 2021).

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/rodovias/operacoes-rodoviaras/faixa-de-dominio/regulamentacao-vigente-ate-31-08-2020>. Acesso em: 02 de set. 2022.

A solicitação para ocupação da faixa de domínio pode ter qualquer natureza, desde que seja feito o TPEU e mediante a remuneração. A ocupação pode ser destinada a realizações de obra de infraestrutura, peças de publicidade, serviços de telecomunicações, serviços de energia, serviços de dutos de acessos as propriedades marginais e implantação da agricultura. Conforme preza a resolução

Art. 4º Toda e qualquer ocupação da faixa de domínio, de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem ônus, deverá ter seu respectivo TPEU, com a expressa indicação daquela que se tornará a permissionária, e estar em conformidade à Lei nº 6.766, de 1979, e com o disposto na lei municipal de uso do solo da região. (Brasil, 2021, p. 2).

Art. 5º A permissão especial de uso, mediante remuneração, será conferida por prazo determinado, a título precário, a todos os interessados, de forma não discriminatória e equitativa, conforme a finalidade a que se destina o uso da faixa de domínio, à exceção das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, conforme o art. 2º do Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980, com a possibilidade de ser conferido prazo indeterminado. (Brasil, 2021, p. 3)

Dessa forma, a mudança prevista na legislação abre brechas para a utilização das faixas de domínio para práticas agrícolas, o que anteriormente não ocorria, como pontuam os trabalhos de Alves (2015) e Costa (2020). Podemos arriscar dizer que essa brecha tem como objetivo atender a um grupo específico, e não os camponeses de beira de estrada, que não têm acesso a essas informações nem os meios para viabilizá-las

A solicitação para que pessoas físicas ou jurídicas sejam autorizadas a utilizar as faixas adjacentes às rodovias federais administradas pelo DNIT requer obedecer às condições de segurança de trânsito estabelecidas. O processo envolve solicitação de uso, avaliação de viabilidade e entrega de projetos, com tarifas associadas. O interessado pode realizar a solicitação pelo *site* do DNIT, com prazo estimado de 90 dias para conclusão do serviço, incluindo visita de campo e análise documental. Custos envolvem análise de viabilidade e exame de projeto, com valores variáveis. (DNIT, 2023).

Cabe ressaltar que, apesar de a solicitação, teoricamente, poder ser feita por qualquer pessoa, no entanto, na nossa compreensão acaba sendo mais um instrumento que possibilita aos proprietários de terras expandirem suas áreas de cultivo para além das cercas e, por conseguinte, aumentar seus lucros. Isso contrasta com a situação dos camponeses pobres que utilizam as faixas de domínio para plantar alimentos, que em sua maioria, não tem a necessária autorização. Autorização essa que para consegue, há custos e burocracias envolvidas, ou seja, a expropriação tende a aumentar.



Segundo pesquisas realizadas na plataforma virtual do DNIT (2023), os custos são referentes a Preço de Análise de Viabilidade (PAV) e ao Preço de Exame de Projeto (PEP). O PAV tem valores que variam entre R\$ 50,00 a R\$2.465,28; já o PEP tem valores entre R\$324,72 a R\$13.297,88. Estes custos são inerentes ao processo de solicitação, sendo aprovado o uso, o permissionário (aquele com permissão para ocupação da faixa de domínio das rodovias federais) deverá pagar o valor total do TPEU. Este valor é calculado multiplicando o valor anual pelo período autorizado para ocupação. O montante total deve ser pago pela pessoa ou entidade que recebeu a permissão, e o pagamento é feito através de uma Guia de Recolhimento da União (GRU).

O cálculo para o valor do TPEU é feito a partir de uma fórmula. Para serviços de energia, telecomunicações, dutos e agricultura, a fórmula é a seguinte:  $V = (A \times Vm^2) \times P \times UPE$ , sendo:

- V: Valor da remuneração;
- A: Área da ocupação;
- $Vm^2$ : Valor base;
- P: Posição da ocupação dentro da Faixa de Domínio;
- ALE - Área Lateral Externa
- ALI - Área Lateral Interna
- UPE: Fator da Unidade de Potencial Econômico

De acordo com a Resolução nº 7, de 02 de março de 2021, o Valor Base ( $Vm^2$ ) é um dos elementos utilizados para calcular o valor do uso das faixas de domínio. O valor é variável e depende do tipo de ocupação, sendo ajustado mensalmente com base no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do IBGE. Na Tabela 12, são apresentados os valores de outubro de 2023 para o Valor Base nos diferentes tipos de serviços. A situação é mais preocupante do que parece, pois trata-se de uma forma de aluguel de terras públicas para fins e interesses privados, sem considerar o interesse social.

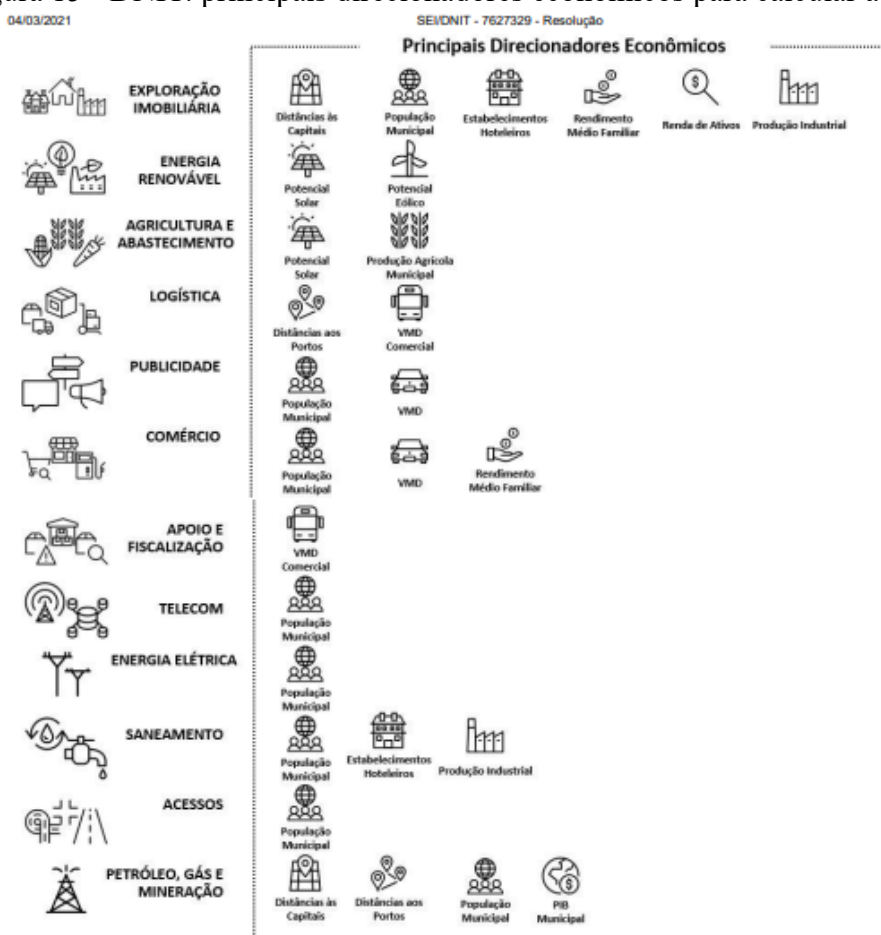
Tabela 14 - Valor Base para uso da faixa de domínio (10/2023)

Tipo de serviço	Valor (R\$)
Publicidade	250,16
Telecomunicações	6,94
Energia	6,94
Dutos	6,94
Acesso	6,94
Agricultura	0,18

Fonte: DNIT, 2023.

Além do Valor Base, a Resolução estabelece os critérios para calcular a Unidade de Potencial Econômico (UPE), a qual é um componente do preço público relacionado à rodovia e tem sua divulgação no *site* do DNIT. A UPE é calculada com base em uma combinação de critérios, considerando diversos fatores, como a condição da malha; distâncias até as capitais; distâncias até os portos; população municipal; volume médio diário; volume médio diário comercial; PIB municipal; potencial solar; potencial eólico; estabelecimentos hoteleiros; rendimento médio familiar; renda e ativos; produção agrícola municipal; produção industrial e declividade. Estes fatores são esquematizados na Figura 15 o que demonstra uma mercantilização das terras públicas.

Figura 15 - DNIT: principais direcionadores econômicos para calcular a UPE



A UPE será calculada por uma combinação de critérios e pesos. As informações devem ser cruzadas conforme ponderação e regra de negócio. No exemplo a seguir, os dados serão coletados e atribuídos conforme sua granularidade.

Fonte: DNIT, 2023.

Os valores do preço público variam de acordo com as unidades da federação, refletindo as diferentes características e potenciais econômicos de cada região. No Quadro 11, notamos que unidades federativas como o Distrito Federal (DF) e São Paulo (SP) têm um preço público

mais elevado, refletindo seu maior potencial econômico considerando as variáveis anteriormente apresentadas. Por outro lado, estados como Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentam preços públicos mais baixos, alinhados com suas características econômicas.

Quadro 12 - DNIT: preço público pelo uso das faixas de domínio das rodovias federais administradas

Unidades da Federação	Preço Público (R\$)
AL, CE, MA, PB, PI, RN e SE	5,01980
AC, PA, RR e TO	5,55360
<b>BA e PE</b>	<b>6,02376</b>
AP e RO	6,66432
GO, MS e MT	7,33348
ES	7,36792
PR	8,14176
MG	8,42048
AM	8,88576
RS e SC	9,15948
RJ	9,47304
DF	10,47640
SP	10,52560

Fonte: DNIT (2023).

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus.

Os valores são para financiamento e a manutenção da infraestrutura rodoviária, responsabilidade do Estado, para o qual pagamos impostos. Assim, o cálculo do preço público leva em consideração uma série de fatores, visando garantir uma contribuição proporcional à região em que os usuários e as empresas que utilizam as faixas de domínio estão localizados.

Para ilustrar o cálculo, tendo como referência uma planilha disponibilizada pelo DNIT, preenchemos com os dados referente a área de estudo. Atribuímos os seguintes valores da fórmula, considerando uma solicitação de 10 anos de uso:

- V: Valor da remuneração;
- A: 1.000,00m<sup>2</sup> (200m x 5m)
- Vm<sup>2</sup>: 0,18
- P: Posição da ocupação dentro da Faixa de Domínio: ALE (Valor: 1)
- UPE: Fator da Unidade de Potencial Econômico: 1,77

Nesse contexto, é importante destacar que o cálculo do Total do Pedido de Uso da faixa de domínio (TPEU) foi avaliado em R\$ 3.186,00, com um valor anual de R\$ 318,60. Com este

exercício fica evidenciado que a solicitação para uso das faixas de domínio não se destina aos camponeses à beira das estradas, mas sim a uma classe dos latifundiários, que são os proprietários de terras. Para além dos valores pagos por solicitação há uma complexidade burocrática envolvida no processo de solicitação, que exige uma série de documentos, como plano básico ambiental, licença ambiental, projeto de irrigação, projeto de escoamento da produção e cronograma operacional do ciclo agrícola de cada cultura (Brasil, 2021).

Além disso, é importante destacar que os sujeitos entrevistados nesta pesquisa possuem baixos níveis de escolarização. Portanto, um processo burocrático e cheio de exigências como esse não foi concebido considerando suas necessidades e condições. Pelo contrário, parece ser mais uma maneira de facilitar a expansão das terras dos grandes proprietários, excluindo os camponeses da possibilidade de acesso à terra. Além disso, o valor cobrado pelo TPEU é inacessível para os entrevistados, tornando ainda mais inacessível para o campesinato pobre, espremido.

Nesse cenário reflete os empecilhos enfrentados pelos camponeses em acessar a terra, mesmo nas faixas de domínio das rodovias, o que reforça a barreira existente entre o campesinato e os latifundiários, já que estes têm recursos necessários para atender aos requisitos burocráticos e financeiros para a solicitação de uso das faixas de domínio, para além de suas propriedades. Dessa forma, a terra continua como uma mercadoria inacessível para os camponeses.

Cabe destacar, também, que o DNIT (2021) prevê remoções e penalidades para ocupações consideradas irregulares. Sendo as penalidades:

I - multa simples no valor de R\$ 293,47 (duzentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos), em caso de ocupação irregular que não apresente risco para os usuários da via;

II - multa dupla no valor de R\$ 586,94 (quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos), em caso de ocupação irregular que apresente risco para os usuários da via ou reincidência.

Durante o trabalho de campo, foi notado que nenhum camponês mencionou o pagamento de multas em relação às ocupações consideradas irregulares nas áreas próximas às rodovias. No entanto, diversos entrevistados relataram que, durante o processo de manutenção das rodovias, as empresas responsáveis frequentemente cortavam ou destruíam suas plantações. Essa situação gerava inúmeras dificuldades para os camponeses, que dependiam das plantações para sua subsistência e sustento das famílias.

No Quadro 13, podemos observar as legislações que regulamenta o uso das faixas de domínio no Brasil em diferentes momentos e marcos legais ao longo do tempo.

Quadro 13 - Principais legislações e instrumentos legais identificados que regulam o uso das faixas de domínios no Brasil, 2023

Órgão	Descrição	Ementa/resumo
Presidência da República	Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
Presidência da República	Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências
Senado Federal	Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980	Dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de rodovias e de terrenos de domínio público e a travessia de hidrovias, rodovias e ferrovias, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências
Presidência da República	Decreto nº 86.859, de 19 de janeiro de 1982	Altera o Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980, que dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de vias de transporte e de terrenos de domínio público e a travessia de vias de transporte, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica
Presidência da República	Lei nº 10.932, de 03 de agosto de 2004.	Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências
DNIT	Resolução nº 7, de 02 de março de 2021	Dispõe sobre o uso das faixas de domínio de rodovias federais sob circunscrição do DNIT

Fonte: DNIT, 2023. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

Estes são os principais instrumentos legais que regulam as faixas de domínios no Brasil. A legislação vem sofrendo alterações nas últimas duas décadas. Parte disso está vinculado os debates entorno do uso das faixas de domínio. Os debates aparecem a partir de projetos leis apresentadas nas Câmaras dos Deputados.

A alteração das leis que regulam o uso das áreas adjacentes às rodovias tem sido objeto de Projetos de Lei (PL) apresentados por representantes do legislativo ao longo dos anos (Costa, 2020). Os estudos conduzidos por Alves (2015) e Costa (2020) já pontuavam como esta temática transitava na Câmara dos Deputados. Durante a realização desta pesquisa, fizemos um

levantamento de PLs que abordam sobre as faixas de domínios, identificando o autor do projeto, a ementa e situação atual. O resultado está disposto no Quadro 14.

Quadro 14 - Projetos de lei identificados que abordam o uso das faixas de domínio

Projeto	Relator	Autoria	Ementa	Status
PL 2.997/1992		Samir Tannús - PDC/MG	Dispõe sobre culturas de ciclo anual nas faixas de domínio que margeiam as rodovias	Arquivada
PL 1.309/1995 <sup>27</sup>		Silvio Lopes - PSDB/RJ	Dispõe sobre o uso das faixas de domínio público que margeiam as rodovias para culturas de ciclo anual	Arquivada
PL 1.712/1999 (Apensos os PL 2.104/1999 e 3.083/2000) <sup>28</sup>	Adão Pretto	Vivaldo Barbosa	Dispõe sobre a utilização das faixas de terras agricultáveis que margeiam as rodovias federais para plantio de culturas de subsistência e de aproveitamento agroindustrial	Arquivada
PL 7.392/2017 <sup>29</sup>		Misael Varella - DEM/MG	Altera o art. 98 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "Dispõe sobre a política agrícola"	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal
PL 1.533/2023 <sup>30</sup>	Wilder Morais - PL/GO	Misael Varella - DEM/MG	Altera o art. 98 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o uso das faixas de domínio ao longo das rodovias	Em tramitação

Fonte: Congresso Nacional, 2023. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

Os projetos de lei listados no quadro mostram um panorama histórico e atual sobre o uso das faixas de domínio ao longo das rodovias. Os projetos mais antigos, como o PL 2.997/1992 e o PL 1.309/1995, que tratavam do uso dessas faixas para culturas de ciclo anual, foram arquivados. O mesmo aconteceu com o PL 1.712/1999, que abordava o uso das faixas de terras agricultáveis para culturas de subsistência e aproveitamento agroindustrial.

Por outro lado, os projetos mais recentes, como o PL 7.392/2017 e o PL 1.533/2023, evidenciam uma continuidade e uma intensificação das pressões sobre o tema. O PL 7.392/2017, que propõe alterações na Lei nº 8.171/1991, está aguardando apreciação pelo

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190437>

<sup>28</sup> Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=173194&filename=Tramitacao-PL+1712/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=173194&filename=Tramitacao-PL+1712/1999).

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2129192>

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/156602>

Senado Federal, enquanto o PL 1.533/2023 encontra-se em tramitação. A autoria e a relatoria desses projetos deixam evidente a intencionalidade política por trás deles, apontando para uma ação coordenada da bancada ruralista — a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) —, alinhada aos interesses da extrema-direita brasileira.

As tentativas de alterar as leis que regulam o uso das áreas próximas às rodovias, como evidenciado nos Projetos de Lei identificados, estão relacionadas a pressões de diversos setores, incluindo os grandes proprietários de terras interessados em utilizar as faixas de domínio para o plantio agrícola.

Essa dinâmica é exemplificada por um caso noticiado no estado de Mato Grosso, onde o DNIT conduziu um estudo para avaliar a permissão do plantio agrícola nas faixas de domínio de rodovias federais<sup>31</sup>. A análise foi realizada em resposta a um pedido da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (FAMATA), que buscavam uma alternativa à notificação de desocupação emitida pelo DNIT para os produtores da região. Os representantes das instituições destacaram os benefícios econômicos e de segurança que tal permissão poderia trazer, e o diretor-geral do DNIT sinalizou a necessidade de revisar as normas de utilização das faixas de domínio da União (DNIT, 2019). A Figura 16, ilustra os conflitos de interesses e as discussões em torno do uso das faixas de domínio no país.

Figura 16 - Notícia sobre o uso das faixas de domínios

AGRONOTÍCIAS

## DNIT avalia permissão para plantio agrícola às margens de rodovias em Mato Grosso

© 19/07/2019 20:52



Fonte: Só Notícias, 2019.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/agronoticias/dnit-avalia-permissao-para-plantio-agricola-as-margens-de-rodovias-em-mato-grosso/>. Acesso em set. de 2024.

Também identificamos outras reportagens<sup>32</sup> que alegam a mesma questão: o uso da faixa de domínios. Em ambas as matérias, a semelhança está na abordagem da proibição do cultivo nas margens das rodovias e o destaque aos agricultores que estão utilizando faixas de domínio das rodovias para plantar, o que seria um desrespeito à legislação vigente.

Outro ponto em comum é que em ambas as reportagens, não mencionam as medidas tomadas pelas autoridades para regulamentar e controlar essa situação, como estudos para conciliar a ocupação com a segurança e possíveis punições para os agricultores que desrespeitam a legislação. Logo, perceber as mudanças da legislação e as tentativas de alterações através dos PLs é compreender que o uso das faixas de domínios está em disputa.

As tentativas de alterar as leis que regulam o uso das áreas próximas às rodovias, especialmente permitindo o plantio agrícola, foram então, impulsionadas por pressões de diversos setores, incluindo proprietários de terras e empresas agrícolas. Mais uma vez, o Estado, atende às demandas da classe dos latifundiários, enquanto os sujeitos sem-terra para plantar utilizam a faixa de domínio por não terem alternativas, os produtores latifundiários desejam usar essas áreas para expandir suas propriedades.

Além dos debates em torno das faixas de domínios, identificamos, através de pesquisas realizadas na plataforma virtual do DNIT, outras ações que merecem destaque em relação ao tema. Dentre elas, citamos o 3º Seminário Nacional de Desapropriação e Reassentamento realizado em outubro de 2023 em Brasília<sup>33</sup>. Este Seminário tinha como objetivo reunir especialistas, acadêmicos e profissionais compartilhar experiências, conhecimentos e visões em relação aos desafios e oportunidades envolvendo a temática da desapropriação e reassentamento vinculados ao DNIT.

O Seminário foi uma das ações da Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento (CGDR) do DNIT. Como o órgão realiza obras de infraestrutura de transporte, frequentemente promove desapropriações e promove programas de reassentamento para a população que reside nas áreas afetadas pelos projetos. Devido a esta complexidade, que o Decreto nº. 8.489, de 10 de julho 2015, estabeleceu a CGDR, uma divisão vinculada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP) para tratar desses temas. (DNIT, s/a).

---

<sup>32</sup> Agricultores devem respeitar lei que proíbe plantio em margens de rodovias. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/05/15/agricultores-devem-respeitar-lei-que-proibe-plantio-em-margens-de-rodovias/>.

Agricultores plantam nas margens das rodovias. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL7408-5598,00-AGRICULTORES+PLANTAM+NAS+MARGENS+DAS+RODOVIAS.html>

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/campanhas-e-eventos/seminarios-de-desapropriacao-e-reassentamento/3o-seminario-nacional-de-desapropriacao-e-reassentamento>



O evento contou com uma série de palestras dos mais diversos temas relacionados à desapropriação, reconhecimento de faixa de domínio, avaliações de imóveis, procedimentos legais, inovações tecnológicas e desafios no contexto da infraestrutura de transporte, conforme mostra a programação completa no Anexo A<sup>34</sup>.

Isso demonstram como pensar e discutir a regularização e o reconhecimento das faixas de domínio tem sido pauta de debate no DNIT. Para conhecer como o efeito tanto de regularizar a faixa de domínio como de prever a ampliação das rodovias quer seja para duplicação como de outras obras que se fizerem necessárias.

O Estado regula, controla e fiscaliza as faixas de domínio por meio de diversos órgãos e entidades. Uma das estratégias utilizadas é a colocação de placas que sinalizam os processos de construção ao longo das rodovias. Ou seja, as placas servem como uma forma de controle e podem coagir os camponeses que vivem à beira das estradas. Observamos que a presença dessas placas está diretamente relacionada à presença das roças e das casas dos camponeses próximas à BR. Em áreas onde não há ocupações, não há placas desse tipo, conforme ilustram a Figura 17 e 18.

Figura 17 - DNIT: placas sinalizando sobre as construções às margens da rodovia no trecho atravessado pela BR-420 (2022)



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

---

<sup>34</sup> As palestras perpassam por diversas temáticas, sendo: reconhecimento de faixa de domínio; reconhecimento e monitoramento da faixa de domínio ferroviária, consolidação dos terrenos marginais, aplicação de geotecnologias como solução de inovações do Programa Pro-faixa, atuação das procuradorias regionais no âmbito das ações de desapropriação, nova abordagem para agilização das ações de desapropriação na justiça federal, cenários de regularização de faixa de domínio; utilização de drone, realidade virtual e modelagem nas vistorias e mapeamento aplicados na desapropriação.

Figura 18 - Placas sinalizando sobre as construções às margens da rodovia no município de Jiquiriçá, 2022.



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

Podemos perceber que a análise demonstra os mecanismos de controle e regularização que o Estado tem empregado no que diz respeito às faixas de domínio e ao controle da ocupação por parte do campesinato. A presença das placas ao longo das rodovias, diretamente relacionadas à ocupação e à presença de plantações, reflete a estratégia adotada pelo Estado para coibir e regulamentar a ocupação dessas áreas. Nesse contexto, as placas desempenham um papel simbólico da figura do Estado e as regras impostas aos usuários, em especial aos camponeses que residem e plantam à beira das rodovias. Elas servem como lembretes constantes das diretrizes do Estado e na manutenção do controle sobre o uso das faixas de domínio. É, portanto, um exemplo evidente de como o Estado busca exercer seu poder regulatório sobre as áreas ocupadas pelos camponeses.

## 4.2 AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS NA PRÁTICA DA AGRICULTURA DE BEIRA DE ESTRADA NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DA VIDA

Os desafios e dificuldades para a reprodução da vida na beira da estrada são muitos. Além das questões relacionadas à segurança do trânsito em uma área com movimentação constante de veículos de grande porte, também identificamos pressões decorrentes das relações sociais estabelecidas nessas áreas.

Durante o trabalho de campo, foram comuns relatos que ilustravam a relação conflituosa entre os camponeses, proprietários de terras e o Estado. Embora os camponeses não tenham identificado essas situações como conflituosas, com base em nossa análise, as compreendemos dessa forma, principalmente em relação aos fazendeiros. Por outro lado, a presença do Estado não causa nenhum empecilho para as atividades dos camponeses.

Dentre as situações conflituosas, destacamos:

- a) Alteração das cercas pelos fazendeiros: expansão sobre as faixas de domínio em áreas que os camponeses utilizavam, a fim de proibir a continuidade da ocupação por parte do campesinato;
- b) Ameaças de destruição das plantações: fazendeiros ameaçam destruir as plantações caso os camponeses continuem plantando naquela área específica;
- c) Expulsão dos camponeses das áreas à beira da pista, localizadas nas faixas de domínio em frente às fazendas;
- d) Furto de ferramentas e equipamentos de trabalho;
- e) Furto das plantações;
- f) Destruição das plantações para a manutenção das rodovias por parte do Estado.

Nas entrevistas, percebemos algumas destas situações materializadas a partir da narrativa dos sujeitos entrevistados ao serem questionados sobre a existências de conflitos referente ao uso das faixas de domínios:

Não. Nunca disse nada. Só mesmo aquele homem dali que disse que plantou umas coisas aí e que eu matei os pés de coisa tudo dele. Agora, aqui os fazendeiros mudaram a cercas de lugar e pegar parte da terra da beira de pista. Esses dois fazendeiros fizeram isso. Essa cerca não era aí não. (VGS, trabalho de campo, 2022).

Os homens da estrada gostam de mim. Eles passam falam, tratam bem, respeitam mesmo. Graças a Deus nunca tive nada com eles não. Um dia que eu perguntei a eles se essa terra aí era do fazendeiro aí da frente. Vou te contar, seu E, uma

certa vez, me chamou na regulamentação. Disse que se eu continuasse plantando do lado de lá da estrada e ainda mandar os peões dele rancar tudo que plantei. Ele ficou dizendo que eu jogava as bagaceiras no lado dele, tudo mentira. Eu só deixava a estrada limpinha. Depois ele foi o mudou a cerca para mais para cima da rodagem, não sobrou nem um espaço para o ônibus parar. Mas os homens da estrada me disseram que do rio para cá, é tudo do governo (MHSS, trabalho de campo, 2022).

Eu não planto muita coisa, porque senão, os carros [da empresa] passam limpando a estrada e arranca tudo (MRS, trabalho de campo, 2022).

Diante das situações relatadas pelos camponeses entrevistados, fica evidente que a utilização da beira da pista e das faixas de domínio não é isenta de conflitos e tensões com proprietários de terras. (A diferença é que os proprietários se apropriam de terra pública tranquilamente e não sofrem ameaça nenhuma, diferente das famílias que podem ser ameaçados pelos proprietários, como vivem acuados e sem nenhuma seguridade pelas ações do Estado. Os camponeses, muitas vezes, enfrentam desafios em relação à expansão das cercas das fazendas em direção às áreas que eles utilizam, o que acaba restringindo seu espaço para plantações.

Conforme Alves (2015, p. 11),

Mesmo diante de todo aparato de leis referente ao uso restrito da ‘beira de estrada’, os grandes latifundiários se sentem no direito de expulsar os pequenos camponeses alocados nas faixas de domínio, mesmo se tratando de terra pública. Além da expulsão, os fazendeiros estão utilizando-se dos 30 a 35 metros que a faixa disponibiliza para segurança das rodovias, estendendo suas plantações para além das cercas. Com isso, acabam aumentando sua produtividade, alavancando mais lucro no processo produtivo.

Ou seja, mesmo com o quadro legal que estabelece proibições ou concessões ao uso das faixas de domínio, os grandes latifundiários muitas vezes acreditam ter o direito de expulsar os camponeses que ocupam essas áreas, mesmo sendo terra pública. Isso ocorre em nome do lucro e da expansão de seus processos produtivos. Nesse contexto, fica claro que são projetos em disputa, marcados por uma luta de classes, onde os interesses de um grupo, em busca da maximização do capital, se impõem sobre as necessidades e formas de sobrevivência de outro, o campesinato.

Para ilustrar uma dessas situações conflituosas e violentas, relatamos um caso emblemático que conhecemos durante o trabalho de campo. O acontecimento ocorreu em uma fazenda situada no município de Ubaíra. A parte frontal da fazenda era ocupada por um camponês que vendia suas produções, – como jaca, banana, aipim, entre outros –, e por uma família que a utilizava para a produção de mudas, incluindo sementeiras de eucalipto e

maracujá. No entanto, quando a fazenda foi vendida, o novo proprietário removeu essas ocupações da parte frontal da propriedade.

Para "indenizá-los", o fazendeiro doou a família uma faixa de terra no fundo da fazenda (uma área que não poderia ser ocupada por se tratar de um terreno alagado) e deu ao camponês um valor em dinheiro com o qual ele "comprou" outra área de faixa de domínio, localizada cerca de 3 km de distância, onde ele reside atualmente e cultiva. Dessa forma, o fazendeiro avançou a cerca da fazenda em direção às faixas de domínio, nas quais plantou capim para embelezar a fachada de sua propriedade.

Na Figura 19, a seta vermelha indica a localização anterior da cerca. É possível observar que o fazendeiro expandiu sua cerca sobre as terras das faixas de domínio. A prática é bastante comum na região e não se restringe apenas ao Vale do Jiquiriçá, como evidenciado nos estudos de Alves (2015). Os proprietários de terras geralmente expressam insatisfação com a presença dos camponeses que cultivam nas áreas próximas às cercas de suas propriedades. Embora não tenha sido nosso objetivo entrevistar esses proprietários, é possível deduzir que essa insatisfação possa estar acompanhada do receio de que os camponeses não se limitem mais a usar apenas a faixa de domínio.

Figura 19 - Área de estudo: uso de faixa de domínio por fazendeiros (2022)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2023.

Nesse caso, uma ação de expulsão e apropriação de terra pública ocorrido com um camponês e sua família, é um aspecto que se manifesta em outras situações observadas durante o trabalho de campo, onde camponeses também relataram a expansão das cercas das propriedades por parte dos fazendeiros que não respeitam os limites e suas plantações.

Com isso, também verificamos que é comum o processo de compra e venda das terras das faixas de domínio. Não da terra em si, mas do processo de benfeitorias construídas a partir da produção. Ou seja, se o camponês, por qualquer que seja o motivo, para de plantar na beira

da pista, ele vende as lavouras permanentes e o pedaço de terra utilizado. É comum que ele realize a venda das benfeitorias, cobrando um valor simbólico pelo trabalho que ele vai deixar ali; nesse caso, as lavouras permanentes ou, em alguns casos, a estrutura de um rancho também. Neste caso, tem-se que a base do valor da negociação é a renda diferencial e não a renda absoluta.

Segundo Alves (2015), nas atividades agropecuárias às margens das estradas, o direito à terra é adquirido por quem primeiro ocupou a faixa de domínio. Quando um camponês ocupa um pedaço de terra para produzir, ele passa a se considerar dono daquela área. Essa aquisição de direito ocorre de maneira informal. Uma vez que alguém se apropria de uma parcela de terra, essa área não é mais ocupada por outros, a menos que haja um acordo de venda.

Assim, a situação da venda das terras da faixa de domínio, além de presente no Vale do Jiquiriçá, também estão presente no Sul da Bahia e no estado de Sergipe. O que demonstra uma complexidade nas ocupações de beira de pista. Sobre isso, Alves (2015, p.) relata que

A princípio, a ocupação praticada espontaneamente pelos camponeses nas faixas de domínio reflete a especificidade da ‘economia camponesa’, pois a produção é baseada no trabalho familiar, orientada especialmente para a subsistência e reprodução da família. Essa posição é oposta à lógica capitalista do trabalho assalariado, do lucro, da acumulação e da reprodução ampliada. Em um segundo momento, a venda e o arrendamento das terras na beira da estrada constituem um meio de ter acesso a esse bem natural pelos camponeses e, ao mesmo tempo, é vista como uma forma de se ter uma propriedade individual privada de algo que não lhes pertence por direito, já que as terras pertencem a União. Essa contradição, que é típica do sistema capitalista, não deixa os camponeses de fora.

Assim, fica evidente a prática comum de compra e venda das terras localizadas nas faixas de domínio. A transação (venda-compra) envolve o direito ao uso da terra em si e as benfeitorias resultantes da produção, como lavouras permanentes e estruturas de ranchos. A complexa dinâmica demonstra como a economia camponesa, voltada para a subsistência e reprodução familiar, coexiste com a lógica capitalista da propriedade privada, resultando em uma contradição inerente a realidade. Os camponeses, ao acessarem as terras da faixa de domínio, enfrentam desafios e dilemas típicos do sistema capitalista, que não os excluem dessa equação (Alves, 2015).

Além das questões mencionadas, os camponeses também relataram a ocorrência frequente de furtos de ferramentas, equipamentos de trabalho e até mesmo de suas plantações, o que se torna comum devido à proximidade das plantações em relação à rodovia, tornando as produções visíveis e acessíveis a qualquer pessoa que transite pela região.

Além disso, em sua maioria, os entrevistados, expressaram preocupação e cautela ao trabalhar na beira da pista devido ao tráfego de veículos, especialmente quando a estrada é movimentada ou em curvas. Alguns mencionaram incidentes em que veículos perderam o controle e causaram acidentes na área próxima às suas plantações, o que aumentou os receios e preocupações quando estão realizados os trabalhos. Eles se esforçam para estar atentos e tomar medidas de segurança ao atravessar a pista, como verificar se não há carros se aproximando antes de cruzar.

Em suma, a atuação do Estado, por meio do DNIT, na regulação das faixas de domínio das rodovias federais, exemplifica os conflitos de interesses entre o poder público, os camponeses e os latifundiários. Além disso, há pressões econômicas e políticas para a utilização das faixas. As tentativas de revisão das normas demonstram bem os interesses em relação as faixas de domínio. A realidade no campo revela um cenário de disputas e tensões, com os camponeses frequentemente enfrentando ameaças, destruição de plantações e expulsão por parte dos fazendeiros que buscam expandir suas propriedades. As ações do Estado, como a colocação de placas de controle ao longo das rodovias, simbolizam a coerção e a regulação estatal, mas também expõem as fragilidades na proteção dos pequenos agricultores. Dessa forma, o uso das faixas de domínio permanece uma área de disputa, onde de um lado estão aqueles e aquelas que utilizam pois não tem alternativas e de outro lado, estão os proprietários de terra que as utilizam para expandir seu latifúndio e produção.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura de beira de estrada ao longo da BR-420 é um reflexo da permanência da Questão Agrária no Brasil. Assim, a Questão Agrária, por consequência, a concentração fundiária é o “pano de fundo” para compreensão da reprodução camponesa às margens das rodovias brasileiras. A partir da leitura aqui realizada, podemos considerar a ocupação e reprodução na “beira da pista” como a posse das “terras de ninguém”, ou seja, terras teoricamente de ninguém que, para fins legais e jurídicos, são terras públicas, pertencente ao Estado Brasileiro e apropriadas por camponeses sem terras como única forma (precária) de acesso à terra (espremida), a moradia e a reprodução da vida. Estas terras são ocupadas pelo camponês que não tem plena consciência política de seus direitos e, ao invés de reivindicar terra por meio das políticas de reforma agrária, acaba ocupando terras marginais.

Assim, as produções agropecuárias e extrativistas da beira de pista, dos espaços marginais, às margens das rodovias federais são expressões do processo histórico de (não) acesso à terra do Brasil. Foram as condições históricas de não-acesso à terra no Brasil (Germani, 2006) que produzem os camponeses espremidos que, com pouca ou sem-terra, encontrou nas margens das rodovias a possibilidade de garantir sua reprodução social, espremidos entre a propriedade privada e as rodovias federais e estaduais

Os sujeitos que ocupam, vivem e se reproduzem nas faixas de domínio, são, na sua maioria, pessoas negras expropriadas da terra, com baixo nível de escolarização e idades avançadas e oriundas do campo. Eles e elas estão ali devido à negação do acesso à terra e como resultado das condições e trajetórias de vida que o compõem. Plantam ali alimentos para a reprodução social da família e para a socialização com vizinhos e amigos. Plantam vidas, mesmo que espremidas.

Ao identificarmos e caracterizarmos as áreas utilizadas pelos sujeitos na beira de pista da BR-420, evidenciamos sua presença e como essa relação é fruto do processo histórico do país. Concluimos, portanto, que a produção agropecuária de beira de pista é uma manifestação da condição camponesa que se territorializa nas margens das rodovias. Dessa forma, a agricultura de beira de estrada constitui-se como uma forma de condição para a reprodução da vida camponesa, ao mesmo tempo em que é fruto das condições históricas de (não) acesso à terra no Brasil, aprofundadas pela expansão das relações capitalistas no campo.

A estrutura fundiária altamente concentrada tem como resultado, dentre muitos, a existência do campesinato espremido e as práticas agropecuárias as margens das rodovias. Ou seja, as práticas são, simultaneamente, expressões da permanência da Questão Agrária e da



resistência do campesinato em permanecer ou retornar à terra. Nesse contexto, as faixas de domínio surgem como uma possibilidade para a sua reprodução social. Por outro lado, o camponês sem-terra, espremido pelas adversidades, reforça a urgência da Reforma Agrária como medida essencial para garantir terra, trabalho e condições dignas a esse grupo social. No entanto, cabe refletir: até que ponto o esvaziamento da luta pela Reforma Agrária não representa a expressão mais concreta da criminalização e perseguição aos movimentos sociais de luta pela terra? Esse esvaziamento também pode ser interpretado como resultado do avanço do conservadorismo, da extrema-direita — em grande parte vinculada à bancada ruralista — e do fundamentalismo religioso, que frequentemente condena e deslegitima as lutas populares.

Levando em consideração aos aspectos apresentados nesta Dissertação, podemos concluir que a agricultura camponesa do Vale do Jiquiriçá é realizada, em sua maioria, em estabelecimentos de pequenas dimensões de terra, por pessoas negras – segundo classificação do IBGE –, com baixa escolarização e com idade avançada.

A contribuição econômica, produtiva, social da agricultura se expressa a partir da diversidade de culturas produzidas, uma produção típica do campesinato a contraponto da produção de *commodities* por parte do agronegócio. Por isso, podemos concluir que a agricultura familiar camponesa em todo território tem representatividade significativa no que se refere ao número de estabelecimentos e pessoas ocupadas. Mesmo diante das especificidades da região, o perfil da agricultura familiar camponesa se soma às análises em escala regional e nacional à medida que reafirma as condições e as características deste grupo. O adendo, neste sentido, está nas especificidades do campesinato espremido que realiza a agricultura na beira de estrada.

Embora a agricultura de beira de pista seja uma forma de reprodução das famílias, ela não garante, em sua totalidade, a reprodução social daquele grupo. No entanto, permite exercer certa autonomia em relação ao que se planta, quando se planta e como planta. Além disso, permite a continuidade de uma relação com terra construída a partir de uma trajetória familiar.

Um dos pontos importantes a ser destacado é a ausência de políticas públicas para camponeses neste caso específico, ausência de uma política de reforma agrária. A maioria dos entrevistados demonstrou desconhecimento sobre o debate da reforma agrária, o que indica falta organização política, fragilidade nas organizações de representação e nas questões políticas.

Os conflitos que ocorrem são de formas veladas e implicam nas relações sociais de poder materializada na região. Há também uma relação com as ações e relações do Estado com

os proprietários de terras e os camponeses de beira de pista. A lei que legitima para acabar favorecendo só grandes proprietários de terras.

Há uma disputa pela utilização das faixas de domínios que se concretizam através dos conflitos. Os conflitos manifestados nessas áreas são atravessados pela atuação e regulação do Estado, assim como pelas ações dos fazendeiros que expulsam os camponeses dos espaços que ocupam de diversas formas. Além disso, a regulação e a atuação do Estado nessas faixas de domínio indicam a disputa entre os grupos sociais que as utilizam, no caso, camponeses e latifundiários.

Assim, a prática da agropecuária de beira de pista não garante autonomia suficiente para viver, mesmo assim, são práticas dotadas de campesinidades que refletem, em certa medida, as trajetórias de famílias camponesas expropriadas da terra. Ao considerar que nas margens da rodovia acontecem diversos usos para práticas agrícolas, pecuárias ou extrativistas, como exemplo, é necessário compreender que essas ocupações e usos são parte também do fruto da própria permanência da Questão Agrária. Como afirma José de Souza Martins “[...] a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (Martins, 1994, p. 12-13).

Esta dissertação é um esforço de pensar uma Geografia que revele as contradições sociais materializadas no espaço. Uma Geografia que contribua com o debate da permanência da questão agrária e da necessidade de uma reforma agrária no país. Uma Geografia que tenha compromisso social, pensada a partir da realidade concreta. No entanto, há um ponto que merece destaque é a fragilidade da formação política ou a ausência dela, vinculada aos arranjos políticos e às relações sociais de poder, que não permite sonhar para além da cerca. A pergunta que persiste é por que os camponeses não ocupam as fazendas?

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. Dossiê Rússia - **Política e Cultura. Estudos Avançados**. São Paulo, v. 12, n. 32, 1998, p. 69-74.

ALENCAR, M. T.; MENEZES, A. V. C. Ação do Estado na produção do espaço rural: transformações territoriais. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, 2009, p. 121–147.

ALMEIDA, Luciene Santos de. **O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2008.

ALVES, Renata Batista. **Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR 235**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

AQUINO, Joacir Rufino; ALVES, Maria Odete; VIDAL, Maria de Fátima. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, agosto, 2020, p. 31-54.

ARAÚJO, Rodrigo Otávio Andrade et al. Agricultura às margens da Rodovia BR-230 no Estado da Paraíba, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró – RN, v. 7, n. 3, 2012, p. 24-32. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7419823>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ARAÚJO, Rodrigo Otávio Andrade. **Produção agrícola familiar nas faixas de domínio da rodovia BR-230 no Estado da Paraíba**. 2011. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2141>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BATISTA, Maiara Oliveira. **A influência dos usos irregulares e das características da faixa de domínio na segurança viária de rodovias federais brasileiras**. 2019. Dissertação (Mestrado em Transportes) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37225/1/2019\\_MaiaraOliveiraBatista.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37225/1/2019_MaiaraOliveiraBatista.pdf). Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF, 23 set. 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm). Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem**. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. Glossário de termos técnicos rodoviários. – Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www1.dnit.gov.br/ipr\\_new/..%5Carquivos\\_internet%5Cipr%5Cipr\\_new%5Cmanuais%5CDNER-700-GTTR.pdf](http://www1.dnit.gov.br/ipr_new/..%5Carquivos_internet%5Cipr%5Cipr_new%5Cmanuais%5CDNER-700-GTTR.pdf). Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes**. Manual de procedimentos para a permissão especial de uso das faixas de domínio de uso das rodovias

federais e outros bens públicos sobre jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Brasília, Ministério dos Transportes, 2008. Disponível em: [http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/faixa\\_dominio](http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/faixa_dominio). Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem**. Nomenclatura das rodovias federais. Ministério da Infraestrutura, Brasília, 22 de jun. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/rodovias/rodovias-federais/nomeclatura-das-rodoviasfederais>. Acesso em: 22 de out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: out. 2023

BRASIL. **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes**. Resolução nº 7, de 02 de março de 2021 Brasília, DF, 07 de março de 2021. Brasília, p. 1-60. Disponível em: [https://www.gov.br/dnit/pt-br/rodovias/operacoes-rodoviaras/faixa-de-dominio/regulamentacao-atual/copy\\_of\\_resolucao72021.pdf](https://www.gov.br/dnit/pt-br/rodovias/operacoes-rodoviaras/faixa-de-dominio/regulamentacao-atual/copy_of_resolucao72021.pdf). Acesso em: 02 nov. 2022.

CÂMARA, Lourival. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro-RJ, v. 7, n.77, , ago. 1949. p. 516-528

CALDAS JÚNIOR, Eldonor Targino. **Uso e ocupação do solo nas margens da rodovia BR-235/SE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6741>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. A Concepção do Trabalho no Universo Camponês: Um Processo Ético de Socialização. **Bahia: Análise & Dados**. Salvador, v,6, n.1, jun. 1996. p.46-51

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, vol. XI, núm. 245 (03). Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm>. Acesso:02. maio. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A QUESTÃO DA CIDADE E DO CAMPO: teorias e política. **Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 5, nov. 2008. Disponível: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/132>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CASTRO, Iná Elias. Geografia política: o que é afinal e para que serve. Espaço & Geografia, vol.24, n.2. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília**, UNB, Brasília-DF, 2021

COELHO, Suzana Oliveira. **Meus olhos d'água, cadê?** De Olhos d'Água a Cravolândia. 01. ed. Itabuna: Edição da autora, 2014. v. 01. 353p.

CONCEIÇÃO, A. L. A Geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, [S. l.], v. 1, n. 6, 2011. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/573>. Acesso em: 10 out. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 16. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSTA, Oneide Andrade da. **À beira da vida: vulnerabilidade social dos Beiradeiros no Extremo Sul da Bahia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2020. Disponível em: <https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=466139&key=c18b87cd632c54d961f81ce8fb4e6636>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DNIT avalia permissão para plantio agrícola às margens de rodovias em Mato Grosso. 2019. **Só Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/agronoticias/dnit-avalia-permissao-para-plantio-agricola-as-margens-de-rodovias-em-mato-grosso/>. Acesso em: 23 set. 2022.

**DNIT. Solicitar uso de faixa de domínio adjacentes às rodovias federais - DNIT**. In: Gov.br. [S. l.], 18 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-uso-de-faixa-de-dominio-adjacentes-as-rodovias-federais-dnit>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1979-1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; BAPTISTA FILHO, Almir Cezar. **Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais**. *Cidades, Comunidades e Territórios*, v. 39, 2019, p. 141-154. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/19274>. Acesso em: 2 nov. 2021.

FERREIRA, Ananda da Luz. Beiradeiros: viver à beira no extremo sul da Bahia. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10993>. Acesso em: 26 out. 2021.

FERREIRA, Ananda da Luz; MARTINS, Herbert Toledo. Infâncias Beiradeiras: como é ser criança à beira da BR-101? In: **Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2019. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st16-8/11724-infancias-beiradeiras-como-e-ser-crianca-a-beira-da-br-101/file>. Acesso em: 09 dez. 2021.

FERREIRA, **Aurélio Buarque de Holanda**. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANÇA, Cremilda Barbosa Santana. **A feira livre de Santa Inês Bahia: um estudo sobre as atividades e as relações socioespaciais**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Geografia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Santa Inês, 2021.

FRANÇOZI, Marcos Paulo. **A questão agrária e a recriação camponesa nas faixas de domínio das rodovias no sudoeste de Goiás**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) –

Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10535>. Acesso em: 16 dez. 2021.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19865>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GARCIA Jr., A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.) **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**. Vol. II. Estratégias de reprodução social. São Paulo: Ed. da Unesp/Brasília:NEAD, 2009, p. 213-243.

GEOGRAFAR – Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Estrutura Fundiária. Banco de Dados**. Salvador, 2020. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>. Acesso em: 01 jul. 2021.

GEOGRAFAR – Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Formas de acesso à terra. Banco de Dados**. Salvador, 2010. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>. Acesso em: 01 out. 2021.

GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión agraria y asentamineto de población em el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964 -1990)**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1993. (Doutorado em Geografia).

GERMANI, Guiomar Inez . Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, 2006, p. 115-148.

GERMANI, Guiomar Inez. A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças. In: MENDONÇA, Franciso de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Orgs). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p.348-370.

GERMANI, Guiomar Inez . Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Ednusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da (Org..). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2010. p. 269-304.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulon. ESTRUTURA FUNDIÁRIA. In: **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: [www.atlasbrasilagrario.com.br](http://www.atlasbrasilagrario.com.br). Acesso em: 07 jun. 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A questão agrária e a questão racial no brasil. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78250>. Acesso em: 02. Abr. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro. Zahar. Edição do Kindle, 2020.

GOVONI, Lidiani Mioli. **A influência das fases da lua na produção de hortaliças**. 2021. Trabalho de Especialização em Ensino de Ciências "Ciência é 10!" - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Rio Grande do Sul, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 20, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JESUS, Aila Cristina Costa de; LIMA, Aline dos Santos. **DIÁLOGOS ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A OBRA TORTO ARADO**. In: Educação do Campo e Agroecologia: Lutas, Resistências e Emancipação Humana, III, 2022. Salvador. **Anais...** Salvador, UNEB, 2022.

JESUS, Aila Cristina Costa de. et al. A feira livre e a produção camponesa no município de Ubaíra – BA. In: XIX Encontro Nacional de Geografxs: Pensar e fazer a Geografia Brasileira, João Pessoa – Paraíba. **Anais...** João Pessoa, UFPB, 2018.

JESUS, Aila Cristina Costa de. **Campesinato espremido: ocupações às margens da rodovia BR 420 na Comunidade Pindobas – Ubaíra/BA**, 2019. 60 f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Santa Inês. Santa Inês, BA, 2019.

JESUS, Aila Cristina Costa de. Considerações sobre a estrutura fundiária e o campesinato espremido no vale do Jiquiriçá - BA. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78358>. Acesso em: 07. Out. 2022.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografia**, V. IV, 2000, p. 333 – 354.

LIMA, Aline dos Santos. Dinâmica sócio-espacial do Território Vale do Jiquiriçá: estrutura fundiária e formas de acesso à terra. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA, 1., 2011, Marechal Cândido Rondon-PR. **Anais I GEOFRONTEIRAS**. Marechal Cândido Rondon-PR: UNIOESTE, 2011. p. 1-8.

LIMA, Aline dos Santos. **A territorialização do capital na lavoura de mandioca**: a educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no município de Laje (BA). 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LIMA, Aline dos Santos. A forma familiar de plantar mandioca para fazer farinha em Laje, Bahia-Brasil. In: X CONGRESO ALASRU: Ruralidades en América Latina: convergencias, disputas y alternativas en el siglo XXI, 10., 2018, Montevideo, Uruguay. **Anais X Congreso da Asociación Latinoamericana de Sociología Rural**. Montevideo, Uruguay: Udelar/Facultad de Ciencias Sociales, 2018. p. 1-18.

LIMA, Aline dos Santos. Produção de saberes para a práxis pedagógica na EJA: diálogos sobre a realidade socioespacial do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. In: Congresso Nacional de Educação, VI, 2019, Fortaleza. CASTRO, P. A. de (Org). **Avaliação: Processos e Políticas**, v.1, Campina Grande: Realize Editora, 2020, p.3349-3368.

MACHADO, Silvio Márcio Montenegro. **Sementes da luta pela terra na Fronteira Brasil – Uruguai**: os limites e possibilidades da atividade camponesa em Santana do Livramento – BR e Bella Unión – UY. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, Rodolfo. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003, p.183-199.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA (UNESP)**, v. 11, 2008. p. 57-67. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 31 out. 2021.

MARTINS, Grazielle Paixão. **Centro de Abastecimento de Jaguaquara**: redes e interações espaciais. Santa Inês-BA: IF Baiano, 2019. (Graduação Licenciatura em Geografia).

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editoria Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Herbert Toledo; FERREIRA, Ananda da Luz. Quando a beira fica vermelha: o urucum que brota na BR-101. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 3, p. 243-448, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I** – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).



MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sindicalismo rural. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MEYNARD VIVAR, Francisca. La coalición de sindicatos rurales del noreste del valle de Jiquirica y sus aliados. **Dinámicas Territoriales Rurales**. Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural: Santiago de Chile, 2012.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.16, 2013, p. 42-59.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA; Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Héric de. QUEM PRODUZ COMIDA PARA OS BRASILEIROS? 10 ANOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006. **Revista Pegada**, vol. 18 n.3, p. 7-77, 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert. COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Emília. O Espaço Enquanto Produto do Trabalho: Uma Contribuição Ao Ensino de Geografia. **Cadernos do Logepa**, v. 1, n. 2, 2002, p. 33–46.

MOREIRA, Emília. O ESPAÇO ENQUANTO PRODUTO DO TRABALHO. (Texto em fase de revisão-atualização). **Disciplina Campesinato e Espaço**. [s.n], 2021.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. Espaço, Capital e Trabalho no Campo Paraibano. **Revista da Anpege**, v. 07, n. 01, 2011, p. 147–160.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 2. ed. (Revisada e atualizada). São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de; MARTINS, Pedro. Ocupação do espaço público rodoviário como mecanismo de controle e poder. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 12, 2019, p. 30859-30873. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5412>. Acesso em: 18 dez. 2021.

OLIVEIRA, Lidia Regina Figueiredo; COSTA, Lucielio Marinho da; OLIVEIRA, Thatiana Costa Fontes. Educação para negros no Brasil: um contexto histórico. **VII CONEDU - Conedu em Casa...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79709>>. Acesso em: 07/11/2023 16:00

OLIVEIRA, Sílvio Lacerda de. **Faixas de domínio das rodovias: aspectos socioambientais da destinação/ocupação.** 2018. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8573>. Acesso em: 17 fev. 2022

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PTDRSS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá.** CODETER Vale do Jiquiriçá, UFRB, CNPq, MDA, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017. Disponível em: <[https://www.seplan.ba.gov.br/wpcontent/uploads/PTDS\\_Territorio\\_Vale\\_do\\_Jiquirica\\_pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wpcontent/uploads/PTDS_Territorio_Vale_do_Jiquirica_pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2023.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976.

QUAN, Julian; OLALDE, Alicia Ruiz; SOUSA, Valdirene Santos Rocha. Diversidad territorial y crecimiento inclusivo en el valle de Jiquiriçá en el noreste de Brasil. In: BERDEGUÉ, Julio A.; BENITO, Félix Modrego. **De Yucatán a Chiloé: dinámicas territoriales en América Latina.** 1 ed. Buenos Aires: Teseo; RIMISP, 2012.

RIOS, Ricardo Bahia. **Consortiamento intermunicipal no Brasil: experiências de cooperação e desenvolvimento no território do Vale do Jiquiriçá (BA).** 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

SANTOS, Maria Sônia Jesus Santos. **Dinâmicas da feira livre em Jiquiriçá-BA.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura em Geografia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Santa Inês, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Edusp, 6. ed., 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 4. ed., 2014a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Edusp, 6. ed., 2014b.

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP – Espaço e Tempo.** São Paulo, v. 19, n. 1, 2015, p. 166 - 172. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/97312>. Acesso em: out. 23. 2020.

SEI - **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.** Perfil dos Territórios de Identidade. Salvador: SEI, 2015.

SEI - **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Dados do PIB da Bahia. Salvador: SEI, 2020.

SCHNEIDER, S; MARTINELLO, A. S. Paralelos entre Antonio Candido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. **Revista Territórios e Fronteiras**, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, Cuiabá, v. 3 n. 2, p. 138-158, jul. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento da Bahia**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. O problema regional baiano: novas e velhas questões. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. **CPI do MST: votação de requerimentos e audiência pública**. Canal da Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q1n5TEJpzw>>. Acesso em: 8 set. 2023.

SOUZA NETO, Rafael Arcanjo de; PENA, Patrícia Carla Alves. Fechamento e Educação de Escolas do Campo: problema e quando a realidade do Vale do Jiquiriçá/BA. In: Encontro Baiano de Educação do Campo: Ataques do conservadorismo e experiências contra hegemônicas, II, 2018. Salvador. **Anais...** Salvador, UNEB, 2018.

SOUZA, Ricardo Pereira. **Agricultura de beira de estrada: estudo preliminar sobre práticas de agricultura na faixa de domínio da Rodovia Estadual PB 008 – João Pessoa/Distrito de Jacumã**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/646>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPRINGER, Kalina Salaib. **Considerações acerca da Geografia de Alexander von Humboldt: Teoria, Filosofia e Concepção de Natureza**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 18, p. 7-22, out. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/13678>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

STEDILE, João Pedro. **História da Questão Agrária no Brasil**. In: STEDILE, João Pedro. (Org.) A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Os Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1978.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Via Campesina do Brasil. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil**. Curitiba/Brasília, novembro de 2004. Disponível em:

<https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SEculo%20XXI.pdf>.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília-DF, v. 2, n. 1, , jan./abr. 1985, p. 13-78.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 20., 1996, Caxambu-MG. **Anais XX ANPOCS**. Caxambu-MG: Hotel Glória, 1996, p. 1-18.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel . **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, 2015, p. 25-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel . A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 39, n. 1, 26 jun. 2019, p. 15-30. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.78>. Acesso em 03. set. 2021.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília: **Tempo Brasileiro**, 1990.

Zorzo, F. A. (2022). RETORNANDO À HISTÓRIA DA REDE VIÁRIA BAIANA: O ESTUDO DOS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO NA EXPANSÃO DA REDE RODOVIÁRIA DA BAHIA (1850-1950). **Sitientibus**, (22). <https://doi.org/10.13102/sitientibus.vi22.8794>

**APÊNDICES**  
**APÊNDICE A – SÉRIE HISTÓRICA DO ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO**

Município	Anos									
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006	2017
Itaquara	0,599	0,733	0,727	0,713	0,736	0,72	0,758	0,788	0,867	0,838
Jaguaquara	0,758	0,75	0,622	0,705	0,694	0,708	0,684	0,801	0,752	0,782
Jiquiriçá	0,452	0,541	0,667	0,615	0,612	0,645	0,697	0,734	0,783	0,747
Laje	0,431	0,561	0,616	0,652	0,621	0,654	0,724	0,762	0,817	0,809
Mutuípe	0,501	0,343	0,502	0,775	0,628	0,656	0,63	0,673	0,709	0,72
Santa Inês	0,661	0,903	0,781	0,838	0,728	0,776	0,823	0,609	0,758	0,774
Ubaíra	0,526	0,646	0,646	0,745	0,672	0,708	0,74	0,818	0,847	0,828

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1940 – 2017) *apud* Grupo de Pesquisa GeografAR, 2020.

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021

## APÊNDICE B - SÉRIE HISTÓRICA DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

População dos municípios da área de estudo (1920 – 1970)													
Municípios	1920	1940			1950			1960			1970		
	Total	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Itaquara		8.940	1.773	7.167	8.415	1.744	6.671	8.110	1.725	6.385	6.882	1.995	4.887
Jaguaquara		19.925	3.219	16.706	19.116	4.316	14.800	24.336	6.167	18.169	25.973	8.225	17.748
Jiquiriçá	24.397	7.713	988	6.725	7.762	943	6.819	9.063	1.403	7.660	8.604	1.355	7.249
Laje	14.710	11.565	1.334	10.231	11.646	1.529	10.117	15.043	2.108	12.935	14.635	2.200	12.435
Mutuípe		11.128	1.222	9.906	11.806	1.490	10.316	14.008	1.834	12.174	15.009	2.686	12.323
Santa Inês		17.983	3.677	14.306	25.162	4.603	20.559	22.144	6.241	15.903	5.836	4.200	1.636
Ubaíra	70.598	20.264	2.344	17920	19.767	3.905	15.862	20.843	4.059	16.784	16.883	4.022	12.861

Fonte: Censo Populacional 1920 – 1970 apud e-SIC (2014). Acervo NEQA - IF Baiano/CNPq.

População dos municípios da área de estudo (1980 – 2010)												
Municípios	1980			1991			2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Itaquara	7.755	2.631	5.124	7.180	3.070	4.110	7.861	4.165	3.696	7.678	4.608	3.070
Jaguaquara	32.775	16.731	16.044	39.372	26.977	12.395	46.621	35.103	11.518	51.011	38.850	12.161
Jiquiriçá	9.356	2.011	7.345	11.763	3.386	8.377	13.638	4.588	9.050	14.118	5.581	8.537
Laje	15.743	2.987	12.756	18.319	3.849	14.470	19.601	5.118	14.483	22.201	6.080	16.121
Mutuípe	17.324	4.426	12.898	20.491	6.943	13.548	20.462	8.984	11.478	21.449	9.659	11.790
Santa Inês	8.451	6.732	1.719	10.048	9.049	999	11.027	10.374	653	10.363	9.514	849
Ubaíra	18.206	5.053	13.153	20.809	7.085	13.724	20.595	8.010	12.585	19.750	8.822	10.928

Fonte: Censo Populacional 1980 – 2010 apud e-SIC (2014). Acervo NEQA - IF Baiano/CNPq.

**APÊNDICE C – Formas de acesso à terra identificadas na área de estudo**

Município	Acampamento	Assentamento da Reforma Agrária	Crédito Fundiário	Comunidade Quilombola
Itaquara	-	-	-	2
Jaguaquara	3	4	1	2
Jiquiriçá				-
Laje				
Mutuípe				
Santa Inês		3		-
Ubaíra		1	1	

Fonte: Banco de dados do Grupo de Pesquisa GeografAR, 2020.

Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2021

**APÊNDICE D – ACAMPAMENTOS IDENTIFICADOS NA ÁREA DE ESTUDO**

Município	Acampamento	Famílias assentadas
Jaguaquara	Poder Divino	52
	Jerusalém	46
	Unidos da Terra	42

Fonte: SIPRA/INCRA, dezembro/2015 *apud* Grupo de Pesquisa GeografAR (2015). Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2022.

**APÊNDICE E – COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS IDENTIFICADAS NA ÁREA DE ESTUDO**

Município	Comunidades	Certificação FCP
Itaquara	Novo Horizonte	
	Piabinha	
Jaguaquara	Lindolfo Porto	
	Ocrídio Pereira	18/04/2013

Fonte: INCRA, CDA, CPP e CPT (dados/dez 2010) *apud* Grupo de Pesquisa GeografAR (2015). Elaboração: Aila Cristina Costa de Jesus, 2022.

**APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS  
CAMPONESES QUE PRODUZEM NA BEIRA DA PISTA**

Localidade/comunidade/município:

1. Nome
2. Data de nascimento
3. Município/estado de nascimento
4. Local de moradia (comunidade/município)
5. Cor/raça
6. Sexo ( ) F ( )M
7. Escolaridade
8. Estado civil
9. Número de filhos
10. Há quantos anos trabalham com agricultura/com a terra?
11. Seus pais, avós, familiares, também trabalham com agricultura/com a terra? Desde quanto? Aonde? Tinham terra própria?
12. Por que começou a planta na beira da pista?
13. Desde quando produz na beira da pista? Qual a área que ocupa?
14. Antes de plantar na beira da pista, trabalhava em qual local/atividade?
15. Como é o seu trabalho na beira da pista?
16. Qual o tempo médio de deslocamento da residência ao local que planta na beira da pista?
17. O que produz? Qual o destino da produção? Criar animais?
18. Qual a época de plantio/colheita?
19. A família (esposa/esposo, filhos/filhas, netas/netos) trabalham na produção na beira da pista? Alguém ajuda na realização dos trabalhos? Quantas pessoas?



20. Trabalha em outra atividade/local? De quê? Onde? (se for numa fazenda procurar saber o que recebe por dia...trabalha há quanto tempo...
21. Possui outra área (terra) de produção além da beira da pista? Se sim, qual o tamanho e origem (compra, herança, matrimônio ou troca)? Fica onde?
22. O que o trabalho com a terra significa para você?
23. No caso de doença ou acidente a quem você recorre?
24. Há situações de conflitos com os fazendeiros pelo uso da beira da pista perto ou em frente às fazendas?
25. Participa de alguma organização / sindicato, associação e/ou Igreja?
26. Participa de algum movimento de luta pela terra?
27. Já ouviu falar de reforma agrária? O que acha disso?
28. Na organização que você frequenta, há discussão sobre reforma agrária?

**APÊNDICE G - PROPOSTA DE OFICINA REALIZADA NO IV ENCONTRO**  
NEQA - IF BAIANO/CNPq

Proposta de oficina - 20/10/2022

**Título:** Acostamentos vivos ou acostamentos invisíveis: a reprodução da vida na beira da pista

**Ministrante:**

Aila Cristina Costa de Jesus - ailacristinacj@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação da UFBA

Integrante do Grupo de Pesquisa GeografAR/UFBA e do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano/CNPq

**Resumo da proposta:**

A presente oficina tem como objetivo problematizar a produção camponesa que ocorre nas faixas de domínio, nas áreas chamadas popularmente – por aquelas e aqueles que fazem uso delas – de beira de estradas ou beira de pistas. As faixas de domínios são áreas compreendidas institucionalmente como áreas adjacentes às rodovias federais e estaduais. Pautada na realidade concreta dos municípios atravessados pela rodovia federal BR-420 no Vale do Jiquiriçá, pretende-se, a partir do uso de fotografias, problematizar as estratégias de reprodução social dos camponeses que vivem e produzem às margens das rodovias federais e estaduais no Brasil, espremidos pelas rodovias de um lado, pelos fazendeiros do outro. Nesse bojo, objetiva-se provocar o olhar dos participantes para perceberem a materialidade dos “acostamentos vivos” que muitas vezes são invisíveis para quem trafega, para o Estado e para sociedade no geral. Tendo como premissa que a Questão Agrária, por consequência, a concentração fundiária é o “pano de fundo” para compreensão da reprodução camponesa às margens das rodovias brasileiras será apresentado elementos que permitem o entendimento da contradição do modo de produção capitalista no campo brasileiro, que ao mesmo tempo cria e reproduz uma classe social de latifundiários, também forma uma classe social de trabalhadores sem-terra que, como estratégia de sobrevivência, acabam ocupando as margens das rodovias. Para tanto, a oficina será executada da seguinte forma: a) apresentação dos participantes; b) apresentação de vídeo sobre a temática e pressupostos iniciais; c) leitura de imagens (fotografias) e de falas dos camponeses de beira de pista; d) socialização das reflexões e provocativas a partir das fotografias e das falas; e f) avaliação da oficina e reflexões finais;

Palavras-chaves: Questão Agrária. Agricultura. Faixa de domínio. Beira de estradas.

Vagas: 15 vagas

Material: Projetor/Datashow, equipamento de som e fotografias

**APÊNDICE H - PERFIL DAS CAMPONESAS E DOS CAMPONESES  
ENTREVISTADOS (2022)**

<b>Iniciais dos entrevistados</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor/raça</b>	<b>Gênero</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Local de moradia</b>	<b>Escolaridade</b>
PJS	72	Pardo	M	Ubaíra	Pindobas	Analfabeto
PS	77	Preto	M	Nazaré	Pindobas/Ubaíra	Analfabeto
ASS	76	Pardo	M	Ubaíra	Pindobas/Ubaíra	Analfabeto
MRS	68	Pardo	M	Mutuípe	Pindobas/Ubaíra	Analfabeto
MS	58	Preto	M	Ubaíra	Entrada da Barra/Ubaíra	Sabe ler e escrever
MHS	68	Preta	F	Ubaíra	Pindobas/Ubaíra	Analfabeta
VGS	88	Pardo	M	Amargosa	Estopa/Ubaíra	Analfabeto
HAS	64	Parda	F	Ubaíra	Estopa/Ubaíra	Sabe ler e escrever
ESJ	59	Pardo	M	Ubaíra	Estopa/Ubaíra	Sabe ler e escrever
JJS	73	Preto	M	Ubaíra	Caianas/Barra da Estopa	Sabe ler e escrever
VCS	71	Preto	M	Jiquiriçá	Prox. a Jiquiriçá	Analfabeto
ASJ	64	Preto	M	Ubaíra	Prox. Volta do Rio/Ubaíra	Sabe ler e escrever
JCB	70	Preto	M	Ilhéus	Pindobas/Ubaíra	Sabe ler e escrever
IS	64	Parda	F	Ubaíra	Taboa/Jiquiriçá	Analfabeta
EFS	72	Pardo	M	Jiquiriçá	Santa Inês/Cidade	Analfabeto
EJS	84	Preto	M	Ubaíra	Barra do Jaguaripe/Mutuípe	Fundamental I incompleto
MC	61	Preta	F	Ubaíra	Pindobas	Fundamental I incompleto

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Elaboração: Aila Cristina C. de Jesus, 2023.

## APÊNDICE I – OUTROS OLHARES DO CAMINHAR NA BEIRA DA PISTA

Outros olhares do caminhar na beira da pista.  
Município: Ubaíra - BA



Trabalho de Campo (abril, maio, junho, julho de 2022).

Outros olhares do caminhar na beira da pista.  
Município: Mutuípe - BA



Município: Santa Inês - BA



Trabalho de Campo (abril, maio, junho, julho de 2022).

Outros olhares do caminhar na beira da pista.  
Município: Laje - BA



Município: Jiquiriçá - BA



Trabalho de Campo (abril, maio, junho, julho de 2022).

## ANEXOS

### Anexo A – Programação do Seminário Nacional de Desapropriação e reassentamento, 2023

### PROGRAMAÇÃO:





18 QUARTA 15/10	19 QUINTA 16/10	20 SEXTA 20/10					
<p><b>12h30 CREDENCIAMENTO</b> Aberluz</p> <p><b>14h</b> Procedimento de Reconhecimento de Faixa de domínio existente no DNIT Vinícius Alves - CGDR/DNIT</p> <p><b>14h20</b> Reconhecimento e mapeamento da faixa de domínio ferroviária no âmbito das concessões vigentes e os desafios relativos à gestão e regulamentação fundiária principalmente dos projetos de prolongação da concessão Daniela Junqueira - MRS LOGÍSTICA S.A.</p> <p><b>14h40</b> Desafios e impactos da consolidação dos terrenos marginais pela SPV Lucas Caldeira - SPV</p> <p><b>15h00</b> Mesa redonda Thiago Rosa DPP/DNIT</p>	<p><b>15h40 INTERVALO</b></p> <p><b>15h55</b> Reconhecimento de Faixa de Domínio da 230MA Robson Sebastião - PROSUL Projetos, Supervisão e Planejamento</p> <p><b>16h15</b> Programa PROFAXA - Lote 1 Douglas Bertolin - ENGENMAP Engenharia e Aerolevantamento</p> <p><b>16h35</b> Aplicação de Geotecnologias como Solução de Inovações do Programa PROFAXA João Souza e Liliane Breno - STRATA Engenharia</p> <p><b>16h55</b> Programa PROFAXA - Lote 3 Miguel Vazquez - METRO CUBICO Engenharia</p> <p><b>17h15</b> Mesa redonda Vagner Souza/CGPERT/DNIT</p> <p><b>17h55 ENCERRAMENTO</b></p>	<p><b>8h30</b> Atuação do Núcleo de Desapropriação da PFE/DNIT Dra. Miraj Antunes - PFE/DNIT</p> <p><b>8h50</b> A atuação das Procuradorias Regionais no âmbito das ações de desapropriações Dra. Camilla Martins - PRF 4ª Região/AGU</p> <p><b>9h10</b> Nova abordagem para agilização das ações de desapropriação na Justiça Federal Julia Federal Adamaaster Turres - 2ª Vara Federal de Blumenau/TRF 4ª Região</p> <p><b>9h30</b> Mesa redonda Dr. Julio Melo - Procurador Chefe da PFE/DNIT</p> <p><b>10h10 INTERVALO</b></p>	<p><b>10h25</b> Inovações decorrentes da publicação de IN nº 752/2021 Gustavo Bringhami - CGDR/DNIT</p> <p><b>10h45</b> Cenários de regulamentação de faixa de domínio Vinícius Alves - CGDR/DNIT</p> <p><b>11h05</b> Desapropriações para implantação de Ferrovias INFRA S.A. exoração e operacionalização Lucas Soares - INFRA SA</p> <p><b>11h25</b> Mesa redonda Ariston Rodrigues - DIP/DNIT</p> <p><b>12h05 ALMOÇO</b></p> <p><b>14h</b> Avaliações em massa Frederico Castelo Branco - Análise Judiciária do TRT da 2ª Região, na modalidade Engenharia</p>	<p><b>14h20</b> Avaliações do Imóvel na percia judicial em ações de desapropriação na visão do perito, o que deve constar nos laudos periciais Osório Gutto - Mercatto Assessoria e Avaliações</p> <p><b>14h40</b> Avaliações polêmicas: do valor antrópico ao solo mercado Lutemberg Florencio - Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Avaliações (SOBREA)</p> <p><b>15h</b> Mesa redonda Antoni Campos - SRRR/DNIT</p> <p><b>15h40 INTERVALO</b></p> <p><b>15h55</b> Gestão/encerramento do ativo da faixa de domínio das rodovias sob jurisdição do Estado da Bahia, realização de inventário das ocupações, estudos e inspeções em campo para assessorar sua gestão, monitoramento e fiscalização Arlindo Parazzolo - ITE Serviços Técnicos de Engenharia</p>	<p><b>16h15</b> Avaliações pra fins de Desapropriação e Serviço de Passagem em Imóveis Urbanos Isabela Giannakos - BSG Engenharia Patrimonial</p> <p><b>16h35</b> Aspectos importantes da desapropriação: avaliação de imóveis rurais e vistoria casual Carolina Teixeira, Camilla Lani e Pedro Henrique de Oliveira - CAVA Engenharia de Infraestruturas</p> <p><b>16h55</b> Reassentamento de Famílias no Anel Rodoviário do Belo Horizonte e BR-381/MS Glauber Silveira - ENGEPLUS Engenharia e Consultoria</p> <p><b>17h15</b> Mesa redonda Rosa Angélica Saldanha - CGDR/DNIT</p> <p><b>18h00</b> Coquetel</p>	<p><b>8h30</b> SGPD - Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação - Novas implementações Elyane Barbosa - CGDR/DNIT</p> <p><b>8h50</b> A utilização de drone, realidade virtual e modelagem nas vistorias e mapeamento aplicadas na desapropriação Gleisa Pedrosa - MAIA MELO Engenharia</p> <p><b>9h10</b> Sistema ENGENMAP Douglas Bertolin - ENGENMAP Engenharia e Aerolevantamento</p> <p><b>9h30</b> Mesa redonda Thiago Farias - INFRA SA</p>	<p><b>10h</b> <b>Palestra Motivacional:</b> Graciele Gasfari, grandes oportunidades Samuel Bertolin Parati de Tralhão, especialista em comportamento e alta performance</p> <p><b>11h35</b> Considerações finais</p> <p><b>11h45 ENCERRAMENTO</b></p>



Apoio:



Fonte: DNIT, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/campanhas-e-eventos/seminarios-de-desapropriacao-e-reassentamento/3o-seminario-nacional-de-desapropriacao-e-reassentamento/palestras>

Anexo B – Programação do Seminário Nacional de Desapropriação e reassentamento, 2023



# 3º SEMINÁRIO NACIONAL DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO

2023

**DNIT**  
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



## CGDR - CREASS

Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento

Coordenação de Reassentamento

## Reconhecimento de Faixa de Domínio

**DNIT**  
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

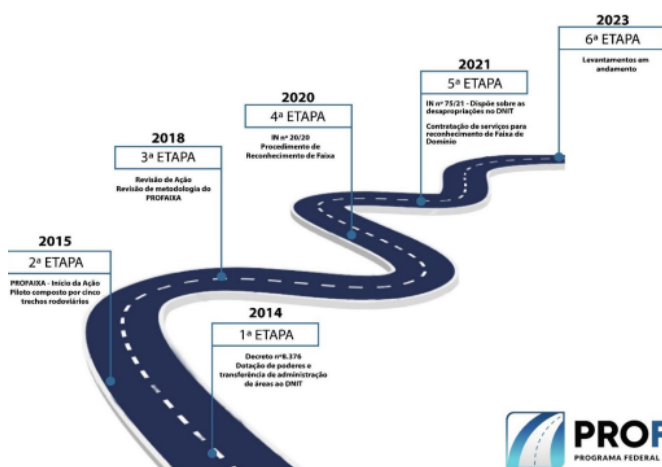


## OBJETIVO



O Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA foi instituído com o objetivo de regularizar as faixas de domínio das rodovias federais sob administração do DNIT.

## Decreto nº 8.376/2014



“Art. 3º O DNIT **identificará e regularizará as faixas de domínio das rodovias federais** integrantes do SNV no prazo máximo de **vinte anos**, por meio de diretrizes e cronograma previstos em ato do Ministro de Estado dos Transportes.”